

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO UNIVERSIDADE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

SIDNÉIA BENTO DUQUE

MEDIANDO UMA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA:
a municipalização da medida de liberdade assistida na integração
social do adolescente em conflito com a lei

VITÓRIA
Junho de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SIDNÉIA BENTO DUQUE

MEDIANDO UMA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA:
a municipalização da medida de liberdade assistida na integração
social do adolescente em conflito com a lei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social, na área de políticas sociais, subjetividades e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr^a Eugênia Célia Raizer.

VITÓRIA
Junho de 2006

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Duque, Sidnéia Bento. - 1980

Mediando uma cultura da não-violência: a municipalização da medida de liberdade assistida na integração social do adolescente em conflito com a lei./ Sidnéia Bento Duque. Vitória: UFES, 2006. 211 f.

Orientador: Eugênia Célia Raizer

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Adolescente em conflito com a lei 2. Violência. 3. Mediação. 4. Integração social. I. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas II. Título.

D946m

CDU 343.915 (815.2)

SIDNÉIA BENTO DUQUE

MEDIANDO UMA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA:
a municipalização da medida de liberdade assistida na integração
social do adolescente em conflito com a lei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social, na área de concentração Políticas Sociais, Subjetividades e Movimentos Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eugênia Célia Raizer
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Mione Apolinário Sales
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

VITÓRIA
Junho de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a divina providência, ao acaso, a natureza, a dialética, ao espírito cósmico, a toda experiência transcendental que demonstre os limites da lógica científica diante da imensidão do Universo.

A minha mãe Helena, que conota inquietude e ao meu pai Sebastião, que denota serenidade.

Aos meus irmãos, por vivenciarmos os conflitos da convivência mútua.

Aos meus amigos, que conseguem doar parte de seu tempo para uma troca solidária de idéias, em especial para Aparecida Andrade; Fernanda Ribeiro; Ingrid Taufner e Patrícia Maia.

Aos professores e colegas do Mestrado em Política Social por compartilharem os sabores e dissabores da produção de uma dissertação.

As educadoras Ana Targina; Maria Lúcia Garcia; Vanda Valadão e Vania Manfroi pelas referências teóricas e políticas.

A orientadora Eugênia Raizer, pela liberdade generosa, fornecendo os instrumentos necessários para que eu trilhasse o caminho.

Aos professores membros da banca de qualificação: Edinete Maria Rosa e Lídio de Souza pelas sugestões valiosas.

Aos membros do programa de liberdade assistida da Prefeitura Municipal de Colatina/ES por abrirem as portas da instituição sem receio do desconhecido.

Aos educadores, adolescentes e familiares entrevistados, que cederam parte de sua experiência para a construção do saber coletivo.

“La medida en que el hombre como fin se ha convertido en el más elevado objeto de necesidad para el otro hombre determina el grado de humanización de las necesidades humanas”.

Agnes Heller

RESUMO

Estudo de caso exploratório que busca analisar as medidas sócio-educativas de liberdade assistida de atendimento ao adolescente em conflito com a lei desenvolvidas no município de Colatina\ES. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção do adolescente em conflito com a lei da medida sócio-educativa de liberdade assistida, tendo em vista os valores que ele destaca como importantes no processo de *integração social*. Os valores deveriam ser propiciadores da *mediação* para a construção de uma cultura da não-violência.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 15 (quinze) adolescentes que participaram do programa de Liberdade Assistida da Prefeitura Municipal de Colatina/ES durante o ano de 2005. Foi remetido questionário para a equipe técnica do programa, além de grupo focal com os familiares para corroborar com as informações fornecidas. A abordagem foi quanti-qualitativa e a técnica de análise dos dados utilizada foi à análise de conteúdo.

Segundo a percepção dos adolescentes o programa conseguiu destacar os valores de família e cultura. O trabalho, o programa foi considerado relevante em relação às qualificações profissionais, mas deficitário na inserção no mercado de trabalho. A cidadania e a educação como questão política é ainda insuficiente, até porque a redução do Estado conduz as soluções individuais para satisfação das necessidades sociais.

O programa de LA aparece como uma tentativa de articular as alianças sociais em torno da problemática que envolve o adolescente em conflito com a lei. A experiência da Prefeitura Municipal de Colatina/ES demonstra ser replicável em outras realidades, pois trabalha com elementos universalizantes sem esquecer as especificidades da realidade local.

Palavras-chaves: Adolescente em conflito com a lei; Violência; Mediação; Integração Social.

ABSTRACT

Case study explore that analyses the social educational measures of controlled freedom of attainment for the adolescent take in conflict with the law develop in the city of the Colatina/ES. The current study had like goal analyses the perception of adolescent take in conflict with the law about the social educational measures of controlled freedom, aiming to know the important values in the social integration process. The values should be mediation for the no-violence culture.

It was realized interviews with fifteen (15) adolescents that participated of the social educational measures of controlled freedom of the Colatina/ES city hall. It was realized questionnaire for the technique group besides focal group with adolescent's relatives for corroborate with informations furnished. The approach is quanti-quality and the technique datum analyses utilized was the content analyze.

According to perception of the adolescents the program got prominence family and culture values. The work, the program was considered important with regard to professional qualification, but deficient in the insertion in work market. The citizenship and the education like politician issue are still insufficient, because reduction of the State promotes individuals solutions for satisfaction social necessities.

The measure of controlled freedom program shows like a tentative of articulate social nets around the problems that involves adolescent take in conflict with the law. The experience of the Colatina/ES city hall could be reproduced in others realities, because uses universal elements without forget the specifics of the local reality.

Key-words: Adolescent take in conflict with the law; Violence; Mediation; Social integration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda familiar dos adolescentes do programa.....	136
Gráfico 2 - Escolaridade dos adolescentes do programa.....	137
Gráfico 3 - Gravidez Juvenil dos adolescentes do programa.....	138
Gráfico 4 - Drogadição dos adolescentes do programa.....	139
Gráfico 5 - Tipo de ato infracional dos adolescentes do programa.....	139

LISTA DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro Demonstrativo 1 - Dificuldades, avanços e desafios da municipalização.....	124
Quadro Demonstrativo 2 - Atividades realizadas pelo programa.....	130
Quadro Demonstrativo 3 - Relação do programa com as políticas intersetoriais.....	131
Quadro Demonstrativo 4 - Atividades formativas e informativas do programa.....	132
Quadro Demonstrativo 5 - Mecanismos de participação.....	133
Quadro Demonstrativo 6 - Indicadores sociais de avaliação do programa.....	135
Quadro Demonstrativo 7 - Como o programa aborda a cidadania.....	145
Quadro Demonstrativo 8 - Como o programa aborda a familiar.....	156
Quadro Demonstrativo 9 - Como o programa aborda a educação.....	166
Quadro Demonstrativo 10 - Como o programa aborda a cultura.....	172
Quadro Demonstrativo 11 - Como o programa aborda o trabalho.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a sexualidade.....	147
Tabela 2 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à sexualidade.....	147
Tabela 3 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a drogadição.....	149
Tabela 4 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação a drogadição.....	150
Tabela 5 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a socialidade.....	152
Tabela 6 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação a socialidade.....	154
Tabela 7 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a família.....	158
Tabela 8 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à família.....	159
Tabela 9 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda o auto-conceito de si.....	160

Tabela 10 - A mensagem objetiva sobre como o programa ajudou na elevação de seu auto-conceito.....162

Tabela 11 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a educação.....168

Tabela 12 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à educação.....169

Tabela 13 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a cultura.....173

Tabela 14 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre o que o programa ajudou em relação à cultura.....177

Tabela 15 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda o trabalho.....184

Tabela 16 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação ao trabalho.....186

LISTA DE SIGLAS

CONANDA - Conselho Nacional dos direitos das Crianças e dos Adolescentes
CRIAD - Conselho Estadual dos direitos das Crianças e dos Adolescentes
ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente
FACITEC - Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
ICAES - Instituto da Criança e do Adolescente do Estado do Espírito Santo
IASSES - Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Estado do Espírito Santo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESBEM - Instituto Estadual do Bem-estar do Menor
IPES - Instituto de Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento do Espírito Santo
LA - Liberdade Assistida
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MJ - Ministério da Justiça
MNDH - Movimento Nacional dos Direitos Humanos
MSE - Medida Sócio-educativa
NECA - Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente
NEVI - Núcleo de Estudos sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos
PMC - Prefeitura Municipal de Colatina
PSC - Prestação de Serviço à Comunidade
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEJUS - Secretaria de Estado de Justiça Social
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social de Indústria
SINE - Sistema Nacional de Emprego
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNIS - Unidade de Integração Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: MEDIAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA	21
1.1 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA INDIVIDUAL: instrumento irracional do indivíduo ou inconsciente coletivo?	21
1.2. A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA	33
1.3. CIDADANIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO: valores mediadores de uma cultura da não-violência	50
CAPÍTULO II- DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	82
2.1 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL OU ISOLAMENTO?	82
2.2 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	94
2.3 A MUNICIPALIZAÇÃO DA MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA	106
CAPÍTULO III- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	115
3.1 TIPO DE PESQUISA	115
3.2 CENÁRIO DA PESQUISA	118
3.2.1 A municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo	119
3.2.2 O programa de Liberdade Assistida do município de Colatina/ES	129
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	136
3.4. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS E OS PROCEDIMENTOS ÉTICOS	141

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS DADOS	143
4.3 A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA: cidadania, família, educação, cultura e trabalho na mediação da cultura da não-violência	143
4.3.1 A cidadania	144
4.3.2 A família	155
4.3.3 A educação	164
4.3.4 A cultura	170
4.3.5 O trabalho	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	200
ANEXO I - Questionário com a equipe técnica	201
ANEXO II - Roteiro de entrevista semi-estruturada com adolescentes	203
ANEXO III - História Oral I: representante dos Conselhos	205
ANEXO IV - História Oral II: representante da sociedade civil organizada	206
ANEXO V - História Oral III: representante do Estado	207
ANEXO VI – Entrevista semi-estruturada com a coordenadora da medida sócio-educativas de liberdade assistida	208
ANEXO VII - Modelo de termo de consentimento	210

INTRODUÇÃO

É notório em nossa sociedade o crescente aumento da preocupação com a *violência*, principalmente nos grandes centros urbanos, agravada pelo desemprego e pela política neoliberal de redução dos gastos públicos e privatização dos serviços sociais. A crise econômica e a ausência de valores coletivos fazem com que os problemas sociais emergentes sejam considerados de responsabilidade do indivíduo. Assim, fenômenos complexos, como a *violência*, são associados a uma explicação simplista de ausência de normas, exigindo-se do poder público um aumento do aparelho repressor.

Este estudo interpreta a *violência* como um fenômeno multifacetado, decorrente de uma combinação de fatores objetivos, como as desigualdades sociais, a ausência de políticas sociais e da ineficiência do funcionamento do sistema de penas, e fatores subjetivos, como a ausência de valores coletivos; a exacerbação da cultura consumista e a crise dos valores das instituições sociais (família e escola), aliados a problemas de ordem individual, como a saúde mental¹ e a ausência de incorporação de normas sociais.

A *violência* é interpretada como um processo histórico decorrente dos conflitos sociais acentuados pelas desigualdades da sociedade capitalista. Daí haver a defesa de um sistema de direito com valores ético-morais que corresponde ao código consuetudinário, isto é, baseado na historicidade dos costumes. O indivíduo é considerado como sujeito histórico que pode, mediante sua relativa autonomia, submeter-se ao papel social de marginalizado e delinqüente, imposto pela sociedade, ou recusar esse papel e construir um projeto de vida por meio da *mediação* das políticas sociais de *integração social*.

¹ A incorporação do exame psiquiátrico no sistema judiciário francês iniciou-se no século XVIII e através do Código Penal de 1810, que definiu que não há crime nem delito, se o indivíduo estiver em estado de demência. O duro ofício de punir vê-se assim alterado para o belo ofício de curar (FOUCAULT, 2001).

O estudo se utiliza de referências teóricas do individualismo positivo, que colaboram no sentido de contestar o determinismo histórico e a legitimação maquiavélica da violência segundo a qual os fins justificam os meios. O individualismo positivo defende o humanismo e a prioridade à vida, combate as ideologias totalitárias e coloca todos os indivíduos livres e iguais em direitos e oportunidades. Esse pensamento é representado por autores como Arendt, Bobbio e Castel, que prezam pela defesa do direito à vida e pela segurança do trabalho, pela liberdade individual e pelo fortalecimento das instituições tradicionais de família, trabalho e educação.

Refere-se, também, a teóricos do neomarxismo, na defesa da responsabilidade do Estado, na garantia dos direitos sociais e na transmutação radical dos valores materiais do individualismo negativo do reino das necessidades pela defesa dos valores imateriais do reino da liberdade. Propõe uma ressignificação do cotidiano por meio de uma revolução cultural urbana que coloque a cidade como obra e apropriação humana. Interpreta que a superação da cultura da violência depende da substituição da ética capitalista pela ética socialista-democrata. Por isso defende o estabelecimento de um *status* social de cidadania que garanta condições socioeconômicas e político-culturais, referenciais herdados de Heller, Lefebvre e Gramsci.

Essa é a lente utilizada para interpretar e compreender a realidade em que está inserida a *violência*, como um fenômeno que ganha cada vez mais relevância social. A *violência*, por seu caráter polissêmico, envolve uma série de interpretações do fenômeno, responsáveis pela busca da percepção do problema a partir de um prisma filosófico-científico. Nesse sentido, a Política Social na perspectiva do Serviço Social acredita no fortalecimento da relação Estado-sociedade na delimitação de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, dentro dos limites da sociedade capitalista.

A *violência* está presente no cotidiano da sociedade brasileira, que mediante os seus meios de comunicação de massa, dissemina a idéia de um clima constante

de medo e insegurança. Dentro dessa realidade, está o Estado do Espírito Santo, que tem no seu território municípios que elevam seus índices de criminalidade, principalmente os localizados na região metropolitana da Grande Vitória².

Segundo dados do Ministério da Justiça³ (BRASIL, 2004), há um aumento da criminalidade, que se pode verificar com a ampliação do número de ocorrências policiais registradas em 22 capitais brasileiras. Na capital capixaba, o número de crimes aumentou em 110% entre os anos de 2001 e 2003, com uma média de 4.382,1 ocorrências policiais por 100.000 habitantes. Esse fenômeno implica uma ampliação do sistema prisional, tendo em vista, ainda, que dados do Ministério da Justiça apontam que há uma população carcerária de aproximadamente 170.000 pessoas no Brasil⁴.

Dentro do panorama nacional e local de aumento da preocupação com a *violência*, encontra-se a problemática do envolvimento de adolescentes com atos infracionais. Há na sociedade uma percepção, advinda do senso comum, que associa *violência* a drogas e juventude. No entanto, pesquisas realizadas contestam essa associação, principalmente em relação ao adolescente⁵ em conflito com a lei.

² Considerando os dados publicados recentemente pelo IBGE (2003), a partir de dados dos censos e do SIM/DATASUS, entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídios cresceu 130% no Brasil, passando de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes. Ainda segundo o estudo do IBGE, as maiores taxas de homicídio encontravam-se, em 2000, nos Estados de Pernambuco (54), Rio de Janeiro (51) e Espírito Santo (46), seguidos de São Paulo (42). O Espírito Santo, ao longo da década de 1990, teve, portanto, uma evolução fenomenal, passando de uma taxa de 29,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1994, para 43,9, em 2002 (ZANOTELLI; RAIZER; CASTRO, 2004).

³ Disponível em: <www.mj.gov.br/Depen/institucional/inst_publicacoes.htm>. Acesso em: 14 mar. 2005.

⁴ Em dezembro de 1998, o Brasil contava com 512 unidades prisionais, divididas em regimes fechado, semi-aberto, aberto, misto, de internação hospitalar e de internação psiquiátrica, milhares de delegacias policiais e vários outros estabelecimentos, distribuídos por todos os Estados e Distrito Federal, abrigando cerca de 170.000 pessoas presas, aproximadamente 0,1% da população brasileira. Com uma taxa aproximada de 108 presos por 100.000 habitantes, relativamente modestas em comparação com a taxa dos Estados Unidos e dos demais países sul-americanos, o Brasil administra um dos dez maiores sistemas prisionais do mundo. Disponível em: <www.mj.gov.br/Depen/institucional/inst_publicacoes.htm>. Acesso em: 14 mar. 2005.

⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8069/90) entende criança como pessoa de 0 a 11 anos incompletos e adolescente pessoa de 12 anos a 18 anos incompletos. Os adolescentes são inimputáveis penalmente. O crime ou contravenção penal cometidos são denominados de atos infracionais e obedecem a uma legislação específica.

Segundo dados do Ministério da Justiça – em sua gerência de reinserção social do adolescente em conflito com a lei – existem 10.000 adolescentes detidos nas unidades de internação do país, de maneira que 90% são do sexo masculino, 76% na faixa etária de 16 a 18 anos, 51% não freqüentam escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o ato infracional⁶. Observa-se que apesar de todos os clamores populares e dos meios de comunicação de massa em disseminar a idéia de impunidade e de aumento da criminalidade entre adolescentes, os números não revelam essa realidade. O número de adolescentes que cumprem medida de internação é inferior a 10% dos infratores adultos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a internação deve ser medida socioeducativa excepcional aplicada apenas aos delitos graves. Além disso, tais medidas socioeducativas em meio aberto, restritas ao poder judiciário limitam-se ao julgamento do adolescente em conflito com a lei, devendo o poder executivo propor políticas assistenciais de inserção social voltadas para a *integração social*.

Esta pesquisa é uma Dissertação de Mestrado em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo, com o título: Mediando uma cultura da não-violência – a municipalização da medida de liberdade assistida na integração social do adolescente em conflito com a lei⁷. Foi realizado um estudo de caso do programa municipal de liberdade assistida da Prefeitura Municipal de Colatina\ES, que foi o município pioneiro do Estado a implantar a medida como política de assistência social local.

O estudo busca interpretar através do método histórico-dialético o fenômeno *violência* e a possibilidade da *mediação* de uma cultura da não-violência, dentro

⁶ Informação disponível no site:< www.mj.gov.br/dca:htm.> Acesso em: 27 jan. 2004.

⁷ A pesquisa foi financiada pelo Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia (FACITEC) da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV).

do contexto sociohistórico da sociedade contemporânea (Capítulo I). Em seguida, busca relacionar o conceito estudado à possibilidade de *mediação* da *integração social* do adolescente em conflito com a lei através dos valores de cidadania, família, educação, cultura e trabalho contidos na medida de liberdade assistida (Capítulo II). Também expõe os processos metodológicos e o caminho percorrido para a realização do estudo (Capítulo III). E através de um estudo de caso exploratório do programa de liberdade assistida do município de Colatina/ES, analisa a percepção dos adolescentes em conflito com a lei da medida como possibilidade de *mediação* para a *integração social* (Capítulo IV).

A motivação para a realização do estudo surge da participação em atividades na Vara da Infância e Juventude de Vila Velha/ES e no Projeto Cidadania e Integração (Cáritas Arquidiocesana de Vitória/Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo)⁸, quando se inicia o contato com a realidade do adolescente em conflito com a lei. Na experiência no judiciário, constata-se que quando se reduz a aplicação de Medidas Sócio-Educativas⁹ (MSE) em meio aberto ao comparecimento formal no Poder Judiciário, limita-se a medida ao atendimento individual e burocrático. Por outro lado, em contato com a medida de internação, constata-se que o clima de medo de rebelião e de fugas na instituição compromete seu caráter socializador, tornando-o lócus de perpetuação da violência e do estigma marginalizador.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Colatina desde 2002 em parceria com o Ministério da Justiça executa a Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade

⁸ Na Vara de Infância e Juventude de Vila Velha, permaneci como estagiária voluntária de serviço social no período de novembro de 2000 a agosto de 2001. E do projeto Cidadania e Integração, parceria do Ministério da Justiça, Secretaria Estadual de Justiça Social (SEJUS/ES) e Instituto da Criança e do Adolescente (ICAES) executado pela ong Cáritas Arquidiocesana de Vitória, participei como assistente social de janeiro a julho de 2004, período no qual se encerraram as atividades do projeto.

⁹ O adolescente em conflito com a lei cumpre as seguintes medidas socioeducativas pelo ato infracional cometido: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade e internação.

Assistida (LA)¹⁰. O programa vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social visa ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei como política social municipal, por meio do qual se desenvolvem atividades lúdicas, artísticas e laborativas, visando à *integração social* do adolescente em conflito com a lei.

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção do adolescente em conflito com a lei da medida socioeducativa de liberdade assistida, tendo em vista os valores que ele destaca como importantes no processo de *integração social*. Justifica-se o estudo pela ausência de sistematização de outros na área da municipalização das medidas socioeducativas e na tentativa de explorar elementos que possam estar presentes nas metodologias das políticas assistenciais.

Contudo, verifica-se a necessidade de a medida socioeducativa de liberdade assistida possibilitar que o adolescente consiga mediar relações sociais sem recorrer ao instrumento *violência* para atingir seus fins. Assim, para que a medida socioeducativa seja espaço de *integração social* em que o indivíduo se percebe capaz de construir um projeto de vida com relativa autonomia, é preciso que ele recuse o papel social de infrator. E, dessa forma, a subjetivação que faz de si, da sua família e da sociedade pode modificar a maneira com que ele objetiva o mundo.

¹⁰ Segundo artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e do adolescente, a Liberdade Assistida será determinada por autoridade judiciária quando se fizer necessário, e essa designará pessoa ou entidade para acompanhar o adolescente em conflito com a lei durante 06 meses. O orientador designado terá a responsabilidade de promover socialmente o adolescente através de programas de assistência social, inserção escolar e integração no mercado de trabalho (BRASIL, 1990).

CAPÍTULO I: MEDIAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA

1.1 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E VIOLÊNCIA INDIVIDUAL: instrumento irracional do indivíduo ou inconsciente coletivo?

A polêmica que envolve a temática nos faz refletir, mas afinal o que é *violência*? Para funcionalistas, ela é instrumento irracional do indivíduo anômico, para marxistas sintomas de uma sociedade irracional. A *violência*, como expressão da questão social, ganha proporções cada vez maiores nos noticiários da mídia e no cotidiano da sociedade. Por sua relevância social, é alvo de inúmeros debates no campo da política social que buscam estratégias de prevenção à criminalidade, apoio às vítimas da *violência* e políticas de inserção social do infrator. No campo científico, a questão está na definição dos princípios orientadores dessas políticas. Assim, discutir o papel da *violência* e formas de coibi-la tornou-se preocupação de pesquisadores, formuladores e executores da política social.

Apesar da diversidade de enfoques a respeito da *violência*, o presente estudo se limita a analisar três deles: o funcional-estruturalista; o individualista-positivo e o social-marxista.

A *violência*, segundo o paradigma estrutural-funcionalista, é caracterizada como estado anômico, patologia individual daqueles que se desvirtuaram do grupo. Segundo Durkheim, pai da sociologia, a sociedade é um todo harmônico, no qual a divisão social do trabalho é responsável pela diferenciação social. Assim, a consciência do coletivo vai ser responsável pela integração social das partes.

Nessa perspectiva, Parsons e Merton concebem a *violência* como estado anômico, no qual o indivíduo violento é considerado desajustado dentro de uma ordem social harmônica e integrada. O problema está no indivíduo que não incorpora adequadamente as normas sociais.

O processo de socialização se dá a partir da integração social. Assim, a *violência* é entendida como desvio adaptativo e deve ser enfrentada através de elementos da cultura, do imaginário e das instituições (PARSONS, 1969).

Já para Merton, o problema não seria de socialização, mas uma disfunção entre expectativa individual e expectativa social. É um problema de absorção de normas, onde o delito pode ser um instrumento de adaptação ao padrão social exigido (MERTON, 1970).

Para essa perspectiva, a grande parte da sociedade acata as normas sociais, vivendo pacificamente e em harmonia com a natureza. Porém, aqueles que resistem em aceitar as normas sociais questionando seus padrões morais são os únicos responsáveis por quebrar o equilíbrio entre natureza e sociedade. Assim, todo crítico que busca romper com a ordem social é um marginal, que precisa ser ressocializado para incorporar as normas e só assim retornar ao convívio nos grupos de que antes fazia parte.

Apesar das contribuições relevantes em escala individual, a crítica a esse paradigma considera a sociedade como um corpo social autônomo, no qual a *violência* seria um desvio (patologia) de responsabilidade do indivíduo. Na perspectiva estrutural-funcionalista, a civilização é naturalmente boa, corrompida por aqueles que descumprem as regras sociais.

Herdeiros dessa concepção seriam autores contemporâneos, como Peralva (2000) e Marino (2004), que acreditam que a igualdade democrática suprime a individuação e promove a morte do indivíduo. Assim, apesar de a história caminhar para o triunfo da democracia e fim da opressão, a violência seria afirmação do eu de indivíduos que subjetivamente acreditam ser inferiores e

justificam sua atitude, que é apenas individual, como portadora de um projeto coletivo.

Para autores como Peralva (2000) e Marino (2004), o caminho para a diminuição da *violência* seria, na dimensão ideológica, por meio do combate ao paradigma marxista revolucionário que justifica o uso da força na tomada do poder. E na dimensão política na construção de uma comunidade moral com a refundação de um contrato social.

A noção de contrato social de Rosseau, Hobbes e Locke também está presente nas formulações do individualismo-positivo. No entanto, enquanto o estrutural-funcionalismo acredita na supremacia do todo sobre a parte, os representantes deste paradigma afirmam a supremacia do indivíduo sobre a sociedade.

Com forte influência da filosofia kantiana e da sociologia weberiana, acreditam que o indivíduo é livre e autônomo e precisa se submeter aos arbítrios do “Estado Leviatã” para viver em sociedade. Através de uma leitura de Gramsci, que sobrepõe a sociedade civil sobre o Estado e a superestrutura (ideologia) sobre a estrutura (condições materiais), declara-se a primazia do individualismo positivo. Como afirma Bobbio¹¹ (2004, 60) “a partir deste evento (Revolução Francesa) triunfa a concepção individualista, onde primeiro vem o indivíduo, e é este que faz o Estado e não vice-versa, já que o Estado é feito pelo indivíduo e este não é feito pelo Estado”.

¹¹ Nascido em Turim, no dia 18 de outubro de 1909, filho de uma família burguesa do norte da Itália, Norberto Bobbio praticamente viveu o século XX por inteiro, vindo a falecer na mesma cidade aos 94 anos, no dia 9 de janeiro de 2004. “Aderiu em 1942 ao Partido da ação, partido de intelectuais inspirado no chamado socialismo liberal. Concorreu à Assembléia Constituinte em 1946 e não venceu. Tornou-se em 1984 senador vitalício na Itália pelo presidente Pertini, nomeação pelo reconhecimento de sua autoridade intelectual no sistema político italiano. Na década de 50 se aproxima dos comunistas na defesa dos direitos humanos, considerando-o não como um legado da burguesia, mas como um valor universal. Considera democracia, paz e direitos humanos como preocupações indispensáveis nos seus estudos de filosofia do direito e filosofia política. Bobbio encerrou suas atividades docentes (a que dedicou 40 anos) em 1979, aos 70 anos. Em sua homenagem na sua aula de despedida, seus alunos deram um cartão com as palavras de Max Weber: <a cátedra universitária não é nem para os demagogos, nem para os profetas>” (BOBBIO, 1997b).

Assim, para o individualismo positivo, a liberdade é o valor central da sociedade, afirmando a supremacia dos direitos civis sobre os direitos sociais; o que faz Bobbio (2004) afirmar que a liberdade, ao ser princípio fundamental da revolução americana, tornou os americanos soberanos, enquanto a sociedade francesa, que preferiu defender o direito ao trabalho, é formada por súditos.

Dessa concepção de sociedade, surge a interpretação da *violência* como ruptura do contrato social, que seria definido como as Declarações de Direitos Humanos. A *violência* seria provocada pela falta de objetivação dos princípios jurídicos por meio da razão e pela opressão das políticas interventivas do Estado sobre a liberdade do sujeito. Os homens são considerados iguais perante a lei, por isso o estatuto jurídico os eleva à condição de cidadãos. A *violência* seria provocada pela opressão do aparelho estatal sobre a liberdade dos indivíduos e pelas teorias coletivistas responsáveis por disseminar o ódio e o autoritarismo.

Assim, para autores como Michaud e Arendt, a *violência* seria um problema de falta de objetivação das normas, caracterizando-a como pré-política. Michaud (1989) recorre às correntes filosóficas platônicas da recusa da *violência* e da busca da verdade através do diálogo e nega as correntes dialéticas de Heráclito, que reconhece que o conflito faz parte da ontologia do ser. Arendt (1994) diferencia poder de violência, de maneira que o primeiro seria a capacidade de um grupo dominar por meio do consenso de uma maioria, enquanto o segundo é instrumental e sempre depende de uma justificativa para se tornar legítimo. O poder seria algo positivo concebido através da capacidade racional de convencer o grupo através do consenso.

Arendt (1994) e Michaud (1989) acusam a dialética marxista de justificar a violência, e dizem que a máxima de que “os fins justificam os meios” e a naturalização do conflito serviram para reforçar atitudes violentas.

O pensamento de Marx herdou muito dessa ontologia da negatividade que desemboca na realização do absoluto (...) a dialética continua – e a reconciliação é um ideal messiânico que se espera sem que ela se realize

– exceto sob formas ilusórias e perversas como as dos regimes totalitários do século XX. A lucidez filosófica reside então num pensamento radicalmente pessimista e irreconciliado, atento a todas as desfigurações da razão (MICHAUD, 1989, p.103).

A grande confiança de Hegel e Marx no poder da negação dialética – em virtude da qual os opostos não se destroem, mas desenvolvem-se suavemente, transformando-se um no outro, pois as contradições promovem o desenvolvimento ao invés de paralisá-lo – assenta-se em um preconceito filosófico muito mais antigo: o de que o mal não é mais do que um *modus* privativo do bem; de que em síntese, o mal é apenas a manifestação temporária de um bem ainda oculto. Tais opiniões, desde há muito veneradas, tornaram-se perigosas (ARENDRT, 1994, p. 44).

Para esses autores, o marxismo revolucionário é o grande responsável por justificar a *violência*, o que o torna perigoso para a humanidade. A história nos mostrou momentos em que Arendt¹² (1994) teve razão, nos quais intérpretes errôneos da dialética marxista fizeram do partido aparelho ideológico de repressão das massas. Assim, a vida humana foi desprezada e atrocidades foram cometidas em nome da realização de um ideal coletivo.

Por isso, Arendt (1989, 1994, 1999) como uma vítima do anti-semitismo, dedicou sua vida a condenar o totalitarismo. A autora critica certa interpretação catastrofista de autores marxistas que serviu para legitimar experiências totalitárias. Em nome da defesa de suas idéias, ignoram a *violência* contra os outros que não aderem ao movimento. Assim, a *violência* só existiria quando empregada contra os seus correligionários, camaradas e semelhantes.

Segundo Arendt (1989), o adepto ao totalitarismo tem vida pessoal e profissional fracassada, possui um idealismo romântico extremado e postura heróica. Sacrifica tudo em nome de seus ideais e não cede à segurança do cotidiano. A autora sempre analisa a *violência* sobre o prisma do coletivo contra o indivíduo. Assim, violento é aquele que prefere o nós ao eu; possui instintos anti-humanistas;

¹² Hannah Arendt nasceu em Hannover, Alemanha, em 1906. Dedicou-se desde muito jovem ao estudo da filosofia e teve como professores Heidegger e Jaspers. Judia, sofreu perseguições anti-semitas e, às vésperas da Segunda Grande Guerra, em 1934, exilou-se em Paris. Conheceu o militante político espartaquista e membro do Partido Comunista Alemão, Heinrich Blucher, com quem se casou. Inicia seu interesse por política e critica na sua obra os elementos totalitários da obra de Marx como herança da filosofia política ocidental. Suas principais obras são: Origens do totalitarismo (1949); A condição humana (1958) e Da revolução (1963). Em 1941, transfere-se definitivamente para os Estados Unidos, onde morreu em 1975 (WAGNER, 2002).

antiliberais e anticulturais. Nessa concepção, a pessoa violenta vive num mundo ilusório que elimina a diferença entre o pensar e o agir e reprime sua subjetividade.

O que era tão atraente é que o terrorismo se havia tornado uma espécie de filosofia através da qual era possível exprimir frustração, ressentimento e ódio cego, uma espécie de expressionismo político que tinha bombas por linguagem, que observava com prazer a publicidade dada a seus feitos estrondosos e que estava absolutamente disposto a pagar com a vida o fato de conseguir impingir às camadas normais da sociedade o reconhecimento da existência de alguém (ARENDR, 1989, p.382).

A análise de Arendt (1989) considera a *violência* como política, por isso a aversão às teorias coletivistas e o apego ao liberalismo, que ela considera humanista. Assim, até mesmo pelo momento histórico em que escreveu suas obras, totalitarismo para a autora remete a nazismo e socialismo real. Porém, analisa que esses regimes são propícios em momentos históricos nos quais classes se tornam massas e o ser humano torna-se supérfluo. Regimes totalitários acontecem quando há a perda do prestígio das instituições públicas e a banalização da razão. Em função disso, os homens usam da *violência* para resolver seus conflitos, cindindo o mundo em heróis e bandidos.

Há um consenso na defesa da democracia como único regime político possível, recusando-se, pois, os arbítrios do totalitarismo. Porém, é preciso refletir: só existiu totalitarismo na Alemanha nazista e no socialismo soviético? Vive-se o triunfo da democracia? É-se livre da opressão do Estado?

Em nossos dias chovem as denúncias, com o olhar voltado para o Islã, de totalitarismo religioso ou então do novo inimigo totalitário que é o terrorismo. Irrompe com renovada vitalidade a linguagem da guerra fria. Confirma-o a advertência dirigida por um eminente senador americano (Joseph Lieberman) à Arábia Saudita: ela deve ficar bem atenta para rejeitar a sedução do totalitarismo islâmico e para não se deixar isolar do ocidente por uma cortina de ferro teológica. Se o alvo polêmico foi assim mudado, a denúncia do totalitarismo continua a funcionar eminentemente como ideologia da guerra contra os inimigos do Ocidente. E em nome desta ideologia são justificados as violações da Convenção de Genebra e o tratamento desumano reservado aos detentos na baía de Guantanamo, o embargo e a punição coletiva imposta ao povo iraquiano e a outros povos, bem como o ulterior martírio infligido ao povo palestino. A luta contra o

totalitarismo serve para legitimar e transfigurar a guerra total contra os bárbaros estrangeiros ao Ocidente (LOSURDO, 2003, p. 13).

Não é possível esconder-se por trás de discursos humanistas, enquanto as práticas são de autoritarismo e supressão da liberdade. A democracia norte-americana em nome da liberdade e do combate ao totalitarismo invade territórios alheios e descumpra tratados de direitos humanos. A ideologia midiática norte-americana também justifica a *violência* quando os inimigos são os outros. Apesar de ter triunfado com um discurso democrático, silencia oposições e alimenta-se com a indústria da guerra. Os meios continuam justificando os fins e o *superman* permanece salvando a mocinha branca da classe média norte-americana do monstro, que antes era soviético e agora se tornou islâmico.

Contudo, as contribuições da perspectiva do individualismo positivo presente no discurso de Arendt e Bobbio são imprescindíveis para conceituar a *violência*, que é vista na perspectiva de opressão do grupo sobre o indivíduo. Por isso, o Estado é tido como principal lócus de opressão e autoritarismo, e o homem como expressão de liberdade e emancipação; daí o Estado dever ser súdito de seus cidadãos.

O Estado é o único que possui o monopólio legítimo da *violência* e utiliza-se da força física e do poder para manter a “paz social”. A função básica da *violência* é destruir seus adversários políticos, colocando-os na impossibilidade da ação. Não busca destruir diretamente o inimigo, mas dominá-lo para que ele se curve ao seu poder. A outra finalidade é convencer o grupo da legitimidade de sua ação, induzindo a sociedade a apoiá-lo. A *violência* tem a função de favorecer a formação de uma consciência de grupo e de estabelecer a sua identidade e os seus limites (BOBBIO, 1986).

A liberdade humana é exaltada como algo de caráter íntimo; a moral, individual; obedece aquele que, sendo livre, racional, se preza a cumprir o pacto social. Toda forma de *violência* vem daqueles que querem impor um consenso sem atender aos interesses e às liberdades individuais. O respeito à dignidade da pessoa

humana é a premissa básica dessa perspectiva, que apenas é implementada com o fortalecimento dos direitos civis e políticos e na obediência aos tratados internacionais de direitos humanos.

Porém, os direitos humanos para os marxistas referem-se apenas a direitos formais estabelecidos, proclamados pelas declarações francesas e americanas. Seriam apenas enunciados formais de caráter individual e liberal, que foram criados para conseguir a hegemonia pretendida da burguesia para superar o feudalismo. Enquanto os direitos humanos são meros anseios da classe burguesa, os direitos do cidadão teriam caráter emancipatório e coletivo, sendo consagrados na esfera política (BUSSINGER, 1996).

Enquanto o liberalismo evoca a razão como categoria fundante, definindo o homem individual como o centro da sociedade, o marxismo declara os direitos do cidadão como atributos do sujeito coletivo. Para o paradigma marxista é o trabalho a categoria fundante da sociedade. O homem só existe em relação com o outro, e é através do trabalho que ele estabelece esse elo. O homem é um ser gregário, o ser da relação social, que transforma a natureza por meio do trabalho.

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores de uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens (MARX, 1960 apud LUKÁCS, 1979, p.16).

Por isso, a *violência* decorre de uma sociedade hierárquica e autoritária que espolia aquele que produz toda a riqueza social: o trabalhador. A existência do homem é pautada no trabalho, por isso ele tem o dever de ser produtivo na sociedade. No entanto, o capitalismo através da divisão sociotécnica do trabalho transformou a solidariedade que era orgânica entre os trabalhadores numa solidariedade mecânica. A especialização e a cisão entre o trabalho manual e o intelectual torna-o mero meio de subsistência retirando seu caráter transformador.

Nessa perspectiva, o marxismo acredita que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho manual deveria ser automatizado, restando as atividades que representam a essência humana – o trabalho criativo e emancipador. Apenas a arte, a filosofia e a ciência seriam capazes de resgatar o sentido humano da vida. No entanto, a elite capitalista se apropria da riqueza socialmente produzida como uma ilusória reprodução do capital, impedindo que o homem se reconheça no fruto de seu trabalho.

Assim, a *violência* é, para o marxismo, uma construção histórica e, por isso, o que se entende hoje por ser violento não é o mesmo em que os povos primitivos e medievais acreditavam. A idéia que se constrói aqui é a de que a *violência* é processo, fruto de uma sociedade conflituosa, fragmentada e complexa que busca dissimular o conflito através de um discurso dominante funcionalista e sistêmico. O objetivo da perspectiva marxista é desmistificar a suposta harmonia da ordem dominante.

O capitalismo é considerado um complexo processo histórico-social que envolve mercantilismo, colonialismo, imperialismo e globalismo. O sistema decorre de um processo de destruição criativa, pois depende de criar uma série de mercadorias, obsoletando rapidamente as antes existentes. Há uma relação direta entre globalização, urbanização e *violência*. A *violência* é banalizada na produção da cultura de massa e a favor da despolitização (IANNI, 2004).

Como afirma Lefebvre¹³ (1991), vivemos numa sociedade burocrática de consumo dirigido, na qual todo pensamento crítico e de contestação é visto como utopia.

¹³Henri Lefebvre nasceu em Landes, França, no dia 16 de junho de 1901. Ele estudou filosofia na Universidade de Paris (Sorbonne), graduando em 1920. Em 1940, juntou-se à Resistência Francesa. Em 1962, Lefebvre tornou-se professor de sociologia da Universidade de Strasbourg. Já como professor experiente, assumiu para si o projeto de uma nova universidade, a ser implantada em Nanterre, posição que lhe proporcionou a oportunidade de ser um dos protagonistas do movimento de 68, dando suporte político aos estudantes que promoveram o evento. Estudioso da filosofia e da sociologia, foi influenciado por Kant, Hegel, Marx e Nietzsche. Sua obra de mais de 70 volumes sintetiza o projeto de retorno a Marx e à dialética. Ele não se considerava marxista, mas um marxiano cheio de dúvidas e incertezas. Apesar da origem camponesa, anteviu uma revolução urbana e a emancipação humana por meio do espaço. Morreu aos 90 anos no dia 29 de junho de 1991 (MARTINS, 1996).

Assim, a classe trabalhadora se caracterizaria pela busca de segurança no trabalho no plano individual e pelo apego à cotidianidade. Para isso, os trabalhadores buscariam ignorar o conflito, plasmando-se num cotidiano em que a única ideologia é a liberdade do consumo.

A idéia de cotidiano não é negada, mas defende-se uma cotidianidade que seja obra e apropriação, não apenas reprodução e aprisionamento do ser a uma lógica efêmera da sociedade de consumo. A *violência* seria uma fuga do cotidiano da sociedade burocrática de consumo dirigido. A cultura consumista impediria o ser humano de dotar a sua vida de sentidos humanos, ficando preso a um cotidiano voltado para atender as necessidades materiais (LEFEBVRE, 1991).

A *violência* é vista como uma atitude de contestação à ordem. Ela é legitimada como a reação de grupos minoritários oprimidos. O indivíduo seria violento por estar impedido de estabelecer relações sociais que não sejam pautadas pela ganância e pela competição.

Na concepção social-marxista, a *violência* é produto de uma sociedade hierarquizada e fragmentada que impõe um sistema único e dominante para todos. O discurso, ao denunciar os abusos de uma cultura consumista que aprisiona o ser humano à lógica do mercado, acaba por suprimir a individualidade. É como se a violência fosse o inconsciente coletivo, mas que apenas alguns manifestam.

O indivíduo é desresponsabilizado do seu ato ao representar as mazelas de ordem opressora e autoritária. Ele apenas manifesta aquilo que a ordem social o obriga a fazer. É como ele não tivesse outra saída para manifestar sua auto-realização. Qualquer atitude de liberdade e emancipação deveria desobedecer aos aparatos legais institucionais.

A cultura do “é proibido proibir”, que levou os jovens dos anos 60 e 70 a contestar todas as formas de poder, seriam fruto desse ideário. O Estado era considerado

comitê da burguesia, e todas as instituições sociais seriam representativas desse poder arbitrário. O poder é visto como algo negativo; só o detém aquele que oprime as minorias.

No entanto, as críticas que são legítimas ao marxismo devem ser datadas historicamente. Num momento em que os regimes ditatoriais eram regras em todo o mundo, a única forma de manifestação só poderia ser realizada por meio da contestação da ordem institucional; o que foi reconsiderado pelos próprios teóricos marxistas, que, apesar de serem acusados de revisionistas, como Heller¹⁴, trazem a possibilidade de rever equívocos e propor saídas.

A violação de uma norma nem sempre é elemento de libertação. Mas essas são normas sociais, já que são prescritas pela sociedade. É evidente que elas variam segundo as épocas, e variam historicamente. Por um lado, varia o seu conteúdo; por outro, normas válidas numa época não mais valem numa época posterior. Portanto, pode ser um ato de libertação escolher uma nova interpretação de uma norma, em vez de uma velha (HELLER, 1982, p.31).

A contribuição marxista é essa inquietação com os modelos estabelecidos. Essa afirmação da historicidade do pensamento dá um sentido de provisório, transitório e possibilidade de mudança para a realidade. Assim, mais importante do que obedecer às regras seria questionar se elas representam os interesses políticos coletivos.

A única saída seria uma reforma cultural e urbana que colocasse a cidade como valor de uso e não de troca. O cotidiano baseado no consumo torna o mundo efêmero e descartável. O próprio objeto de prazer e felicidade destrói a si mesmo; a moda se perde, pois as mulheres não conseguem acompanhá-la; o turismo

¹⁴Agnes Heller, filósofa, nascida em Budapeste, Hungria em 1929. Foi discípula de Lukács, destacada representante da Escola de Budapeste. Diverge de Lukács, por ele considerar a si próprio intérprete e encarnação de Marx, e por responsabilizar a filosofia pela decadência da política. Acusada de revisionista pelos marxistas ortodoxos, foi expulsa da sua terra natal por divergir do Partido Comunista Húngaro (PCH). Transfere-se para a Austrália para lecionar na Universidade La Trobe, em Melbourne. É convidada para morar nos Estados Unidos e assumir a cadeira Hannah Arendt de Filosofia e Ciência Política da New School for Social Research, em Nova York, onde ainda leciona (MONTEIRO, 1995).

destrói os paraísos naturais, os automóveis atingem um nível rápido de saturação (LEFEBVRE, 1991).

A garantia dos direitos sociais, principalmente o direito ao trabalho, responsável por transformar o mundo pelas relações sociais, torna-se fundamental nessa perspectiva, bem como a revisão dos valores da sociedade capitalista, cultivando uma nova cultura nas relações entre os homens.

É preciso reconhecer as limitações da perspectiva marxista, pois defender a luta de classes é justificar o uso da força para a tomada do poder. Qualquer discurso bélico deve ser desconstruído, de maneira que as armas devem ser a ciência, a filosofia, a arte e a política; e as palavras devem ser disparadas para convencer o interlocutor. A necessidade de conflito é premente, porém o uso da força física deve ser substituído pela linguagem (razão) no fortalecimento das relações sociais (trabalho).

A descoberta da bomba atômica tornou-se um cataclismo para a humanidade. A possibilidade real de destruição dos homens deve provocar uma revisão das práticas políticas. A guerra, que foi a estratégia legítima utilizada pelos Estados para reafirmar seu poderio, deve ser totalmente banida pela política. A *violência* é apenas utilizada por aqueles incapazes de dominar a lógica dos signos e precisam da força física para mediar sua existência. O homem e suas relações sociais são capazes de transformar a vida, ressignificando as normas e as instituições sociais.

Longe de demarcar-se a verdade, buscam-se elementos das duas perspectivas. Do individualismo positivo é importante incorporar a necessidade de defesa da liberdade e da individualidade, do direito à diferença na definição dos modelos de família, cultura e trabalho. Do neomarxismo, a demarcação dos direitos de cidadania, da defesa do direito ao trabalho, e da possibilidade de construir novos valores para as instituições sociais.

Esse esforço foi realizado para defender uma perspectiva plural ao conceituar-se *violência*. A complexidade do conceito impede qualquer demarcação teórico-ideológica ou político-partidária. A *violência* é dual e complexa; objetiva-subjetiva; individual-coletiva; sujeito-objeto que atinge a todos democraticamente, independente de classe, gênero ou cor. A *violência*, apesar de envolver todo o esforço racional de compreendê-la, exige simultaneamente o esforço de transformar as relações humanas.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e onde ali mesmo se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural (CHAUI, 2003, p.52).

A *violência* é paradigmática em si, envolvendo o esforço de transpor as referências teóricas tradicionais. É a tentativa de reconhecer a fragilidade e a humanidade do estudioso, que fica imerso em seu objeto, sem conseguir tomar distância da realidade estudada. Além disso, a *violência* é enigmática, excluindo qualquer tentativa simplista de significá-la; porém é preciso empreender esforços para compreendê-la. Ela é simbólica, difícil de ser traduzida em palavras, mas também é objetiva, e está visivelmente presente nas relações sociais do cotidiano. Envolve o esforço de transpor a contemplação academicista que se apropria de objetos de pesquisa e o pragmatismo das soluções simplistas antiintelectualistas. A *violência* é um movimento que requer adeptos de todos os estratos sociais, pois apenas com a contribuição subjetiva de cada cidadão, será possível construir novos valores para esta realidade que é objetiva.

Por isso, Wieviorka (1997) propõe um novo paradigma de *violência* que abarca quatro níveis de análise:

- Sistema internacional: como resposta à mundialização da economia, responsável pela fragmentação social e cultural;
- Estado: crítica à concepção weberiana de Estado, que o concebe como instituição dominante que dispõe do monopólio da *violência*. Encontra-

se cada vez mais esvaziado e pilhado por atividades ilegais, e a *violência* não se desenvolve contra o Estado, mas na sua ausência;

- Mutações sociais: apesar da promessa americana de que o progresso traria a diminuição da violência, o fenômeno de desemprego e da precarização das relações de trabalho alimentam frustrações responsáveis por movimentos racistas e anti-semitas, de origem muito mais nacionalista do que social;
- Individualismo contemporâneo: a *violência* como finalidade econômica do indivíduo, para se tornar parte do grupo.

A violência deve ser analisada antes de tudo como uma representação, como a subjetividade de grupos, ou mesmo de uma sociedade inteira, incapazes de se compreender e de compreender o que os cerca; se são tangíveis, se é possível estabelecer empiricamente que há um déficit de atores e de mediações através de sistemas de relações, a violência constitui certamente uma forte realidade objetiva. A sociologia deve então distinguir os problemas, mostrando como a violência contemporânea se renova, tanto em suas percepções subjetivas quanto em suas realidades históricas (WIEVIORKA, 1997, p.25).

Essa é a perspectiva defendida por este estudo, acredita no ser humano e no poder das instituições, e, ainda, que através dos valores de algumas delas, como família, educação, cultura, trabalho e cidadania será possível superar a cultura da violência.

1.2. A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DA NÃO-VIOLÊNCIA

A *violência* é um fenômeno que ganha cada vez mais relevo na sociedade contemporânea. Está presente tanto no pensamento como no sentimento das pessoas. Mas, qual é a percepção que as pessoas possuem desse fenômeno? A *violência* pode ser percebida como algo simbólico, ou algo objetivo.

É simbólica quando é imaterial, presente nas relações sociais pautadas pelo egoísmo, autoritarismo e dominação. O indivíduo é violento quando provoca a mortificação do outro, seja através da indiferença ou da dominação, suprimindo a individualidade do outro para reafirmar a sua.

É objetiva ao romper o pacto entre Estado e sociedade civil. Dessa forma, é percebida pela sociedade de maneira geral, pois é visível e materializada em delitos, crimes e contravenções penais. A *violência* objetiva, também denominada de criminalidade, envolve práticas que foram previamente definidas ilegais pela sociedade. O indivíduo criminoso é aquele que por ignorância ou imoralidade ousou descumprir o pacto, e que por isso deve ser passível de punição pela comunidade.

Quando a sociedade de forma geral clama por políticas de segurança, busca não a redução da *violência* simbólica, mas da *violência* objetiva. Apesar de o conceito de *violência* utilizado por este estudo não se restringir ao conceito de criminalidade, vale ressaltar que as políticas sociais muitas vezes apenas abarcam a realidade objetiva. Dessa forma, a criminalidade no Brasil vem aumentando em índices alarmantes, e o número de ocorrências policiais se eleva, obrigando um maior investimento em políticas voltadas para a prevenção e coibição de delitos.

Assim, a partir de 1989, a morte violenta é a principal causa de mortalidade no país, com o índice de homicídios no Rio de Janeiro, em São Paulo e Recife atingindo 40 para cada 100.000 habitantes, ao passo que o índice nacional supera 20 para cada 100.000 (ou seja, duas vezes o índice norte-americano do início dos anos 90 e 20 vezes o nível dos países da Europa Ocidental). A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada da droga ligada ao tráfico internacional, que mistura o crime organizado e a polícia, acabaram por propagar o crime e o medo do crime por toda parte no espaço público (WACQUANT, 2001, p.08).

Porém, se a *violência* visível é a criminalidade, nem sempre é necessário a sua existência para que a sociedade se sinta insegura. A cultura do medo que se instaurou na sociedade contemporânea parece ter transformado a *violência* num fantasma onipresente e onisciente. Ela está em todos os espaços, e todos são

suspeitos na “sociedade big brother”, que instala câmeras e seguranças por todos os lados, o que leva a uma desconfiança até de si próprio.

Numa sociedade em que as necessidades são pautadas pela posse material e pelo egoísmo narcísico, o outro é sempre o culpado. Assim, o voyeurismo se popularizou, não para observar a realidade e buscar soluções coletivas para os problemas cotidianos, mas para vigiar e controlar o outro.

Por outro lado, a criminalidade que é objetiva está intimamente relacionada aos valores da sociedade capitalista. Em uma sociedade em que o homem racional e maximizador de lucros é o modelo ideal de cidadão, parece esquizofrênico refrear a sede de ganância e poder. Por isso, entende-se que a redução da *violência* na sociedade contemporânea depende não só da transformação das condições objetivas da sociedade, como da concepção de valores desse indivíduo.

Mas quem define o que é criminalidade? São as regras sociais fruto do consenso ou são criações individuais da mente de juristas e legisladores? Direito é sinônimo de justiça? As regras sociais possuem algum conteúdo imanente ou apenas dependem das realidades históricas localizadas no tempo e no espaço?

Para a perspectiva marxista, direito é definido segundo a concepção histórico-sociológica de Aristóteles, responsável pelo juspositivismo, que acredita que o homem é um ser gregário dependente das relações sociais, sendo o Estado fruto de uma evolução natural dos grupos. Leis são os costumes que o homem acorda como consensuais, e devemos interpretá-las localizando-as historicamente (BOBBIO; BOVERO, 1986).

Noutra visão, a perspectiva individualista-positiva herdou a concepção de direito do jusnaturalismo, que surge no início do século XVII com a influência de filósofos como Hobbes, Leibniz, Locke, Kant e Rosseau. Aqui, o Estado civil é uma criação dos homens, surge em contraposição ao Estado de natureza, como um consenso

entre os indivíduos. Os jusnaturalistas se preocupam com as regras universais da conduta humana. O direito não busca interpretar a lei, localizando-a historicamente, mas descobrir a natureza das coisas (BOBBIO; BOVERO, 1986).

Porém o que é imanente na sociedade? Tudo é história? O que faz com que precisemos das relações sociais? Por que se descumprem os pactos? Que normas devem ser revistas? A reação individual à norma é legítima ou se deve sempre acatar as normas legais?

A tese jusnaturalista defende que se deve procurar na lei aquilo que é imanente no ser humano, que concebe a ordem natural ao mundo. Aplica à ciência moral o método matemático, como se fosse possível calcular exatamente aquilo que para sociedade é justo, bom e ético. As ações morais obedecem a regras estabelecidas; enquanto os entes físicos derivam da criação, os entes morais derivam da imposição (BOBBIO; BOVERO, 1986).

O método individualista-positivo, que acredita no triunfo da razão, vê no direito jusnaturalista a possibilidade de provar a existência de algo imanente na moral. Critica a concepção aristotélica de que tudo é história, pois coloca o direito apenas como a arte do possível, da retórica e do convencimento. Para os jusnaturalistas é preciso que o direito obedeça a uma regra universal, aquilo que dá sentido de humanidade aos homens. O direito seria a arte da demonstração da verdade pela razão.

Se a época atual é de total heteronomia, de ausência de liberdade e de relações de autoridade, faz-se necessário o relativismo histórico na busca de desconstruir o sentido dos signos. Ao mesmo tempo, busca-se na história aquilo que é imanente ao homem contemporâneo, aquilo que lhe dá o sentido de unidade.

Tais perspectivas não são estanques, pois existe uma comunicação entre elas mesmas. Ao mesmo tempo define-se aquilo que é imanente localizado no tempo e no espaço histórico. Nesse sentido, concebe-se o homem contemporâneo, assim

como Heller (1986), a partir de suas necessidades. Apesar de localizá-las historicamente, a autora diz que a essência das necessidades está em categorias abstratas como universalidade, consciência, socialidade, objetivação e liberdade, tudo isso mediado por uma categoria ontológica, que é o trabalho.

Assim, nem tudo é história, há valores imanescentes que precisam ser preservados. É nessa perspectiva que se acredita na imanência dos sentidos das coisas, que são localizadas historicamente. Algo apenas se torna imanente se fizer sentido para as pessoas que o signifiquem.

Os teóricos da classe dominante acreditam que o consumo direciona o dia-a-dia. Antes se produzia sem fim, por produzir, e hoje se produz acreditando que se conhecem as necessidades dos consumidores. Porém não se produz em nome das necessidades sociais, mas cria-se a representação social do consumidor pela publicidade (LEFEBVRE, 1991).

O indivíduo é aquilo que consome? Ele é livre para definir suas necessidades? São essenciais suas necessidades? O que é necessário para o homem? Essas inquietações incomodam quem busca entender o que faz um homem descumprir as normas sociais para suprir suas necessidades. Corromper a norma sempre é contestação à ordem? Ou pode ser uma forma de fazer parte dela?

A idéia compartilhada por este estudo é a de que a *violência* está inscrita na sociedade capitalista, por isso está naturalmente presente nas suas relações sociais. O indivíduo que corrompe a norma não é um contestador, ou pelo menos, não o é conscientemente. Ele corrompe para fazer parte do grupo, que obedece a ordem consumista, no qual os interesses pessoais se sobrepõem às necessidades sociais.

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados, domínio da organização, espaço-tempo de auto-regulação da sociedade de consumo dirigido. É preciso que

o trabalhador almeje a segurança do trabalho e da família tradicional, que se sinta inseguro com o mundo exterior. Por isso, o cotidiano é o principal produto da sociedade de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, o cotidiano do indivíduo na sociedade capitalista reduz-se à liberdade de consumir bens materiais; se não fizer parte desse cotidiano, é excluído socialmente. Todas as necessidades são adquiridas pela posse material, e é anômico aquele que não consome. O sistema produtivo define o mercado consumidor, tornando o indivíduo preso a uma cadeia produtiva que suprime qualquer atitude livre e emancipadora. O indivíduo se realiza mediante a aquisição de coisas, dando vida a objetos inanimados. A vida se materializa, de maneira que sua existência é reconhecida em função do número de objetos que consome.

O indivíduo contemporâneo está inscrito num sistema produtivo que busca uma renovação que se faz por meio de um discurso de descentralização, flexibilidade e desestruturação. Por isso, é necessário que os valores da sociedade também fossem mutáveis e flexíveis. No entanto, como isso não acontece, há um constante sentimento de crise, deixando o indivíduo preso a valores e a instituições tradicionais de trabalho, família, educação e justiça. A sociedade capitalista necessita de segurança e ordem para se manter, mas não consegue oferecer tais condições objetivas em seu cotidiano.

Por isso, a sociedade contemporânea preza pelo efêmero, pelo hedonismo e pelo pragmatismo. Nada que é imanente desperta interesse, por outro lado tudo que é supérfluo e superficial atrai, o que leva à depreensão de que o importante é satisfazer os interesses do “aqui e agora”. A esfera pública é destituída de seu valor, tudo que é exterior à pessoa particular é satanizado.

Talvez o mais claro indício do desaparecimento da esfera pública na era moderna seja a quase completa perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade, perda esta um tanto eclipsada pela perda simultânea da preocupação metafísica com a eternidade (ARENDR, 1999, p.65).

As críticas de Arendt (1999)¹⁵ combatem o esvaziamento das esferas públicas, nas quais o coletivo tornou-se desinteressante e arcaico. Apesar de combater o heroísmo revolucionário, a autora defende que não podemos limitar a vida à satisfação de interesses pessoais. O sentido da humanidade é a preocupação com o eterno e a transmissão do conhecimento para as gerações futuras.

Para isso, o espaço público necessita ser revalorizado e ressignificado. Pois a *violência* das saídas individuais surge em momentos em que a política perde o seu prestígio, tornando-se arena de disputas pessoais; quando a universidade perde a liberdade intelectual e o interesse político e filosófico, tornando-se meio de elevação do *status* social e disputas de egos; e quando a cultura deixa de ser o encontro entre as pessoas, tornando-se *apartheid* social, criando guetos que não se comunicam entre si.

O indivíduo (pós) moderno se refugia no espaço privado, na segurança do cotidiano do trabalho e da família. Enquanto os problemas concentram-se na esfera pública, a privada é protegida por uma cortina de ferro camuflada por uma imagem paradisíaca. O indivíduo somente se realiza nesse espaço, pensando que o público amedronta e o privado protege.

No trabalho há uma camuflagem dos conflitos, por uma concepção de compartilhamento das dificuldades da empresa. Não há conflito capital x trabalho, por isso instituições mediadoras, como os sindicatos, perdem o seu prestígio. O indivíduo perde a dimensão da função social do trabalho, tornando-se apenas um instrumento para suprir suas necessidades materiais. O conflito apenas existe entre os trabalhadores, de maneira que qualquer atitude de contestação à organização é considerada desvio de ordem individual, exigindo a aniquilação do desviante.

¹⁵ A autora é um referencial na definição de esfera pública e privada, sendo imprescindível nos estudos centrados na política.

A família é o ambiente privado, particular, de interesse único dos seus membros. Por isso, ela é ideal, o reflexo da “mass media”. O indivíduo necessita de despende toda a sua energia vital para satisfazer os interesses do seu grupo. O interesse particular pela família é tão exaltado na sociedade contemporânea que justifica até as atitudes que vão contra o interesse da comunidade. Por isso, devo proteger os meus da virulência e da arbitrariedade dos outros. A família é elevada à posição de principal instituição social; com a sua presença torna-se desnecessária a ação do Estado e da sociedade civil. Porém, qualquer problema com um de seus membros também vai ser de sua total responsabilidade.

Dadas essas considerações, como transpor a suposta segurança do cotidiano da sociedade burocrática de consumo dirigido? Como imaginar novas relações que não sejam pautadas pelo poder, posse e ganância? Como voltar a dar valor à esfera pública? Como ressignificar a esfera privada? Como construir uma cultura da não-violência? Como estabelecer novos pactos?

A suposta resposta seria a criação de novas necessidades que não sejam pautadas pelos interesses da classe dominante, mas frutos de um debate democrático que leva em conta o interesse da coletividade. Para transpor esse cotidiano da sociedade burocrática de consumo dirigido, faz-se necessário utilizar-se da categoria teórica *mediação*.

Com efeito, a mediação nada mais é do que a igualdade consigo mesmo, o momento do Eu-existente-para-si, a pura negatividade, ou seja, a negatividade reduzida à sua simples abstração, o simples devir. O Eu ou devir em geral, esse mediatizar, é justamente, em razão de sua simplicidade, o devir da imediaticidade e o próprio imediato [...]. É ela que faz com que o verdadeiro seja um resultado (HEGEL, 1989, p.18).

Hegel nega que o conhecimento venha do imediato. Para o autor, tudo que existe é fruto de mediações. O conhecimento do real pressupõe a superação da imediaticidade (universal-abstrato) por meio de sua negação (reflexão-mediação) para alcançar a totalidade concreta (universal-concreto), o que exige negação, reflexão e fundamentalmente *mediação* (HEGEL, 1989).

Apesar de o marxismo dever a Hegel esse conceito, a *mediação* em Marx não se restringe ao pensamento, mas à práxis social presente na categoria trabalho. Por isso, é na vida cotidiana que se devem fazer as *mediações* que possibilitam abstrair-se da realidade imediata para elevar-se a um pensamento unificador. Mas isso não é uma tarefa individual, as *mediações* só podem ser feitas como fruto das relações sociais por meio da práxis social do trabalho.

A vida cotidiana é considerada a esfera da alienação na sociedade capitalista. Nessa esfera, o homem restringe-se a sua particularidade, atendendo apenas a seus interesses imediatos. Porém, é somente a partir das demandas heterogêneas do cotidiano que se pode buscar a homogeneização de um humano genérico (FALCÃO, NETTO, 1987; HELLER, 1985; LEFEBVRE, 1991; PONTES, 1997).

É por intermédio da práxis social que o trabalho apresenta a dimensão de não ser pessoa-particular, mas indivíduo-genérico. Esse processo, em que o indivíduo desprende-se das atividades corriqueiras e heterogêneas do cotidiano para transpor uma realidade homogênea que é humano-genérica, é chamado de objetivação. A vida cotidiana é heterogênea e hierárquica. O homem é ao mesmo tempo ser particular e ser genérico: sozinho ele jamais representa a essência da humanidade; genérico nunca é um indivíduo e sim um grupo. É na comunidade que se forma a consciência do nós, além da própria consciência do indivíduo (HELLER, 1986).

O ser humano necessita da consciência de liberdade para superar a suposta ordem e segurança do cotidiano. É preciso que ele se sinta incomodado com a sua rotina diária, e que também supere condutas presumíveis para romper com a ordem, o que requer o uso da sua criatividade e de seu desprendimento para surpreender o seu interlocutor.

Para exceder o esperado, é preciso que o indivíduo deixe seus juízos provisórios baseados na fé em preconceitos e supere os modismos e os comportamentos preconceituosos. Para isso, é necessária a espontaneidade, o que exige perda de referências seguras dadas pelos precedentes e pelas analogias e exerça a confiança no outro, no desconhecido, dada pela consciência do nós (HELLER, 1982).

Acreditamos que tal desaparecimento não é de modo algum utópico, pois se revela como possibilidade a idéia de uma sociedade na qual cada homem possa chegar a ser indivíduo, possa configurar por si mesmo a condução da vida, e na qual a particularidade deixe de funcionar independentemente do humano-genérico. Numa sociedade desse tipo, não seriam suprimidos os falsos juízos provisórios, mas desapareceria a adesão a eles, ditada pela fé, ou seja, desapareceria sua cristalização em preconceito. Também acreditamos possível uma sociedade – que já existiu, mais ou menos plenamente, na história – cuja coesão não exija imprescindivelmente a existência de preconceitos, antes de mais nada porque o conteúdo de sua consciência de nós seria a própria humanidade, ou seja, a integração de base mais ampla, diante da qual seria pouco imaginável uma consciência da alteridade (HELLER, 1982, p.58).

E para atingir essa catarse, é preciso que o indivíduo construa um novo referencial de valores. Esses valores são constitutivos do novo sistema de necessidades humanas, que devem deixar de ser pautadas na posse, na ganância e no poder. As necessidades radicais são aquelas que superam o cotidiano da sociedade capitalista baseado em relações de interesse para obter bens materiais. Superam, ainda, o reino de necessidades para que se obtenha um reino da liberdade baseada nas relações humanas com o fim de conseguir-se bens imateriais (HELLER, 1986).

Nesse sentido, em vez de consumir automóveis, moda e turismo, o indivíduo deve vivenciar arquitetura, arte e cultura. Os bens materiais devem deixar de ser símbolos de *status* e prazer, o que requer a resignificação dos signos, dotando as coisas de sentido material e os sentimentos de sentido imaterial. É preciso que o cotidiano deixe de ser automatizado pelas relações sociais mecânicas, e torne-se palco de relações humanas que prezem pelo ser humano livre e emancipado.

As idéias propostas, apesar dos riscos de um suposto idealismo romântico, são frutos de relações sociais que estão em construção no porão da sociedade dominante. Enquanto teóricos neoliberais propõem o fim da história, num modelo que torna cada vez mais o homem supérfluo e refém da sociedade de consumo, teóricos das classes populares buscam camuflar-se nas instituições sociais para dotá-las de novo significado. É preciso destruir o consenso neoliberal que aprisiona e amedontra o ser humano, para colocá-lo em seu lugar, como protagonista da história.

A *mediação* para a uma cultura da não-violência é incompatível com a sociedade capitalista, sendo necessária a transformação não apenas da superestrutura, mas da infra-estrutura. As condições objetivas da sociedade contemporânea devem ser transformadas; mas chega a ser idealista propor tais mudanças em um momento em que os homens se robotizam em seres narcísicos e *workaholics*, numa sociedade em que o trabalho deixa de ser atividade vital para tornar-se mero instrumento de garantir a subsistência.

O reino da liberdade pressupõe uma sociedade que para medir a riqueza não utilize o critério de posse material. É a sociedade do tempo livre, na qual as atividades produtivas são automatizadas, restando aos homens as atividades que os elevem ao ser genérico, como a arte, a política, a filosofia e a ciência. O homem rico o deve ser em relações humanas. A necessidade de comunidade humana, que era um meio, torna-se um fim. O homem deixa de restringir-se às necessidades existenciais de autoconservação, como alimento, vestuário e necessidade sexual e passa a prezar pelas necessidades humanas qualitativas, como descanso, jogo, reflexão, amizade, amor, realização de si, objetivação e atividade moral (HELLER, 1986).

Para Heller (1986), esses serão os princípios da sociedade dos produtores associados como tentativa de não restringir a existência humana à aquisição de bens materiais, na busca de cultivar uma cultura que ressalte a felicidade de se relacionar com o outro, de agir livremente. No entanto, essa nova cultura social

resvala em uma estrutura social autoritária, dependente e excludente, que suprime a espontaneidade humana.

Por isso, Heller (1986) propõe quatro modelos de práxis social nos quais seria possível a transmutação do sistema de valores da sociedade atual:

- a) Reforma parcial: propõe a transformação de setores particulares, instituições ou relações da sociedade; como reformas no sistema econômico, político, legislativo e educativo. Refere-se a um estrato específico da sociedade e à satisfação de necessidades existenciais quantitativas.
- b) Reforma geral: transformação de toda a sociedade mediante reformas parciais. Os teóricos se organizam numa crítica ao sistema social dominante. Os indivíduos de forma geral não são conscientes de suas necessidades. O aumento da demanda condiciona as necessidades existenciais quantitativas. Não há mudança na estrutura burguesa ou na relação teoria-práxis.
- c) Movimentos políticos revolucionários: busca a transformação radical da sociedade por meio da conquista de poder político. O movimento é levado por uma elite revolucionária que envolve os sentimentos das massas, mas depois da tomada de poder volta à distinção entre burgueses e cidadãos. Há o reforço da necessidade de poder.
- d) Revolução social total: revolução na política e no modo de vida; as bases do movimento se ampliam constantemente. Não é apenas emancipação política, mas humana. A revolução social total não será determinada num espaço-tempo, mas será realizada pelo sujeito-massas, que se torna cada vez maior.

A realidade objetiva para a satisfação das necessidades radicais será a práxis da revolução social total. O sujeito coletivo irá superar o isolamento da pessoa particular e plantar a semente da efervescência das relações humanas. Nesse momento, serão superadas as dualidades teoria e práxis, cidadão e burguês,

educador e educando. A teoria surgirá organicamente das relações humanas (HELLER, 1986).

É preciso assinalar que esse processo não está datado historicamente e nem poderemos determinar de que forma ele vai se dar. O determinismo histórico, segundo o qual o homem constrói a história segundo circunstâncias determinadas, trouxe resultados desastrosos para a humanidade. É um processo que está em curso no interior da sociedade dominante, que por trás da aparente hegemonia, carrega contradições que precisam ser superadas.

Tais mudanças não serão engendradas por líderes heróicos comandando revoltas armadas, mas frutos da ação cotidiana do indivíduo. Resta reconstruir a história dentro de uma ordem democrática em que a responsabilidade é compartilhada coletivamente.

Por isso a história mostrou que o idealismo romântico extremado é pernicioso para o ser humano. Quando os homens se investem de poder e se dizem representantes da massa, podem cometer o equívoco de eliminar social e fisicamente quem se considera inimigo do povo. A consciência do nós não pode suprimir a individuação, pois o homem é ao mesmo tempo indivíduo e sociedade, e é preciso conviver com essas antinomias.

Arendt, como uma estudiosa vítima das arbitrariedades do totalitarismo, entregou-se à missão de denunciar toda forma de opressão ao indivíduo. Deve-se a ela a inestimável contribuição de desvelar os sentidos da opressão do Estado sobre a liberdade individual. Em nome de ideais coletivos, líderes políticos utilizaram meios ilícitos, como roubo, seqüestros e assassinatos. Porém, a autora viveu num momento histórico em que fogo era combatido com fogo. Até o século XX a guerra era a forma usualmente utilizada, pois as democracias eram frágeis.

Assim, em períodos de guerra, a vida pessoal é desqualificada, e a política torna-se lugar de gozo e satisfação de prazeres individuais. Em nome de ideais nobres, persegue-se e assassina-se quem ousa revelar a fragilidade das idéias absolutas. O herói acredita ser imagem e semelhança de Deus, podendo criar tudo através da sua razão inigualável.

Seria ingênuo pensar que essa obstinada convicção, que sobrevive a todas as experiências reais e anula todo o interesse pessoal seja mera expressão de idealismo ardente. O idealismo, tolo ou heróico, nasce da decisão e das convicções individuais, mas forja-se na experiência. O fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das demais formas de idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixou em apuros os seus seguidores fanáticos, matando neles qualquer convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento (ARENDR, 1989, p.358).

Os semideuses foram capazes das maiores atrocidades para reafirmar suas convicções. A vida não tinha valor, pois era algo material, corpóreo, supérfluo. Afinal de contas, havia uma massa de famigerados que poderia ser facilmente eliminada sem fazer falta para ninguém.

Nesse sentido, Arendt (1989, 1994, 1999) combate todo tipo de determinismo histórico, associado por ela ao marxismo vulgar stalinista e ao darwinismo social nazista.

En su abstracción, el problema de si el uso de la violencia está justificado o es injustificable, admisible o inadmisible, me parece totalmente estéril. El dilema sólo puede ser resuelto concretamente desde el punto de vista de los fines de una determinada praxis; desde la perspectiva del carácter de un determinado movimiento social y de la situación concreta (HELLER, 1986, p. 165-6).

A perspectiva de Arendt (1989) é justificada no discurso de Heller (1986) que transparece nesse trecho a tese dos “fins que justificam os meios”. No entanto, apesar da consciência de que os momentos de heteronomia podem conduzir a reações violentas, não se constrói a paz com violência, mas com acordos legais democráticos.

A acomodação da sociedade burguesa leva à apatia política e à omissão. É mais perigosa a omissão dos intelectuais, que, como formadores de opinião, utilizavam-se do cinismo para pregar a tese catastrofista do quanto pior melhor. Num sistema totalitário tudo é idealismo: a segurança da vida, do trabalho e das instituições sociais é substituída por uma fantasia de acordo com a qual tudo pode ser criado, bastando, para isso, a vontade dos membros do movimento. Há um clima de terror constante, pois a qualquer momento os inimigos podem atacar. Assim, todos são suspeitos e precisam ser controlados constantemente pelo aparelho estatal (ARENDR, 1989)¹⁶.

A obra de Arendt (1989), produzida num período entre guerras, também portava certo conteúdo violento, por isso ela assinala abaixo “parece que aqueles que matam em nome da dialética também vão morrer um dia”. A virulência do discurso revela um momento histórico no qual o estabelecimento de verdades absolutas era fundamental.

Em qualquer caso, a imaginação amedontrada tem a grande vantagem de anular as interpretações sofístico-dialéticas da política, que partem da premissa de que algo de bom pode advir do mal. Enquanto o pior que o homem podia infligir ao homem era o homicídio, essa acrobata dialética tinha ao menos uma aparência de justificação. Mas, como sabemos hoje, o homicídio é apenas um mal limitado. O assassino que mata um homem - um homem que sendo mortal tem que morrer um dia de qualquer modo - habita o nosso mundo de vida e morte; entre ambos - o assassino e a vítima - existe de fato um elo que serve de base à dialética, mesmo que esta nem sempre o perceba (ARENDR, 1989, p. 492-3).

O período entre guerras, que se estendeu até o final do século XX, carregava toda a confiança na razão instrumental. A era moderna foi constituída por um momento de conflito ideológico intenso, no qual, com armas e palavras, combatiam-se opiniões contrapostas. Nesse sentido, a arte da retórica é levada aos seus

¹⁶ Arendt (1989) transpõe seus estudos centrados na filosofia e na política para o mundo da cultura, acusando as peças do teatrólogo Bertolt Brecht de justificar a violência. O artista, que falava em suas peças “que antes vem a comida e depois a moral”, é acusado pela autora de destruição dos valores morais, pois “representava no teatro respeitáveis comerciantes como bandidos e saqueadores como revolucionários”. É preciso defender o direito de liberdade que a autora reivindica para a política na esfera da cultura, que é o espaço da liberdade subjetiva de expressar a realidade.

extremos na tentativa de seduzir os interlocutores. Após a guerra-fria, o esvaziamento dos valores coletivos fez diminuir o entusiasmo pelos discursos inflamados. Assim, o fervor político ideológico é abandonado pelo pragmatismo das instituições democrático-legais.

O final do século XX trouxe o fim da guerra-fria e da bipolaridade do mundo entre capitalistas (EUA) e socialistas (URSS). A queda do muro de Berlim e o colapso das experiências socialistas do Leste Europeu ou simplesmente do “estadismo burocrático” levaram o mundo a uma única saída: o neoliberalismo.

Diante de tantas incertezas e desilusões, há uma infinidade de teses e estudos na busca de encontrar respostas para os dilemas atuais. Fazendo-se um pequeno esboço dessa arena de debates, destacam-se três grupos: os críticos otimistas, que acreditam que vivemos o ápice do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e que poderíamos estar próximos de um mundo do trabalho autônomo e livre das tormentas da “alienação”; os céticos, que ao se tornarem viúvos da perspectiva marxista revolucionária pela revolta armada se resignam a um cinismo apático; e os hipócritas, que dizem serem “esta cultura da crise” exageros da esquerda arruinada, e que é preciso apenas manter a saúde do mercado financeiro para deixar a ordem do mundo intacta.

Assim, para os intelectuais orgânicos do capitalismo, a única via encontra-se no livre mercado e no incentivo à competitividade entre os agentes econômicos. Herdeiros do liberalismo ortodoxo, como verdade única e absoluta, os neoliberais acreditam que o mercado é a única instância capaz de desenvolver as potencialidades do mundo e manter a paz social. Para isso, é preciso investir em conhecimento tecnológico (capital orgânico), reduzir custos no processo produtivo e destruir as barreiras que impedem o livre curso do mercado. O neoliberalismo decreta a cisão entre economia e política, a partir da qual o Estado seria reduzido a um mero aparelho de regulação e manutenção do mercado competitivo.

Nessa “nova” ordem, os aspectos infra-estruturais da sociedade seriam deixados sob a responsabilidade de um grupo de especuladores, que, detentores dos enigmas da caixa preta da política econômica, são apelidados de “mercado financeiro”. Enquanto as benesses da saúde do mercado financeiro são desfrutadas por um pequeno grupo de capitalistas monopolistas, o restante da sociedade vive refém de uma política econômica que exclui e extingue direitos sociais.

A nova ordem mundial para superar essas crises cíclicas resolveu investir em uma proposta pautada na globalização do capital e no incentivo à formação dos blocos regionais econômicos e dos conglomerados de empresas monopolistas.

As mudanças implementadas incidem na reorganização do mundo do trabalho, privilegiando-se o capital especulativo em detrimento do setor produtivo. O grande capital é atraído pela mão-de-obra dos países periféricos, que se valem das teses do Estado mínimo neoliberal, responsável por conceder incentivos fiscais, desmobilizar e cooptar as organizações sindicais.

As reformas neoliberais são orientadas pelas agências internacionais do capital: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e FMI (Fundo Monetário Internacional), que ditam as medidas necessárias, sob o risco de excluir do clube do capital global aqueles que não cumprirem as suas determinações. A agenda de compromissos inclui a política de abertura dos mercados, ajuste fiscal, redução dos gastos públicos, flexibilização das relações de trabalho, privatização das estatais e repasse de serviços sociais para a iniciativa privada.

A classe operária, protagonista do processo revolucionário, vê-se fragmentada em dois grupos: os trabalhadores de alta categoria (estáveis, multifuncionais, detentores do conhecimento técnico-científico) e os de baixa categoria (subempregados, temporários, sem proteção trabalhista e desqualificados). Essa fragmentação causa certa divisão na luta de classes, havendo trabalhadores que,

por suas aspirações à classe dominante, identificam-se mais com a burguesia do que com a classe trabalhadora.

Nesse contexto, o número de pobres se multiplica por toda parte. Antes confinada na África, na Ásia e na América Latina, agora a pobreza já imigra para as portas do capitalismo avançado da Europa e da América do Norte, requisitando de seus exploradores uma migalha dos anos de espoliação e degradação.

Diante do cenário internacional, apresentam-se duas saídas. Na primeira, as classes populares transferem toda a sua capacidade de reação para expressões individuais de intolerância autodestrutiva, retratada pela *violência* generalizada entre as diferenças étnicas, religiosas e sociais, como acontece com os grupos neonazistas, terroristas, xenófobos, além da guerra civil provocada pela *violência* urbana que se multiplica numa velocidade assustadora. Na segunda, a sociedade reverte seu potencial transformador na construção de uma contra-hegemonia de matriz popular.

Quando numerosos grupos de jóvenes, y los mejores de ellos, abandonan el sistema de prestigio y de valores de sus padres, basado en el frigorífico y el automóvil; cuando masas de estudiantes, de nuevos los mejores, abandonan las universidades por motivos similares; cuando nuevas estructuras familiares se multiplican, asumiendo formas comunales, todo ello manifiesta que se ha desarrollado la necesidad de transformar la estructura de necesidades existentes (HELLER, 1986, p.181).

Esse deve ser o papel da *mediação* na construção de uma cultura da não-*violência*. Com a apropriação dessa categoria teórica, deve-se utilizar a práxis da atividade produtiva do trabalho para que se estabeleçam novas necessidades. A contribuição de autores como Heller e Lefebvre traz a necessidade de reconstruir-se os valores da sociedade contidos nas instituições tradicionais de educação, família e justiça. E assim pautar-se o cotidiano por necessidades radicais que elevem a pessoa-particular ao indivíduo-genérico, buscando o que há de homogêneo na heterogeneidade.

Ao mesmo tempo, é preciso resgatar a importância das instituições sociais, dotando-as de novos sentidos, sem que se desconsidere a sua importância. O

homem é dual e complexo e necessita concomitantemente da segurança dos direitos e das instituições sociais e da espontaneidade do trabalho criador e da cultura.

É preciso nesse sentido incorporar as contribuições de autores que defendem uma perspectiva individualista-positiva a exemplo de Bobbio e Arendt. Autores fundamentais no fortalecimento do humanismo, pois acreditam que todo o coletivo deve servir ao homem. Para isso, fazem-se necessários o fortalecimento do código legal, por meio dos direitos humanos, e o fortalecimento das instituições sociais que enriqueçam a personalidade individual. Nessa perspectiva, também é necessário o reconhecimento das diferenças de gênero, classe, cor e geração, buscando-se a unidade mediante a defesa de um sistema democrático que preze pelo respeito à diferença e pela qualidade de vida.

Contudo, de tudo isso resta não apagar o passado e saber que é na história que se encontra a substância da sociedade. Ao fazer-se a leitura da realidade atual, é preciso rever os erros tanto das experiências marxistas, como das experiências liberais. A ideologia não pode ser a venda que acoberta a realidade. A ortodoxia das bandeiras político-partidárias deve ceder lugar à luta pelo fortalecimento das instituições sociais e dos direitos do cidadão. Partindo-se da perspectiva histórica dialética, deve-se reconstruir a história e dotá-la de novos significados, ao mesmo tempo em que se fortalece o Estado democrático de direitos.

1.3. CIDADANIA, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO: valores mediadores de uma cultura da não-violência

É preciso dotar a história de sentido. Há algo de essencial para o homem contemporâneo? Quais valores são imanentes ao homem? A liberdade atomista? Ou a igualdade coletiva? Deve-se confiar nos caminhos da razão individual ou acreditar que tudo é um esforço coletivo através do trabalho?

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no século XX imprimiu um ritmo acelerado nas mudanças do mundo contemporâneo. Flexibilidade, descentralização e co-responsabilidade tornaram-se discurso comum das organizações, sejam públicas ou privadas.

Está em curso o desenvolvimento de um novo ciclo de profundas transformações sociais, compreendendo as forças produtivas, isto é, o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e o monopólio da violência; e as relações de produção, isto é, as instituições jurídico-políticas e econômico-financeiras, os poderes do Estado e das organizações multilaterais, o direito internacional, as instituições relativas à integração regional, a mídia também nacional e transnacional, as redes, teias e sistemas articulando indivíduos, coletividades, povos, nações, corporações e organizações (IANNI, 2004, p.21).

A modernização conservadora operada pelo modelo flexível de produção capitalista é baseada no incremento tecnológico, na reestruturação produtiva, e na flexibilização das relações de trabalho. Esse novo arranjo exige mobilidade e descentralização do poder, o que contribui para o fortalecimento do capital transnacional e da rede de interdependência entre as economias mundiais.

As mudanças implementadas incidem na reorganização do mundo do trabalho, privilegiando o capital especulativo em detrimento do setor produtivo. O capital é atraído pela mão-de-obra especializada, pelos incentivos fiscais e pelo baixo nível de organização sindical dos países periféricos. Esse modelo provoca um desemprego em massa que responsabiliza o sujeito por sua condição de não-

empregável, considerando-a em decorrência da sua baixa qualificação diante do progresso tecnológico.

O progressivo desenvolvimento da cibernética trouxe uma revolução cultural no mundo da comunicação. Alguns falam de quarto poder. Se antes era a tríade Estado-sociedade-mercado, incorporou-se a esse complexo o poder da informação. O desenvolvimento informacional retirou do Estado o monopólio da formação do saber coletivo que, através da rede mundial de computadores, movimenta um intercâmbio cultural sem precedentes na história.

Aliadas às transformações objetivas no mundo do trabalho, operam-se mudanças subjetivas nos valores das instituições sociais, abalando seus sentidos tradicionais. É preciso ressignificar tanto as relações sociais entre família, sociedade e mercado, quanto as instituições sociais de educação, justiça, cultura e trabalho. E aí se faz necessário repensar os valores tradicionais da sociedade, buscando-se resgatar os significados dos símbolos e os signos da modernidade. Nesse sentido, este estudo baseia-se no fortalecimento das instituições sociais, dotando-as de novo sentido. Por isso a escolha de cinco categorias teórico-empíricas auxiliares no processo de *mediação* para a *integração social*: cidadania, família, educação, cultura e trabalho.

A cidadania remete ao conjunto de direitos que dá *status* de igualdade às pessoas de um mesmo território, sendo o Estado a instância responsável por homogeneizar esse caráter. Diante das transformações no mundo contemporâneo, a soberania nacional do Estado-nação é substituída pela soberania do capital transnacional especulativo que controla e orienta os rumos da política econômica. Os discursos coletivos são desconstruídos e as instituições públicas esvaziadas de sentido. A economia se dissocia da política, dirigindo autonomamente os rumos das transformações do mundo contemporâneo.

O Estado é satanizado como esfera do arcaico, lento e dispendioso, ao passo que o mercado é considerado moderno, rápido e eficiente. As políticas sociais são desmanteladas e/ou privatizadas, restando um Estado mínimo que, mediante políticas compensatórias e descontínuas, atendem as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

O esvaziamento do Estado trouxe a criação de subpoderes marginais que atuam na ausência do poder público. É crescente o número de pessoas que, infiltrando-se nas instituições sociais, saqueiam o recurso público através da corrupção e do crime organizado. Em decorrência disso, há um aumento do fenômeno *violência* por meio do qual, através de um poder paralelo, organiza-se uma economia informal do narcotráfico, que se vale da vulnerabilidade das instituições sociais. O Estado perde o monopólio da força para o narcotráfico, no qual as favelas dos grandes centros urbanos são as unidades de produção da economia marginal, enquanto a classe dirigente do negócio se infiltra nos poderes executivo, legislativo e judiciário.

No entanto, a diminuição do Estado não foi acompanhada por uma elevação da solidariedade entre os povos. O domínio da sociedade civil sobre o Estado demonstra um período de insegurança, terror e vulnerabilidade social provocado pela substituição do Estado-providência pelo Estado-penitência. Assim, massas supérfluas desempregadas são amontoadas em presídios superlotados que representam nitidamente as diferenciações sociais (WACQUANT, 2001).

É notório que a ação de crescente esvaziamento do Estado provocou uma reação imediata de aumento da condição de vulnerabilidade das massas à miséria e à *violência*. Apesar de não haver uma relação direta entre pobreza e criminalidade, a miséria, se não é justificativa, é pelo menos um dos determinantes do processo. Por isso, faz-se necessário fortalecer o poder do Estado no sentido de garantir condições mínimas de sobrevivência para a população, não deixando as comunidades expostas ao domínio da criminalidade.

“A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que o possuem são iguais aos direitos e obrigações pertinentes” (MARSHALL, 1967, p. 76). Para o autor, há três elementos que compõem o Estado democrático de direito: civil, político e social. Esses elementos são indissociáveis; um elemento depende do outro para se desenvolver, pois não é suficiente garantir direitos sociais se esses indivíduos não são livres para usufruir seus direitos.

Os direitos civis são a garantia de liberdade individual, de expressão, de estabelecer contratos e direito à propriedade privada; os direitos políticos são os direitos eleitorais e de participar de organizações coletivas; e, por último, os direitos sociais que buscam garantir um padrão mínimo de condições para se viver em sociedade (MARSHALL, 1967).

É a partir das lutas em defesa dos direitos sociais, que se deram principalmente no século XX, que a sociedade capitalista começa a se afastar dos princípios democráticos. O próprio Marshall (1967) expôs essas contradições, por meio das quais o modelo burguês, tendo a divisão de classes como princípio fundamental, privilegiou direitos civis que vão se chocar com as correntes socialistas que, por sua vez, privilegiaram os direitos sociais como os garantidores de um mínimo padrão social.

Os mínimos sociais defendidos por Marshall (1967) recuperam a importância dos direitos sociais, porém ele não define esse padrão mínimo. Afinal de contas, não adianta avançar no plano legal se os investimentos econômicos não acompanham a demanda pela melhoria e universalização das políticas sociais. Por isso, é preciso identificar as condições concretas nas quais esses direitos desenvolveram-se historicamente.

Assim, a cidadania desenvolveu-se de forma diferenciada no decurso histórico. Enquanto representantes de um Estado liberal reafirmaram a importância das liberdades presentes nos direitos civis, os socialistas defendiam a igualdade de *status* prevista pelos direitos sociais. Por isso, na segunda metade do século XX, cresceu em nível mundial a influência das idéias socialistas na sociedade capitalista, polarizando o mundo frente a essas duas correntes ideológicas. O Estado capitalista ameaçado por essas idéias é levado a responder às questões sociais, instituindo garantias aos trabalhadores e oferecendo condições mínimas para aqueles excluídos do processo produtivo.

A tradução concreta das colocações feitas a esse respeito são as políticas sociais, ou seja, o conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais. A análise das políticas sociais remete ao âmbito estatal, onde elas se articulam e constituem a substância do Estado de bem-estar, consolidado no pós-guerra (LAURELL, 1997, p.153).

O Estado de bem-estar social, apesar de ter-se desenvolvido de maneira diferenciada em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, baseava-se numa relação de proteção social da sociedade. O modelo instituiu um Estado intervencionista, que trouxe para si a responsabilidade de garantir o desenvolvimento econômico e social da sociedade, o que fez com que o Estado financiasse tanto serviços públicos quanto privados.

No entanto, a crise do modelo intervencionista do Estado na década de 70, provocada pela estagnação econômica, fez com que os representantes da corrente liberal deitassem no Estado e nas suas instituições de bem-estar social os créditos da derrocada do modelo de produção.

Dessa forma, o Estado de bem-estar foi acusado de centralizador, rígido e dispendioso, provocando déficits públicos, onda inflacionária e estagnação econômica. A reforma estatal passa a ser bandeira de luta, tanto de movimentos sociais, que reivindicavam maior autonomia em relação ao Estado, quanto dos representantes do mercado que exigiam condições favoráveis para o crescimento econômico.

E é esse segundo grupo – o dos defensores do livre-mercado e da denominada ideologia neoliberal – que detém o ideário predominante a partir da década de 90. Para o neoliberalismo, a solução da crise consiste em reconstituir o mercado, a competição e o individualismo. Isso significa, por um lado, eliminar a intervenção do Estado da economia, tanto das funções de planejamento e condução quanto como agente econômico direto, por meio das privatizações e da desregulamentação das atividades econômicas (LAURELL, 1997).

Enquanto o liberalismo é acusado de reduzir direitos sociais e implantar uma democracia formal não-representativa de seus cidadãos, as experiências socialistas foram acusadas de autoritárias e cerceadoras das liberdades políticas e civis. As experiências do socialismo real vivenciadas no Leste Europeu e em alguns países asiáticos e americanos foram consideradas como palco das mais arbitrárias práticas de cerceamento da liberdade individual.

Assim, influenciado por uma leitura determinista da perspectiva marxista, foram implantadas ditaduras que mais representavam o interesse de uma elite burocrática do que o conjunto dos trabalhadores. Todas as liberdades individuais de credo e orientação sexual foram cerceadas, além das liberdades políticas e de imprensa. O Estado controlava todos os passos dos indivíduos e todas as instituições sociais de família, justiça e educação deveriam seguir um padrão único.

O espaço da crítica foi suprimido, elevando o marxismo leninista a religião a ser obedecida através da fé em seus ensinamentos. Apesar de um avanço considerável na esfera dos direitos sociais, conferindo aos trabalhadores um padrão mínimo de cidadania, isso foi feito em detrimento da liberdade individual. Sob a justificativa do iminente risco de ameaça externa, qualquer reação contrária ao regime era considerada subversão ou ataque à ordem, sendo legitimamente retaliado pela *violência*.

O Estado deve ser um órgão racional coletivo que coíba as práticas violentas e não um incentivador dela. Toda prática de coibir a liberdade do indivíduo deve ser observada com desconfiança. Primeiro os cidadãos têm seus direitos e só depois o Estado tem o dever de cumpri-los. Por isso, a primazia dos direitos civis, pois o cidadão, para garantir direitos sociais, necessita, como pré-requisito, ser livre. O aparato público deve atuar no sentido de limitar a liberdade do indivíduo para que ele não interfira na liberdade do outro (BOBBIO, 2004).

Os liberais orientados pelo direito jusnaturalista defendem a primazia da razão individual e reafirmam o direito da liberdade, princípio fundamental dos direitos humanos. O direito à vida e à propriedade é considerado primordial, assim como a liberdade política de expressar-se livremente. Os marxistas herdeiros do juspositivismo acreditam que a liberdade está condicionada à condição de igualdade entre os homens, reivindicando um padrão mínimo de direitos sociais contidos nos direitos do cidadão.

No entanto, os direitos humanos e os direitos do cidadão podem ser compatíveis, pois o indivíduo é homem e cidadão ao mesmo tempo. Pode-se argumentar que os direitos humanos foram criados numa concepção de Estado natural, anterior à fundação do Estado civil, e por isso declara a supremacia do homem sobre a sociedade. Porém, foi a consagração dos direitos civis e políticos que possibilitou o tratamento igual entre os homens, pois apesar de o Estado declarar o *status* social, ele permite que o direito à propriedade, cultura e de escolha de uma ocupação seja de natureza individual (BUSSINGER, 1996).

Essa conciliação entre direitos humanos e direitos do cidadão originou-se em Bobbio (2004), que acreditava na construção de um sistema internacional na defesa dos direitos. Na sua busca de encontrar os direitos básicos de qualquer cidadão do mundo, o autor contribuiu para o fortalecimento dos direitos do homem

e do cidadão. Assim, além das legislações internacionais, foi um defensor dos direitos das minorias, seja de gênero, cor, orientação sexual ou geracional.

Bobbio foi um otimista irrepreensível que acreditava no poder de transformação do ser humano e no avanço do direito. Criticava toda postura apática de melancolia e pessimismo como própria de um desapego à vida. Por isso, a democracia teve Bobbio como um dos seus grandes defensores, que optou por reforçar a liberdade individual como motor da construção e defesa dos direitos sociais e políticos.

A concepção individualista de sociedade já conquistou muito espaço. Os direitos do homem, que tinham sido e continuam a ser afirmados nas constituições dos Estados particulares, são hoje reconhecidos e solenemente proclamados no âmbito da comunidade internacional, com uma conseqüência que abalou literalmente a doutrina e a prática do direito internacional cujos sujeitos até agora considerados, eram eminentemente os Estados soberanos (BOBBIO, 2004, p.116).

Assim, cidadania envolve uma relação objetiva-subjetiva entre a garantia dos direitos através do Estado e da participação ativa dos seus cidadãos, o que implica a garantia fundamental dos direitos sociais de educação, saúde, segurança e lazer, a liberdade política de associação e filiação político-partidária e a condição *sine qua non* de garantir esses direitos, que é a liberdade individual.

No entanto, o regime político que se persegue é de uma democracia radical – na qual a participação da sociedade civil é direta e constante – por meio da reivindicação e efetivação de direitos em todas as esferas da vida. A sociedade civil é um ator plural e controverso, mas quando atua na cena pública deve ser orientado não apenas por vontades pessoais, mas por um projeto de sociedade, ou seja, por uma noção de cidadania que ultrapasse o sentido de morador de uma cidade, para portadores de utopias que acreditam que a sua qualidade de vida está condicionada à socialização da riqueza produzida.

No entanto, o Estado não deve ser um aparato burocrático que tutela os cidadãos. Para isso, tornam-se necessárias políticas sociais que revalorizem a parceria Estado-Família-Sociedade. O valor Família foi rechaçado pelas teorias marxistas

como um valor burguês liberal. No entanto, a história mostrou que a política, quando orientada pelos interesses meramente técnico-burocráticos, pode ignorar as reais necessidades da sociedade.

Para isso, o Estado capaz de responder aos anseios de seus cidadãos deve basear suas ações no cotidiano. E a família é o espaço privilegiado em que se processam as estratégias individuais de enfrentamento dos problemas corriqueiros. É a expressão da solidariedade orgânica entre os indivíduos, a forma particular de individuação, de expressar a maneira de pensar, sentir e agir de todos os estratos de classe. A família, apesar de ser acusada de ser uma instituição tradicional burguesa, é essencial para aqueles setores da sociedade que são excluídos tanto das políticas sociais do Estado, como do mercado de trabalho.

No entanto, a concepção tradicional burguesa de família, como lócus de reprodução do *status* e riqueza material, não é única. As famílias são instituições de transmissão de afeto, segurança e disciplina imprescindíveis para o desenvolvimento humano.

Por isso, apesar de o valor social do grupo estar presente desde as sociedades pré-letradas, a idéia de família transformou-se historicamente. O sentimento de família que se tem hoje era desconhecido na Idade Média. O que se tinha era o respeito à comunidade e às linhagens nobres. Não havia separação entre vida doméstica e vida profissional. Os filhos não eram criados por apenas uma família, mas também por outras para que aprendessem os hábitos de um cavalheiro e a prática de um ofício (ÁRIES, 1981).

Política e economia conjugavam-se, porém o poder decisório era espaço restrito à nobreza e à Igreja Católica. Todos dependiam de uma solidariedade orgânica da comunidade; a desigualdade entre senhores e servos era natural, por isso os subordinados eram tutelados pelos soberanos.

Os valores da sociedade medieval eram a ambição e a reputação, ambos influenciados pelos ideais renascentistas. Depender de alguém não era algo humilhante, pois a sociedade se apresentava como uma rede de dependências. A casa não era privada, era aberta para a comunidade. E o trabalho manual era próprio dos estratos inferiores, enquanto a camada privilegiada da sociedade vivia da arte, da conversação e da política (ÁRIES, 1981).

No entanto, com o advento da sociedade moderna capitalista, os valores tradicionais medievais foram rechaçados, rebaixando a nobreza e os clérigos à condição de usurpadores da liberdade dos indivíduos, que deveriam ser equiparados à condição de iguais em direitos, independentemente da linhagem. Com a superação do feudalismo pela sociedade capitalista, todos podiam, através do trabalho, apropriar-se da riqueza, que dependia da capacidade individual.

A riqueza e a linhagem nobre deixam de ser valorizadas. O valor central torna-se o trabalho. Era indigna a riqueza que não provinha do trabalho, por isso não se deveria exibir fortuna publicamente. A comunidade torna-se o inimigo externo, aquele que cerceia a liberdade e o poder de apropriação. A casa deveria ser o refúgio que protegeria os filhos para que eles pudessem ser preparados para competir com os filhos dos outros.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos fazendo-os abrir para um corredor de um acesso [...] Já se disse que o conforto data dessa época: ele nasceu ao mesmo tempo em que a intimidade, a discrição e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenômenos (ÁRIES, 1981, p. 185).

Por isso, a casa passou a ser a aspiração daqueles que precisavam dar proteção aos seus próximos. Era preciso proteger a família adquirindo uma moradia em bairros com indivíduos semelhantes. A sociabilidade se retraía enquanto toda a

energia era gasta para educar as crianças. A reputação e a convivência pública deram vez à polidez e o respeito à intimidade (ÁRIES, 1981).

Os valores burgueses de família foram criticados pelo marxismo como locus de perpetuação do poder e da riqueza capitalista. Para os marxistas, a família para os burgueses serve apenas para a preservação do poder econômico e do *status* social. Apesar de difundir a idéia romântica de que o casamento serviria para a transmissão de afeto e solidariedade, as uniões eram formadas apenas para proteção da propriedade privada.

A restrita visão de família como órgão reprodutor de riqueza material fez com que regimes baseados no socialismo interviessem na intimidade dos indivíduos. Assim, o Estado era responsável pelo controle da natalidade e pelo impedimento do divórcio, considerados responsáveis pela desagregação das relações comunitárias e pela capacidade de auto-reprodução. A família deveria ser o espelho do Estado, com um poder central paterno e tutelador dos valores sociais. Assim, diversos arranjos familiares tradicionais e uniões homossexuais eram criticados por representarem a decadência da sociedade socialista.

Os indivíduos nas sociedades do socialismo real viam a família como espaço de reprodução social. Por isso, o romantismo presente no modelo liberal foi substituído por um utilitarismo social. A família deveria estar subordinada aos ideais coletivos do trabalho e da política. Ela deveria ser secundária, apenas como locus auxiliar de transmissão dos ideais coletivos transmitidos pelo Estado. No socialismo real, tudo era subordinado ao social: família, cultura e educação deveriam ser subordinadas aos interesses coletivos.

O materialista vulgar não acredita em ideais românticos que não possui utilidade prática. Assim, família era espaço de reprodução social para o trabalho, mera instância de satisfação de necessidades materiais, como comida, vestuário e necessidade sexual. Por isso, para os marxistas ortodoxos, a família não teria um

valor moral, mas seria um instrumento de reprodução da força de trabalho para o processo produtivo.

Por outro lado, liberais ortodoxos supervalorizaram a esfera familiar como realizadora de todas as idealizações sociais. A esfera pública era satanizada e o Estado era visto como lócus de dominação e apropriação indébita da riqueza privada. O coletivo cerceia a liberdade individual de expressão de idéias e de ampliação das riquezas. A família tinha espaço privilegiado, era o valor central, pois oferecia proteção contra as ameaças externas. No modelo neoliberal, que declara o Estado mínimo de direitos, a família é deixada à mercê da capacidade individual de provisão de seus membros.

Dessa forma, a esfera da família é considerada auto-suficiente e o indivíduo deve satisfazer todas as suas necessidades sociais. Por isso, é necessário que seus membros sejam aptos e capazes de oferecer as melhores condições para a sua autoconservação e auto-reprodução. Há a revalorização da economia familiar, como modelo econômico privado, além do nepotismo na ocupação dos empregos públicos e privados. A educação deixa de ser instrumento de socialização e construção do saber coletivo, tornando-se arte transmitida por escolas elitistas que buscam manter os padrões morais dominantes.

Assim, revendo equívocos tanto à esquerda, quanto à direita, a família deve ser instância participativa na definição dos rumos da política. Ela não pode ser tutelada por um Estado paternalista que acredita saber quais são suas necessidades. Porém, o total abandono da família pelo aparato público a torna vulnerável ao individualismo, à violência, à miséria e às drogas, expressões da questão social emergente.

Por isso, é preciso que as famílias deixem o espaço do privado e retomem a cena pública. E que, por meio dos espaços públicos legítimos, como conselhos, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, possam intervir nos rumos da

política social. As redes familiares devem complementar o Estado de direito, sendo os cidadãos ativos na participação da implantação, do acompanhamento e da avaliação das políticas. Ao mesmo tempo, a família deve ser fortalecida para que transmita valores de proteção, disciplina e afeto para seus membros, sem recorrer ao uso da *violência*.

Por isso, a família, apesar de assumir formas diversas – seja monoparental, ampliada ou homossexual – deve preservar seu conteúdo ético-moral e afetivo. No entanto, é preciso transpor as barreiras da intimidade para dedicar-se às questões sociais, pois a família é o principal alvo das conseqüências do individualismo e da falta de referências da sociedade atual. A família, como grupo orgânico antecessor à idéia de Estado, é a primeira experiência de grupo do indivíduo, importante para o fortalecimento das relações sociais. Por isso não se deve ignorar a importância da família como exercício de solidariedade e co-responsabilidade pelo outro.

Diz-se: não limitar nossa liberdade significa não se adequar a nenhum tipo de convivência. A vida em comum sempre limita nossa liberdade. Infelizmente, essa segunda tendência corre o risco de conquistar um peso cada vez maior. A liberdade alcançada através desse processo é uma liberdade negativa, já que-com o fim de todo hábito da vida cotidiana-exclui qualquer responsabilidade em relação aos outros (HELLER, 1982, p.165).

Liberdade é sempre liberdade para alguma coisa e não apenas liberdade de algo. Ninguém pode ser livre se em volta deles há outros que não o são. Até para Marx apenas na sociedade burguesa há um desenvolvimento da individualidade plena, que deve ser retomada e desenvolvida pelo socialismo (HELLER, 1982).

No entanto, é preciso que as famílias sejam formadas para participar, para despertar a liberdade de agir, já que as classes populares historicamente foram subjugadas pelo poder autoritário que elimina qualquer tentativa de autonomia e emancipação dos indivíduos. E para isso se faz necessário o domínio básico da razão através da educação.

Para Arendt (1994), o uso de instrumentos violentos para alcançar seus fins tem origem na ausência ou no uso incorreto da razão pelos homens. A *violência* é

irracional e instrumental, não possui objetivos em longo prazo e sim uma solução rápida e imediata. E seria instrumento daqueles que não dominam a razão, caracterizando-a como pré-política.

[...] esperar de pessoas que não têm a menor noção acerca do que é res pública, a coisa pública, que se comporte de maneira não violenta e discutam questões de interesse não é realista e nem razoável. A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la (ARENDRT, 1994, p.58).

Assim, a ausência de domínio lógico-racional dos princípios que regulam a vida em sociedade suscita a *violência*. Por isso, a redução da criminalidade deve prezar pelo incentivo à política de educação, elevando a formação técnico-científica e filosófico-política da sociedade. A socialização do conhecimento levaria a um compartilhamento das normas sociais, reafirmando o pacto social.

O direito deveria assim ser guiado pela razão e conter um princípio simples e básico que fosse acessível a todos. Para essa concepção herdada da filosofia kantiana e dos defensores do jusnaturalismo, o direito deve ser alcançado através de um princípio lógico-racional e não pode ser um complexo filosófico digno das mais diversas versões e decifrável apenas por especialistas. Por isso, a defesa de legislações internacionais que incorporem as necessidades básicas humanas que são únicas e universais.

[...] algo é justo mesmo que não haja ninguém que possa fazê-lo vigorar, não diversamente do que ocorre em matemática, onde as relações aritméticas são verdadeiras mesmo que não haja quem numere nem existam coisas a numerar (BOBBIO; BOVERO, 1986).

Nessa perspectiva, a educação seria transmitida pelas instituições sociais de ensino que deveriam dominar um conteúdo unitário na transmissão dos valores e regras sociais dominantes. Há a defesa de legislações simplificadas que não sejam armas de operadores do direito mal intencionados que legitimam qualquer ação através da interpretação da lei. O direito é para ser compreendido pelas pessoas e não interpretado, restando aos especialistas e legisladores, baseados no cotidiano da população, rever as imperfeições do código consuetudinário.

Direito nesse sentido é sinônimo de saber racional e científico. Por isso, a crítica à razão do direito aristotélico juspositivista ao representar o direito localizado na história. Os jusnaturalistas acreditam na metafísica do direito, de acordo com a qual o homem deve ser subjugado à lei divina. Porém, as críticas que recebem dizem respeito ao fato de que quando se tentam reduzir as leis às regras matemáticas acabam por desnaturalizá-las (BOBBIO; BOVERO, 1986).

O saber racional é premissa do direito jusnaturalista liberal, que acusa a perspectiva historicista de substituir o poder dos deuses, como capaz de determinar o futuro.

O próprio motivo da promoção do labor como trabalho na era moderna foi a sua produtividade; e a noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não a razão) distingue o homem de outros animais, era apenas a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava (ARENDR, 1999, p.97).

Para Arendt (1989;1999), o determinismo histórico marxista deixa todos como escravos do trabalho, enquanto as atividades que verdadeiramente libertam seriam consideradas improdutivas, como a arte, a ciência e a filosofia. Trabalho é apenas aquele que é produtivo, por isso permite o domínio irracional da natureza em prol do desenvolvimento econômico. O utilitarismo social marxista acha beleza no que é útil e prático, devastando todo o patrimônio natural em prol do domínio do trabalho.

Porém, contestando as últimas acusações, a lógica dialética não domina a natureza, ela é a própria natureza. Há uma metafísica na relação causa-efeito que não se domina através da razão, e que contesta a idéia positiva de que se podem captar as regras de funcionamento das coisas. Por isso, o trabalho faz o movimento da práxis entre pensar, sentir e agir, que no devir histórico dá sentido a acontecimentos isolados (LEFEBVRE, 1979).

Para Bobbio e Arendt, é preciso definir o conteúdo moral da razão. É preciso que a razão a ser transmitida pela educação obedeça a princípios lógicos que possam ser facilmente assimilados pelo cidadão comum. O direito tem que ser ao mesmo tempo técnico-científico e político-filosófico, o primeiro no sentido de transmitir as regras básicas de convivência social e o segundo no sentido de reformular as regras que não condizem com o cotidiano das pessoas.

Enquanto a ciência é a arte da demonstração da verdade, a filosofia é a arte da interpretação e explicação dos fatos. Por isso, a educação deve ser a transmissão tanto da ciência como da filosofia. Hoje há um preconceito contra tudo aquilo que não tem validade prática, mas a utilidade é algo cognoscível? As necessidades são metafísicas e universais? São essas as questões da filosofia que buscam refletir acerca dos hábitos cristalizados do cotidiano da sociedade.

Mas ciência também é ideologia, ela faz parte da superestrutura da sociedade. Por isso, não podemos acreditar que o progresso científico é um Messias que trará uma sociedade de abundância, e tudo o que é necessário para satisfazer as nossas necessidades. Lógica e metodologia têm valor instrumental. É a filosofia da práxis que fará a conexão entre a cultura popular e o saber científico (GRAMSCI, 1978)¹⁷.

A filosofia deve ser tarefa cotidiana, não própria de uma categoria especializada. É preciso que pessoas comuns se apropriem desse conhecimento e busquem refletir e participar nos espaços coletivos, colocando a ciência a serviço da sociedade.

¹⁷ Político e intelectual orgânico, nascido na Sardenha, Itália, em 1891, filho de camponeses pobres, Gramsci deixou a sua atrasada terra natal em 1911, deslocando-se para Turim. Em 1915, dirigia o jornal da seção socialista de Turim, e foi eleito secretário da seção regional do Partido Socialista, ajudando a fundar o Partido Comunista Italiano em 1921. Por ser forte opositor do fascismo de Mussolini, o ditador ordenou a sua prisão. Durante 11 anos, ficou preso, passando por sofrimentos inenarráveis, como a tuberculose e a insônia. Porém, continuou defendendo suas idéias e escrevendo suas obras, anotando seus pensamentos em 32 manuscritos que conseguiram escapar à destruição da polícia fascista. Mussolini ofereceu clemência a Gramsci se esse revisse suas idéias contra o fascismo, mas o intelectual resistiu e continuou na prisão. Gramsci morreu em 27 de abril de 1937, dias depois de sua libertação, ordenada por Mussolini, para evitar que a sua morte na cadeia abalasse o prestígio de seu governo (GRAMSCI, 1978).

Cria-se uma nova cultura não apenas pela técnica e pelas descobertas individuais geniais, mas pela sua socialização. É essa a arte da filosofia que requer o domínio lógico da razão, mas implica a direta socialização do conhecimento. Ela é responsável por dar um conteúdo moral à razão, a fim de conferir sentido ao avanço técnico dos homens (GRAMSCI, 1978).

É verdade que nela [na filosofia] se contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece-me que o ponto mais importante seja o contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças e não se deixando levar pelos impulsos instintivos e violentos (GRAMSCI, 1978, p.16).

O direito como a ciência da moral, como afirma Bobbio e Arendt, deve ser algo simples, de domínio de todos. As leis devem ser acessíveis e assimiláveis facilmente por uma técnica simples de aprendizado. A filosofia, como afirma Heller, Lefebvre e Gramsci, também deve ser de domínio coletivo, no entanto ela não se reduz a uma técnica, uma vez que é a arte do pensar, refletir e agir.

Por isso, qualquer profissional da educação é um decodificador de símbolos. É a idiosincrasia, na qual o educador é quem parte do mundo do seu interlocutor para tornar o seu mundo cognoscível. E com esse processo tanto educador como educando saem transformados. A educação aqui pretendida é cotidiana, não estando restrita aos bancos de escola, e devendo acontecer na família, no trabalho e na cultura.

Nesse sentido, é imprescindível o resgate de Paulo Freire, que soube como ninguém derrubar os muros que separavam o mundo entre gênios e ignorantes. O método Paulo Freire é referência na educação para a liberdade e a emancipação humana.

A educação é uma resposta da finitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria

educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1979, p.28).

Assim, mediante um método crítico, dialógico e ativo é possível despertar a participação dos homens na sua vida comunitária. A educação é um direito e uma obrigação de todo cidadão, que deve se livrar das vendas da ignorância para tornar-se agente de sua cidadania. É preciso ter a coragem de se despojar da proteção dos senhores da razão e do poder e buscar uma liberdade que signifique tornar-se responsável por sua própria condição no mundo.

Por isso a escola, instituição oficial de transmissão de ensino, deve se aproximar dos espaços cotidianos da comunidade. A educação deve ser dada a partir do ambiente em que está inserido o educando, que deve ser multiplicador desse saber. A educação deve perder o seu caráter meramente utilitário de promover o *status* social e econômico, para ser um bem em si mesmo. As pessoas devem ter a educação como necessidade básica de sobrevivência, que proporciona felicidade de estar no mundo.

A educação deve ser a arte do diálogo, da crítica e da criatividade que envolve as pessoas. A educação como política é de responsabilidade do Estado na dotação de recursos materiais e humanos para seu funcionamento, das famílias no ingresso e acompanhamento dos seus filhos e da sociedade no envolvimento com as questões referentes ao sistema de ensino. A educação como troca envolve tanto a participação de seus educadores, que devem ter a responsabilidade da capacitação contínua e decodificação dos símbolos, como dos educandos na disposição à troca e à busca insaciável de saber.

Assim, é preciso que as instituições de ensino entendam que o domínio da ciência e da filosofia é um processo indissociável. A transmissão de conhecimento deve ser uma troca que destitua o poder absoluto do educador para transformá-lo em um bem imaterial que não tem forma, valor, nem propriedade. O conhecimento é patrimônio da humanidade, apenas existe como fruto de um processo contínuo de

significação e ressignificação dos símbolos. A sua forma é dada pelas pessoas que mediante suas relações sociais o utilizam para enfrentar seus problemas cotidianos.

Nesse processo, a cultura tem papel imprescindível como possibilidade criativa de produção do novo. A cultura dos povos é a forma única com que as pessoas manifestam as suas particularidades. Ela não pode ser unificada ou homogeneizada, deve ter sempre espaço para crítica, construção e transformação. A cultura é democrática e todos os seres humanos são capazes de criá-la por meio das manifestações artísticas da poesia, da música, do cinema, da literatura, da arquitetura, etc. É toda manifestação humana que possui sentido coletivo. É estar no mundo e na relação com o outro pela linguagem e ressignificar os símbolos e signos do cotidiano.

A cultura é o espaço filosófico das pessoas comuns, que pela linguagem, pelo bom senso, pela religião popular e pelas superstições dão sentido às coisas que pertencem ao seu mundo. É o reino dos sentidos, das emoções, das paixões. Não há espaços para regras formais, academicismos ou pragmatismos. É a linguagem universal, a conexão entre o subjetivo-objetivo, pois passa do saber, para compreender e depois sentir. E do sentir, para saber e depois conhecer (GRAMSCI, 1978).

É impressionante como um intelectual como Gramsci, vítima das mais brutais perseguições políticas, tenha sido capaz de ser tão apaixonado pela vida e pelo mundo. O autor morreu sendo um pacifista defensor da filosofia e da política.

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente às leis da história, a uma concepção do mundo superior, científica, e coerentemente elaborada, que é o saber; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1978, p.139).

A cultura é a arte da linguagem popular que utiliza seus mais diversos símbolos para significar o mundo. É o palco das diversidades, que se apresenta excêntrico, não havendo espaços para padrões e modismos. É a capacidade humana de surpreender o outro, de manifestação espontânea e criativa. É o desabafo subjetivo, o espaço para o jogo, o lúdico e a brincadeira.

A cultura não está limitada ao poder do Estado, que não deve controlar a sua produção. É o espaço da manifestação individual do coletivo. A cultura não tem responsabilidade com o racional-legal e com o social-político, é a fuga da realidade para o inconsciente coletivo. É a capacidade subjetiva da criação humana, a necessidade imaterial de estar no mundo. Também é considerada cultura toda forma prática de enfrentamento do cotidiano, o senso comum, que se torna bom senso ao driblar as dificuldades diárias através da criatividade.

Atualmente esse conceito refere-se ao plano do simbólico, do imaginário ou das criações que servem à comunicação humana em suas várias linguagens: do corpo, do gesto, da disposição espacial dos objetos, da fala, da escrita e assim por diante. Mas a cultura é, sobretudo, prática, pois se manifesta em vários planos da atividade humana ou do concreto, do sensível e do imediato: no jogo de futebol, no uso de ervas para a cura, no uso de metáforas para representar a realidade vivida, naquilo que para citar apenas dois autores mais conhecidos no Brasil, Lévi Strauss (1962) chamou de pensamento selvagem, em sua teoria da comunicação, e Bourdieu (1989) chamou de pré-reflexivo, não consciente, em sua teoria do poder simbólico (ZALUAR, 2004, p.111).

É o espaço sobretudo do corpo, dos instintos e dos sentimentos. É a linguagem não-verbal, o não-dito, o irracional. É a manifestação do oculto, do metafísico e do inexplicável. É a maneira como o grupo se comunica e interage com o outro; são as formas de interpretar o mundo e superar os desafios cotidianos. É o gosto pela natureza do homem, aquilo que o desprende de padrões e normas de comportamento.

A cultura é a educação não-formal, é o espaço da criação e de simplificação do processo cognitivo. É a heterogeneidade do cotidiano, pois ela representa como um determinado grupo se manifesta. Há espaço para as diferenças de classe,

gênero, orientação sexual, credo ou geração. Ela é a linguagem universal das diferenças, da compreensão e da aceitação do outro sem negar a sua existência. É o espaço da transgressão passiva das normas que utiliza espaços informais para ressignificar o sentido da existência humana.

No entanto, há uma tentativa da sociedade contemporânea de homogeneizar a cultura por meio da lógica da sociedade do consumo dirigido. A cultura “mass media” tenta imprimir uma maneira única de pensar, sentir e agir. A tecnologia da informação é utilizada como instrumento de disseminação de ideologias em todo o globo terrestre. O globalismo não permite manifestações de diferença, pois todos precisam obedecer ao padrão de consumo exigido, confirmando-se a idéia de que quanto mais bens materiais são adquiridos mais humanos se tornam os indivíduos.

A linguagem da “mass media” é a publicidade que se infiltra nas ciências e na cultura para tornar seu produto indispensável à vida cotidiana. A realização humana apenas é permitida com a apropriação de bens materiais. No entanto, o encantamento da publicidade é como o “canto da sereia”, ela vende coisas como valores. Por isso, você não compra automóveis, moda ou turismo, você está adquirindo afeto, beleza e conhecimento.

A publicidade não fornece apenas uma ideologia do consumo, uma representação do “eu” consumidor, que se satisfaz através do consumo, que se realiza em ato e coincide com sua imagem (ou seu ideal). Ela se baseia também na existência imaginária das coisas, da qual ela é instância. Implica a retórica e a poesia sobrepostas ao ato de consumir, inerentes às representações. A classe operária consome um número imenso de signos, mas sua cotidianidade revela uma série de pressões pela falta de apropriações, gerando a frustração de seus membros (LEFEBVRE, 1991).

A cultura popular é ridicularizada, de maneira que todos os símbolos das classes populares são associados à promiscuidade e à violência. Há um sentimento generalizado de falta, carência e derrota por não se poder acompanhar as demandas do mercado. A cultura deixa de ser espaço democrático na expressão popular, para ser domínio exclusivo da “mass media”. A sociedade hedonista associa prazer à posse material, seja de coisas ou sentimentos.

A publicidade é o domínio da linguagem, do simbólico e dos signos. Não há necessidade de haver associação direta com a realidade, pois se trata de um mundo de idealizações e fantasias. A ausência de liberdade para expressar a razão é substituída pela razão burocrática do consumo, que prescreve a receita da vida. Há um neo-hegelianismo, que valoriza a supremacia da racionalidade abstrata da palavra escrita e dos signos imaginários sobre o cotidiano das pessoas (LEFEBVRE, 1991).

A cultura é despojada da espontaneidade, e tudo deve estar previamente inscrito numa cartilha de boas maneiras. Os guetos se multiplicam e o diferente torna-se desvio moral ou patológico. Os grupos se associam em iguais, que aniquilam qualquer possibilidade de comunicação com o outro. Há um preconceito com o diferente e uma desconfiança constante daquele que não reflita a própria imagem. A arte é apenas considerada legítima quando representante dos iguais no grupo.

Cultura torna-se propriedade da “mass media”, que apenas considera modernos quem representa fidedignamente seu modelo. Os robôs teleguiados consideram-se livres e exóticos, mas são expressões de uma cultura de massa que aprisiona toda a espontaneidade. A música é produzida pelos grandes selos fonográficos; a literatura é reduzida à auto-ajuda de pseudo-escritores; o cinema retrata apenas o *american way*; a arquitetura é substituída pela decoração de interiores. Artistas são formados nas agências de modelo e nos bancos de escolas que desconsideram qualquer manifestação que não seja espelho de si mesmo.

O dinheiro não é mais o fetiche da mercadoria, substituindo-se pela imagem da publicidade. É necessário que você represente uma imagem de glamour, luxo e diferenciação social. Por isso a valorização da cultura “mass media”, responsável por transmitir o adestramento da massa pela classe dominante. O homem está preso a uma cotidianidade pré-estabelecida, que homogeneiza os comportamentos na família, na escola, no trabalho e no lazer.

A cultura, como transmissora de valores, pode ser responsável tanto por criar necessidades representativas da posse, da ganância e do poder, como pode ser representativa da felicidade, da liberdade e da justiça. É através da arte que se dá a elevação moral da pessoa-particular para o humano-genérico. É o espaço da catarse, da elevação moral acima da cotidianidade. É o momento de satisfação das necessidades radicais que não podem ser realizadas na sociedade burocrática do consumo dirigido. É substituir o trabalho fastidioso pelo espaço do lúdico, dos jogos e das brincadeiras (HELLER, 1982).

Para isso, é necessário devolver a humanidade ao robô, dotá-lo de sentimentos e instintos. É preciso reprogramá-lo para pensar, sentir e agir espontaneamente. Dotá-lo de estrutura orgânica e de humanidade, recuperando o apego ao esforço do trabalho criativo da arte, da ciência e da filosofia, numa busca pelo sentido da sua existência. É resgatar o sentido de viver em comunidade, como a arte do diálogo aberto e compreensivo. É respeitar os deuses da natureza, conviver com o acaso e a incerteza e não querer dar significado a tudo.

Este estudo não advoga a defesa de ideais medievais, apenas a convivência harmoniosa com a natureza, sem abrir mão dos conflitos da razão. É o resgate da confiança no outro, na superação dos preconceitos ao diferente. É usar os símbolos da modernidade como instrumentos para criação, comunicação e transformação social. É a apropriação da arte, da poesia, da música, da literatura marginal para tornar-se parte da hegemonia. É demonstrar que as periferias dos

centros urbanos não refletem apenas drogas e criminalidade, mas arte e criatividade.

É manipular o canto da sereia da publicidade, ocupando seus espaços e por seus discursos transmitir os símbolos das classes populares. É tornar o diferente hegemônico, daí a importância da valorização das minorias de classe, gênero, cor e orientação sexual. É fazer a cidade harmônica com seus cidadãos, tornando os espaços humanos acessíveis a todos. É destruir o arbítrio dos signos da posse do automóvel e da moda, que controlam os espaços e as manifestações autênticas.

É a revolução cultural da vida urbana que visa à reabilitação de noções como obra, criação, liberdade, apropriação, estilo, ser humano. Concebe o filosófico como primordial, que coloca toda a técnica a serviço da transformação do cotidiano. Obra de arte torna-se aquilo que é fruto da imaginação e da criatividade humana. É a revolução cultural, sexual e urbana que torna o cotidiano uma festa amplificada, recuperando-se a felicidade estabelecida pelas relações sociais (LEFEBVRE, 1991).

É o princípio teleológico do homem. Se a realidade não atende aos seus interesses, ela não pode ser mantida. É esse o poder da cultura de traduzir a língua dos povos, de demonstrar as diversidades no interior do globalismo. No entanto, isso não se reduz ao irracionalismo e ao senso comum. É a partir da decodificação dos sentimentos das pessoas que se coloca a ciência a serviço da humanidade, propondo-se políticas e ações práticas que tornem o cotidiano um espaço democrático.

Assim, o trabalho torna-se o espaço privilegiado para a concretização das percepções da maneira de pensar, sentir e agir das pessoas. Se a cultura é território dos sentimentos e das emoções, o trabalho é campo da práxis social e das objetivações. É pelas relações sociais estabelecidas pelo trabalho que se pode utilizar o poder de criação e de transformação da cultura.

Para fins didáticos, utiliza-se o trabalho como esfera da vida cotidiana capaz de fazer a *mediação* para uma cultura da não-violência. Porém, o trabalho abstrato, como categoria teórica marxista, é o sentido da vida, é a categoria ontológica do ser social. O homem apenas pode ser chamado assim, pois utilizou-se de instrumentos para deixar a condição de animal. O homem possui uma estrutura intelectual complexa, no entanto de nada vale a razão se ela não for utilizada para transformar o mundo. E é essa a capacidade do trabalho: estabelecer relações sociais que permitiram o avanço intelectual do homem.

Portanto, apenas quando trabalha sobre o mundo objetivo é que o homem se realiza como um ente genérico. Essa produção é sua vida genérica ativa. Através dela a natureza se evidencia como obra sua, do homem, e como sua realidade. O objeto do trabalho, por conseguinte, é a objetivação da vida genérica do homem; e isso porque ele duplica não só intelectualmente, como se dá na consciência, mas também ativamente, realmente, e portanto vê a si mesmo num mundo feito por ele (MARX, 1974 apud LUKÁCS, 1979, p.142).

Para a perspectiva histórico-dialética, o trabalho possui a capacidade de objetivar o subjetivo. Aquilo que só existe através de generalizações mentais é concretizado através do trabalho. É a práxis social da relação teoria-prática, é o espaço das relações sociais em que um conjunto de forças de trabalho se reúnem para produzir algo que é social. Por isso, a riqueza só pode ser produzida mediante o trabalho e a renda da terra. O trabalho é social, a força de trabalho é individual, por isso o trabalhador apenas pode vender sua força de trabalho.

O trabalho na Idade Média era considerado uma atividade servil. Todo aquele que dependia do trabalho para sobreviver era considerado pertencente a uma casta inferior. Com o advento da modernidade e a evolução do sistema capitalista, o trabalho é elevado como única fonte de riqueza. Assim, a Revolução Francesa, na política, e a Revolução Industrial, na economia, promoveram o triunfo do individualismo, com o qual o progresso apenas dependia da capacidade individual de produzir riqueza.

Para Arendt (1999) Marx comete um equívoco ao distinguir trabalho produtivo de trabalho improdutivo. O primeiro envolveria a produção de riqueza e o segundo seria uma espécie de perversão do trabalho, algo parasitário, toda atividade que não enriquece o mundo. Marx acredita que é preciso eliminar o labor humano, a atividade vital do ser humano, o esforço físico que mantém sua subsistência para o reino do trabalho livre. Assim, a liberdade seria improdutivo, contrariando o trabalho como essencial.

No entanto, pode haver um equívoco na interpretação do marxismo por Arendt (1999), pois Marx considera o trabalho como práxis social, na qual pensar, sentir e agir são indissociáveis. E trabalho seria toda atividade que pudesse reunir esses requisitos num mesmo ato. É claro que o labor físico poderia ser substituído pela máquina porque é um ato mecânico, no entanto a arte de pensar e refletir sobre o processo produtivo não desapareceria. Entretanto, este estudo compartilha com Arendt (1999) que essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é equivocada, pois contraditoriamente coloca como riqueza apenas os bens materiais.

A distinção feita por Arendt entre labor (esforço físico para subsistência) e trabalho (atividade transformadora da natureza) implica considerar o trabalho produtivo como um ato meramente mecânico. E para ela o homem encontra realização nas atividades que considera como *hobby*, que seriam a arte, a filosofia, o consumo e o lazer. No entanto, trazendo a autora para a atualidade, o setor de serviços supera a esfera produtiva, e arte, ciência, filosofia e lazer tornaram-se negócios lucrativos.

Por isso, em tempos nos quais a aquisição de bens imateriais é tão importante como a aquisição de bens materiais, fica superada a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. É o trabalho humano que torna possível a comercialização da ciência, da filosofia, da arte e do lazer. Isso não é um *hobby* dos trabalhadores, mas não impede que eles se realizem no fruto de seu trabalho.

Porém, apesar de serem atividades consideradas contemplativas pela autora, ainda continuam presas ao reino das necessidades, pois seus executores dependem da venda da sua força de trabalho.

A realização humana, portanto, apenas vai se dar na sociedade dos trabalhadores associados, quando o trabalho realmente tornar-se não apenas instrumento de garantia de subsistência, mas troca solidária no estabelecimento de relações sociais. Todo trabalho vai se tornar trabalho social. As atividades laboriosas vão ser automatizadas, sobrando o trabalho intelectual “improdutivo” (HELLER, 1986).

La verdadera riqueza del hombre y de la sociedad no se constituye en el tiempo de trabajo sino en el tiempo libre. Precisamente por esto la riqueza de la sociedad de los “productores asociados” no es mensurable en tiempo de trabajo, sino en tiempo libre (HELLER, 1986, p.126).

Heller (1986) compartilha a mesma noção de Arendt (1999), ou seja, de que a realização humana apenas vai se realizar no reino do tempo livre. Porém, as autoras continuam fazendo a cisão entre trabalho intelectual como improdutivo e trabalho manual como produtivo. As pessoas que acreditam no poder dos valores não podem acreditar que riqueza seja apenas bens materiais. Há uma contradição nesse pensamento que dissocia o pensar do agir; o trabalho não se torna práxis social.

Em pleno século XXI, vive-se o reino do tempo livre. O homem foi dispensado do trabalho, mas não foi emancipado, continuando animal dependente de seu ciclo vital. Existem muitos filósofos e artistas dependentes de um senhor que compre seu conhecimento. Ele é escravo do seu processo vital, e se sente angustiado por acreditar ser dispensável e inútil para a sociedade. Por isso trabalho só é produtivo quando estabelece relações sociais de interdependência e solidariedade.

Disposable time es el tiempo del consumo, no del trabajo; es decir, por una parte el tiempo de disfrute que deriva del uso de bienes materiales, por otra el tiempo dedicado a las actividades intelectuales libres que, requiriendo medios ya producidos, pertenecen precisamente a la esfera del consumo

(si le podría también denominar “consumo creativo” (HELLER, 1986, p.140)).

Heller (1986) acredita que o homem apenas se realiza na esfera do consumo, porém é preciso efetivar essa esfera como criativa. Nunca o consumo foi tão valorizado, no entanto é um consumo privativo, pois a mercadoria adquirida isola o homem de suas relações sociais. A esfera do consumo não pode dissociar-se da esfera da produção: o indivíduo é ao mesmo tempo produtor e consumidor. E por meio da sociedade dos produtores associados, ele será capaz de intercambiar livremente filosofia, arte e ciência.

A esfera do consumo é passiva, é como se as pessoas se transformassem em parasitas, apenas recebendo a riqueza. Por isso, a importância da categoria trabalho, pois trabalho é troca, é estreitamento de laços, é estabelecer relações sociais. Não adianta tempo livre se as pessoas não se reúnem, se o outro se torna o entrave para minha liberdade. Não é possível consumo criativo, se me aproprio apenas de coisas e imagens que angustiam e distanciam o outro.

Assim, a superação do reino das necessidades e a instauração do reino da liberdade vão se dar numa sociedade de produtores associados, pois apenas dessa forma se pode desfrutar de um trabalho que liberte o homem da alienação. É preciso pensar uma forma em que a riqueza seja socialmente produzida e distribuída e isso só é possível numa economia que estabeleça a troca solidária (HELLER, 1986).

Quando se deixa de considerar o trabalho primordial, deixa-se de ser humano. Não se pode achar que a realização sejam eternas férias em família. Se o tempo livre fosse o cotidiano, ele não seria entediante? Como se explica o retorno de pessoas dependentes de seguros (idosos, portadores de deficiência física e mental) que abrem mão do tempo livre pelo trabalho? E o aumento do trabalho voluntário?

É lógico que esse discurso precisa ser ponderado. A sociedade do consumo dirigido empurra as pessoas para o mercado de trabalho para que supram suas necessidades de poder e posse. Por isso não se deve confundir o neurótico *workaholic* com o indivíduo que faz do trabalho instrumento de fortalecimento das relações sociais e de construção do saber coletivo. É preciso compreender que os postos de trabalho são limitados e sua apropriação indevida priva o outro de sua *integração social*.

O trabalho estável é caracterizado como área de *integração social* e a ausência total de atividade produtiva caracteriza a desfiliação. A vulnerabilidade social seria uma zona intermediária que conjuga precariedade do trabalho e fragilidade dos suportes de proximidade. O conceito exclusão refere-se a um estado estanque de carências, mas não recupera os processos que engendram essas situações. Por isso, em vez da negação dialética exclusão/inserção, utiliza-se desfiliação/integração (CASTEL, 1998)¹⁸.

Desse modo, se cada um pode, sem dúvida, existir enquanto indivíduo, enquanto pessoa privada, o status profissional é público e coletivo, e esta ancoragem permite uma estabilização dos modos de vida. O mundo do trabalho na sociedade salarial não forma, para falar em termos exatos, uma sociedade de indivíduos mas, sobretudo, um encaixe hierárquico de coletividades constituídas na base da divisão do trabalho e reconhecidos pelo direito [...] (CASTEL, 1998, p. 600).

O trabalho como responsável pela *mediação* das relações sociais é responsável pela *integração social*. Ele deixou de ser um dever para tornar-se um direito. Há uma revalorização da esfera produtiva, tornando-a um troféu disputado por todos. Pode-se questionar se essa é uma mera estratégia de sobrevivência, um

¹⁸ O sociólogo francês Robert Castel é diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França. É autor de importantes obras como *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* e *O Psicanalismo*. Participou do movimento francês de maio de 1968 ao lado de Foucault e Bourdieu. Doutou-se em 1980, e tornou-se professor de Sociologia da Universidade de Paris VIII em 1990. Entre 1990 e 1995, tornou-se diretor do Centro de Estudos de Movimentos Sociais e Membro do Conselho Nacional de Políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social. Disponível em: <www.lavanguardia.es>. Acesso em: 02 mar. 2006.

emprego; mas até mesmo as pessoas que não dependem dele para seu ciclo vital reivindicam um espaço. O trabalho deixou de ser o instrumento das vítimas do sistema, dos desprovidos de poder e riqueza.

Porém é o trabalho dito improdutivo que é valorizado, principalmente o setor de serviços, que oferece uma gama de atividades ligadas à educação, à cultura e à indústria do entretenimento. Porém, as pessoas dependem da subsistência material e nesse sentido há também uma valorização das atividades do assalariado estável, como as que envolvem os trabalhadores multifuncionais das empresas que comandam o processo produtivo, além dos trabalhadores do alto escalão da burocracia do Estado.

Surge, então, o assalariado burguês, aquele que se assemelha mais a um burguês do que a um trabalhador. Ele não possui nenhuma identificação com o operário do setor produtivo, que foi reduzido a trabalhador temporário, dependente de vínculos precários de emprego. O assalariado burguês desfez o conflito de classes, ele não está interessado nas questões da classe social, mas nas suas promoções e gratificações individuais (CASTEL, 1998).

Essa concepção secular do trabalho assalariado apaga-se por volta dos anos 50 e 60, acarretando a retração do papel da história da classe operária. A lenta promoção do assalariado burguês abriu caminho. Desemboca num modelo de sociedade que não é mais atravessado por um conflito central entre assalariados e não-assalariados, isto é, entre proletários e burgueses, trabalho e capital. A nova sociedade, para retomar um slogan do início da década de 70 e que pretendia ser a tradução política dessa mudança, é organizada principalmente em torno da concorrência entre diferentes pólos de atividades salariais. Sociedade que não é homogênea nem pacificada, mas cujos antagonismos assumem a forma de luta pelas colocações e classificações mais do que a forma da luta de classes. Sociedade em que, de contraponto, a condição de assalariado se torna modelo privilegiado de identificação (CASTEL, 1998, p. 465-6).

O trabalho é distinguido em dois pólos: o trabalho estável do assalariado burguês e o trabalho precário do operário. Há uma nova questão social que apresenta três elementos: desestabilização dos estáveis; instalação da precariedade na qual o trabalho aleatório cresce cada vez mais e a manifestação de um déficit de lugares

ocupáveis na estrutura social. Com isso, restam duas saídas: a propriedade social do seguro pelo trabalho ou a assistência social por meio dos programas de renda mínima (CASTEL, 1998).

Por isso não se pode mais pensar no antagonismo clássico de classes. É preciso que os papéis de trabalhadores e burgueses sejam redefinidos, até porque cresce cada vez mais o número daqueles que não se enquadram em nenhuma dessas categorias. Os desempregados¹⁹ ou desfiliaados multiplicam-se e já não mais podem ser considerados invisíveis para a sociedade. Apesar de ser o trabalho que torna o homem humano, não pode responsabilizá-lo por algo que é de domínio externo, inscrito na natureza da estrutura social da sociedade capitalista.

Entre os assalariados burgueses, o trabalho tornou-se palco do individualismo negativo e das disputas de egos narcísicos. Por isso a necessidade de resgatar o sentido do trabalho como mediador das relações sociais. Os privilegiados, que detêm a segurança de um trabalho estável, deveriam utilizar esse espaço para torná-lo mais representativo em sua vida. É preciso humanizá-lo, dotá-lo de sentido imaterial, colocando-se as relações subjetivas como primordiais e não o ciclo vital de sobrevivência. O trabalho deve deixar de ser penoso e tornar o espaço do uso da criatividade para romper a cotidianidade.

Assim, se de um lado há os assalariados burgueses que dispõem da garantia da estabilidade e do seguro social (previdência), do outro há os operários instáveis, temporários e desempregados dependentes da assistência social.

Os operários temporários e desempregados ao não gozar da segurança do trabalho necessitam recorrer à esfera estatal para complemento salarial, por meio

¹⁹ No Brasil, até maio de 1999, a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 70% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os da indústria têxtil (364 mil), metalúrgica (293 mil), química e produtos farmacêuticos (204 mil) e material de transporte (92 mil). A construção civil viu desaparecerem cerca de 320 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 350 mil (MATTOSSO, 1999, p.18).

de benefícios assistenciais. Nesse sentido, crescem as políticas sociais voltadas para os setores vulnerabilizados da sociedade, destacando-se a política de assistência social ²⁰. Localizada no tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), seria a política universal não contributiva voltada para todos aqueles que, por não possuírem condições próprias de manter a sua subsistência, são auxiliados tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil.

A política de assistência social dispõe de benefícios assistenciais de renda mínima e distribuição de benefícios materiais emergenciais (alimentação, vestuário, medicamentos e abrigo provisório). Há também uma infinidade de projetos sociais, seja financiados pelo poder público, pela iniciativa privada ou pela sociedade civil, que utilizam as mais diferentes estratégias para atendimento das necessidades daqueles localizados fora da esfera produtiva: cursos de capacitação, atividades físicas, culturais e artísticas, terapias e lazer.

Essas atividades quando realizadas por políticas sociais contínuas e estruturadas, que possuem recursos materiais e humanos para efetivar seus objetivos, podem ser estratégias viáveis de socialização propiciadoras da *integração social*. Por isso, o mero assistencialismo não é suficiente, é preciso incentivar a formação da sociedade dos trabalhadores associados, que trocam experiências e domínio técnico que podem ser utilizados no fortalecimento das relações sociais.

Apesar de não desprezar os efeitos dos programas de renda mínima e de assistência social na proteção dos setores vulnerabilizados da sociedade, é preciso orientar as políticas para a *integração social*. As críticas não servem para desqualificar a efetividade dos programas de renda mínima, mas para fortalecê-los como uma política pública universal emergencial que cada vez mais é requisitada

²⁰ Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a qual estabelece assistência social como "forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais", conforme o parágrafo único, do seu artigo 2º (BRASIL, 1993).

pela sociedade. Sendo assim, todo programa de renda mínima deve estar articulado com as demais políticas sociais.

Entendo políticas de integração, as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial (CASTEL, 1998, p.538).

Por isso, a assistência social não é um instrumento de dependência e tutela dos indivíduos, é uma proteção social emergencial visando à sua *integração social*. O benefício não é uma dádiva divina a dispor dos caprichos do governante local, é um direito inscrito na ordem legal. O profissional de assistência social precisa demonstrar seu conhecimento técnico-científico e filosófico-político, definindo critérios legais que sejam democráticos e legitimados socialmente.

O indivíduo desfilado além de sujeito a todas as humilhações para receber um benefício precisa provar que é um pobre bonzinho. A assistente social que se rende a essa prática, limita-se à imagem da “menina boazinha” que intercede gentilmente ao “Deus do Olimpo Municipal” e a ele entrega a lista dos “anjinhos coitadinhos”. Esses profissionais se deixam render pela lógica do medo e escondem-se atrás de um discurso fatalista e determinista de que a culpa é apenas do sistema, encobrendo a sua relativa autonomia de intervir no direcionamento técnico-científico de seu trabalho.

Que garantias se tem de que os novos dispositivos ‘transversais’, de ‘parcerias’, ‘globais’, etc. não darão origem a formas de neopaternalismo? Evidentemente, ‘o eleito local’, raramente, é um déspota local, e o ‘chefe do projeto’ não é uma senhora patrocinadora. Mas o desvio histórico ensina que, até hoje, sempre existiram ‘pobres bons’ e ‘pobres maus’, e que tal distinção é baseada em critérios morais e psicológicos. Sem a mediação de direitos coletivos, a individualização das ajudas e o poder de decisão fundado sobre interconhecimento, tendo em vista as instâncias locais, ocorre sempre o risco de encontrar a velha lógica da filantropia: jure fidelidade e será socorrido (CASTEL, 1998, p.607).

Os programas de renda mínima devem ter critérios lógicos racionais acessíveis a toda a população. E por isso devem ser gerenciados por um saber técnico

científico, capaz de discernir logicamente os critérios de elegibilidade de um benefício. E para isso requer um profissional de serviço social, ou das demais áreas afins, com autonomia e que possa utilizar seu conhecimento a serviço da população e não de uma máquina eleitoreira.

Daí a necessidade dos laboratórios de Política Social, obedecendo a um padrão ético-moral, técnico-científico e filosófico-político, preparem recursos humanos para avaliar as experiências das administrações locais. E para isso as universidades necessitam de ser públicas e isentas de vínculo ideológico-partidário ou mercadológico. O conhecimento deve ser livre e autônomo para refletir sobre as reais necessidades da população, aliando um planejamento estratégico a um planejamento participativo.

O trabalho é um dever e um direito social, de maneira que todos os homens devem ser considerados úteis para a vida social. Por isso, mesmo nos programas de assistência social, os indivíduos devem ser agentes do processo, não apenas recebendo coisas, mas produzindo riquezas e intercambiando-as socialmente. O espaço da política social é privilegiado para resgatar a importância dos laços sociais entre indivíduo, família, comunidade e sociedade. A política de assistência social aliada aos elementos cidadania, família, educação, cultura e trabalho pode ser espaço para despertar as criatividade do trabalho artístico-cultural e a reflexão filosófica sobre os problemas cotidianos.

O Estado deve ser o agente responsável pelo sustentáculo ao indivíduo nos momentos de vulnerabilidade. As políticas sociais devem apoiá-lo mediante um sistema lógico e racional de direitos sociais, evitando-se o risco de reduzir a política social à benemerência da sociedade civil. O direito, quando condicionado à boa vontade da filantropia, transforma-se em caridade. E indivíduo-cidadão não pode ficar à mercê do julgamento moral da elite branca, letrada e cristã, que irá escolher os beneficiários de acordo com o seu padrão moral individual.

Por isso, a necessidade de elevar o trabalho como propriedade social. Além do direito primordial à vida, deve ser garantido o direito ao trabalho, pois se a perda da primeira provoca a morte física, a perda do segundo provoca a morte social. E se a perda deste for inevitável, é preciso uma rede de proteção social organizada para garantir a *integração social* do indivíduo. Considerar um ser humano dispensável e supérfluo para a sociedade é justificar suas saídas individuais radicais, como a *violência*, o uso de drogas e os transtornos mentais.

Os indivíduos não podem ser reduzidos a incapazes que dependem de ajuda externa para se reerguerem. É preciso fortalecer a identidade desses indivíduos para que eles se sintam co-responsáveis por sua condição e por sua transformação. Pois quando se reduzem os indivíduos a marionetes do sistema, retira-se deles a individualidade, ao mesmo tempo em que se eles forem totalmente responsabilizados por sua condição, vão encontrar formas próprias de enfrentamento da questão.

Para isso, é preciso desvincular trabalho de atividade laborial para elevá-lo a categoria ontológica fundante. É pelo trabalho que o homem estabelece relações sociais, interfere no seu ambiente e coloca-se como sujeito-histórico. A capacidade humana de pensar e sentir é única, porém ela apenas se torna práxis social quando em contato com outros, transforma-se o mundo. O trabalho é o espaço privilegiado para o fortalecimento das relações sociais, por isso é preciso que o desfilado seja levado a fazer algo que o torne parte indissociável do mundo, e na ausência de trabalho a práxis seria o espaço do filosófico, do político e do artístico.

CAPÍTULO II - DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

2.1. POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL OU ISOLAMENTO?

Acima de tudo, para o pensamento histórico-dialético, a *violência* é uma construção histórica. Por isso, é preciso pensar a *violência* dissociada de uma ética formal e abstrata, que a coloca como um mal absoluto que deve ser expurgado. Ela deve ser pensada como algo que fez e faz parte da história dos homens, e que aquilo que era aceitável e passível de punição também vai ser construído pelos homens de acordo com as condições socioeconômicas e políticas vivenciadas.

A *violência* não é fruto da sociedade industrial; ela sempre existiu. É o que vai abordar Zaluar (1996), ao localizá-la no estudo das sociedades pré-letradas tribais. Porém, ela recusa tanto a associação do homem primitivo com a imagem da *violência*, quanto à idéia romântica do bom selvagem. Para ela, a *violência* nas sociedades tribais estava inscrita na ordem do mundo. No entanto, seu uso era legítimo por aqueles membros que não pertenciam ao grupo como forma de evitar o extermínio total da tribo. Assim, havia códigos regulando a convivência da tribo, que, se fossem rompidos, poderiam quebrar a sua harmonia, ameaçando a sua existência. Era comum a figura do negociador tribal, um guerreiro ou ancião que deveria resolver as questões de conflito entre os membros da tribo.

A troca de bens ou serviços entre os grupos de parentes que compõem as tribos é regida pelo princípio da reciprocidade, que afirma que todo presente recebido cria uma obrigação de retorno, mesmo que não seja imediata. Embora fundamente e reforce os laços sociais, a reciprocidade também alimenta a rivalidade e a competição (MAUSS, 1975 *apud* ZALUAR, 1996, p.15).

Para Zaluar (1996), isso é o princípio de retribuição, da reparação do dano que regula o sistema de justiça tribal, sempre na busca de que a *violência* não se perpetue. É feita a oferta de alimentos e bens em troca do perdão ou até mesmo o sacrifício de animais e pessoas para interromper a cadeia de vingança. No

entanto, nunca houve uma harmonia em comunidade. Toda vida social é permeada por conflitos.

Na Idade Média, durante o modo de produção feudal, os servos eram subordinados aos senhores feudais. Era comum a figura dos guerreiros que, muitas vezes associados a nobres e senhores feudais, eram armas na conquista de novos territórios e na pilhagem de feudos vizinhos. Havia uma legitimidade da *violência* na acumulação de terras e bens, principalmente quando o ataque era destinado ao “outro”, o estrangeiro considerado inimigo. Se, por um lado, havia uma liberdade de se apropriar de tudo a bel-prazer, por outro, pagava-se com uma maior possibilidade de medo direto e claro (ELIAS, 1993).

O poder econômico era compartilhado por nobres, clérigos e senhores feudais, que, em troca do trabalho do servo, ofereciam-lhe proteção e segurança. Por isso, aqueles indivíduos que não estavam subordinados a um feudo eram considerados desterritorializados, excluídos, desfiliaados da comunidade. Eram aqueles que não ocupavam um lugar na sociedade, o que Castel (1998) caracterizou de vagabundo. Esses, e não os guerreiros saqueadores, foram punidos no regime feudal.

Ao contrário, o vagabundo foge da inscrição em uma linhagem e dos vínculos de interdependência que constituem uma comunidade. Esse homem sem trabalho e sem bens é também um homem que não tem senhor, nem onde cair morto (...) Morando em toda parte, para retomar uma expressão freqüente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum (CASTEL, 1998, p. 120).

Os vagabundos que ousavam romper a ordem “natural” feudal recebiam tratamento exemplar. Prisões, enforcamentos, marcações de ferro e trabalho forçado eram algumas das sentenças destinadas àqueles que não possuíam um local inscrito nessa ordem. Não apenas os senhores feudais impuseram punições àqueles servos indóceis, mas a Igreja Católica também exercia seu poder, punindo os hereges na fogueira da inquisição, principalmente as mulheres

consideradas bruxas e acusadas de pactuar com o diabo, trazendo malefícios para todos (ZALUAR, 1996).

No entanto, apesar de a não sujeição à servidão e à religião católica ter sido considerada crime, a *violência* era usualmente utilizada por senhores feudais e nobres para conquistar novos territórios e ampliar suas riquezas. A *violência* era legítima tanto para aqueles que a utilizavam para obter ganhos materiais, quanto para punir os vencidos e os considerados fora da lógica de produção feudal. Por isso, eram “naturais” as penas que castigavam o corpo, como enforcamentos, decapitações, castigos forçados e fogueiras da inquisição, consideradas “violências legítimas” para punir os desfiliaados da ordem social.

A punição se voltava aos suplícios contra o corpo, pois era preciso que o culpado fosse exposto publicamente para que a sua execução servisse de exemplo moral. Sua finalidade era menos de estabelecer um equilíbrio do que fazer funcionar, até um extremo, a dessimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que fez valer a sua força (FOUCAULT, 1987).

Isso nos remete a que a *violência* é uma construção histórica e, dependendo da correlação de forças que impera, as faces de inquisidores e punidos são reveladas. No período medieval, punidos foram os que romperam com os princípios políticos, econômicos, culturais e religiosos da sociedade feudal. Então, não era o uso do instrumento *violência* que definia uma ação como anti-social ou “anormal”, e sim por quem ela era utilizada. Não era importante o meio utilizado, mas sim o fim a que se destinava a ação. Com o advento da sociedade moderna e do capitalismo, os indivíduos seriam inscritos num plano único formal-racional que tornaria todos iguais perante a lei.

A sociedade racional burguesa extingue a punição com rigor e crueldade que exalta o poder absoluto dos nobres. A penalidade agora deve ser calculada para atingir seu fim que seria reintegrar o indivíduo à sociedade capitalista. A função da

pena seria dissimulada no “poder disciplinar”, na formação de corpos dóceis, adaptados ao modo de produção capitalista (FOUCAULT, 1987).

A racionalidade não é inerente ao advento da burguesia. A conduta dos indivíduos é que foi racionalizada progressivamente. Há um maior autocontrole das paixões e de sua conduta. Para ascender à elite, os emergentes precisam seguir o código moral da burguesia, sendo que a vergonha e o medo da humilhação são a garantia de obediência e submissão aos seus princípios morais (ELIAS, 1993).

O poder disciplinar é incorporado ao funcionamento das instituições sociais, como família, trabalho e escola, servindo como adestramento do corpo e do comportamento do sujeito e prevenindo a conduta delituosa. Ao mesmo tempo, é preciso manter na sociedade instituições que, em vez de prezarem pela integração de valores da burguesia, servem como instrumento de isolamento e exclusão social, como os hospitais psiquiátricos, orfanatos, conventos e as prisões (FOUCAULT, 1987).

No caso específico da prevenção da conduta delituosa está a prisão como instituição total responsável por superar os castigos do corpo e instituir um poder disciplinar que utilize o espaço da instituição para reintegrá-lo à sociedade. No entanto, a institucionalização vem servindo não para a adaptação social, mas para a desadaptação. O egresso do sistema penal é considerado pela sociedade um eterno institucionalizado incapaz de reintegrar-se socialmente.

Em troca as motivações e as necessidades que alimentam nossa fé e, com ela, nosso preconceito satisfazem sempre nossa própria particularidade individual. Na maioria dos casos, fazem-no de modo direto, sem mediação: crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores (HELLER, 1982, p.48).

Num momento em que aumenta o número de desfilados do processo produtivo, amplia-se o preconceito contra quem não encontra espaço na vida social. A sociedade necessita rotulá-lo; precisa dar significado a tudo, afinal de contas ela

também se sente ameaçada por esse risco e coloca o problema como fruto da vontade e da responsabilidade individual. Assim, desempregados são considerados vagabundos, loucos, usuários de drogas, criminosos, prostitutas, indolentes, indóceis, etc. Mesmo porque, provocando a morte social do outro, garante-se a permanência entre os eleitos da sociedade capitalista. E a prisão também cumpre essa função social. Ela estigmatiza o egresso do sistema penal como um irrecuperável, impedindo a sua *integração social*.

A prisão tornou-se um sistema muito mais de vingança, de espetáculo da *violência*. Não cumpre a função de prevenir o delito, mas sim a de criar escolas de criminalidade que, em vez de reduzirem os índices da criminalidade, a perpetuam. O interno é rotulado com o estigma da institucionalização, que impede a retomada de suas relações sociais.

Mas a civilização de um país, advertia Montesquieu, se mede e progride com a moderação das penas. Portanto, talvez seja possível empreender hoje, com a distância de dois séculos, um novo salto de civilização: destituir a reclusão carcerária de seu papel de pena principal e paradigmática, senão aboli-la, ao menos reduzir drasticamente sua duração e transformá-la em sanção excepcional limitada às ofensas mais graves ao direito fundamental (como à vida, a integridade pessoal e a outros similares) (FERRAJOLI, 2002, p.35).

Nesse sentido, buscam-se estratégias de pensar a pena como função social de prevenção do delito e política assistencial que promova a *integração social* do egresso do sistema penal no trabalho, na família, na comunidade e na sociedade. A perpetuação dele no sistema penal apenas produz mais ônus para a sociedade, que, além de financiar o seu encarceramento, é vítima de seu retorno à criminalidade. É preciso que o indivíduo acredite no seu poder de transformação, que supere as expectativas que a sociedade cria em relação a ele.

O indivíduo assume um papel em sociedade, e quanto mais estereotipado for esse papel, mais lhe é difícil crescer como sujeito histórico. É possível que ele desempenhe outro papel se houver uma catarse, uma crise que realmente o

transforme. Assim, o dever-ser esperado torna-se dever-ser moral, com a aquisição de liberdade e emancipação humana (HELLER, 1982).

O processo de troca de papéis do indivíduo é a confiança na capacidade dele de ser responsável pelo seu desenvolvimento. É preciso romper com os rótulos e estigmas e acreditar na possibilidade de construção de um projeto de vida para que o sujeito não faça da *violência* instrumento recorrente para alcançar seus objetivos.

Heller (1982) construiu uma tipologia comportamental que se subdivide em quatro tipos de comportamentos sociais possíveis:

- 1) Identificação – completa atrofia da personalidade; identifica-se com o estereótipo dado pela sociedade; forma direta de revelar a alienação;
- 2) Distanciamento dissimulado – aceitação das regras do jogo dominante (incógnito dissimulado) – comportamento cínico e dissimulado; coloca-se acima do grupo; personalidade cínica e demoníaca; manipulação do comportamento das pessoas;
- 3) Distanciamento recusado – recusa intimamente as regras do jogo (incógnito opositor) – encontra-se em oposição ao mundo em que vive; ele não modifica seu núcleo humano; não despreza as pessoas que desempenham seus papéis, mas sim o mundo.
- 4) Recusa do papel – a categoria distanciamento é superada; ele assume a personalidade do rebelde. Ele desenvolve sua personalidade, pois não aceita o papel imposto para ele.

Porém, é insuficiente a rebeldia e a negação do papel social imposto, se a sociedade não aceitou esse novo papel. Por isso, o processo de troca de papéis é social. A sociedade tem também a co-responsabilidade de acreditar no poder de transformação dos indivíduos. A construção de uma cultura da não-violência é uma responsabilidade social; não um problema meramente de ressocialização ou inserção social, mas de integração do indivíduo à sociedade.

Nas experiências totalitárias do nazismo e do socialismo real, as massas não eram estúpidas ou ignorantes. Elas tinham consciência do que estava acontecendo. Atualmente, elas são formadas pela apatia política e a hostilidade provocada principalmente pela sociedade competitiva burguesa. As massas são as pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido ou raramente exercem seu poder de voto (ARENDETT, 1989).

Por isso, o silêncio das pessoas em relação ao sistema carcerário já é uma posição assumida de que elas não se importam com o funcionamento do sistema de penas. E mais ainda: quando defendem práticas de aumento do aparelho repressor para coibir a *violência*, delegam o poder às autoridades policiais do Estado. Assim, reproduzem-se nas penitenciárias práticas de torturas, estupros, assassinatos e epidemias generalizadas. Tudo é feito através do consenso democrático, que acontece em pleno século XXI e não é responsabilidade de nenhum ditador sanguinário. Afinal de contas, no discurso da “sociedade do bem,” é possível encontrar o julgamento “para que direitos humanos? Eles não são humanos”. A sociedade, por omissão ou apoio, é co-responsável pelas arbitrariedades das autoridades policiais e pela falência do sistema de penas.

Por isso, tanto o indivíduo egresso quanto a sociedade são co-responsáveis no processo de execução das penas e de promoção da *integração social* do apenado. Não é a responsabilidade de financiamento do sistema penal, mas de assumir o papel de aceitar o outro, de acreditar que ele possa desempenhar outro papel. É um compromisso ético de acreditar na disseminação de valores que ultrapassem a pessoa-particular em direção ao indivíduo-genérico. É acreditar que os conflitos são processos históricos, frutos da ação humana e não de casualidades divinas.

Assim, é imprescindível o apoio das instituições como o Estado, a família e a comunidade na inserção do indivíduo nas relações sociais, responsáveis por promover sua integração. Por isso, para cumprir a função social da pena, prevenir

o delito e proteger a vida e a propriedade de seus cidadãos, o Estado deve investir em programas sociais que não se restrinjam a políticas de inserção social do indivíduo.

As políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação positiva, defendem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas [...] De fato, sofrem de um déficit de integração, como os habitantes dos bairros deserdados, os alunos que fracassaram nas escolas, as famílias mal socializadas, os jovens mal empregados ou não-empregáveis, os que estão desempregados há muito tempo [...] (CASTEL, 1998, p. 538).

Para Castel (1998), as políticas de inserção social seriam aquelas fragmentadas, compensatórias e descontínuas, voltadas para atender os setores mais vulnerabilizados da sociedade. Porém, ele teme que essa “discriminação positiva” coloque o indivíduo na eterna condição de inintegrável. Por isso, as políticas sociais deveriam ser interdependentes e integradas, buscando os grandes equilíbrios.

As políticas voltadas para a inserção social seriam meramente estratégias de socialização, adestrando e disciplinando o indivíduo para que ele não se rebele contra a sociedade. A inserção é estática, voltada apenas para um indivíduo isolado – que é considerado excluído – e necessita inserir-se na sociedade. Por isso, seria uma estratégia individualizada, visando a fortalecer a identidade para que o indivíduo supere a condição de vulnerabilidade social. Por outro lado, as políticas orientadas para a *integração social* se preocupariam com a ocupação de um espaço para esse indivíduo na sociedade.

Por isso, não adianta resgatar o auto-conceito de si, fortalecendo o processo de individuação, se o indivíduo estiver totalmente desprotegido quando ele retornar ao convívio social. A pena deve cumprir o papel de *integração social*, fazendo do indivíduo parte indissociável da sociedade, dispondo de políticas sociais que considerem seu estado de vulnerabilidade social, fortalecendo suas relações pessoais, sociais, políticas e culturais.

É irracional que a sociedade moderna queira rotular e perseguir eternamente o egresso do sistema penal, pois ela contribui para a sua própria insegurança. Por isso, a necessidade que a indústria da informação divulgue ações positivas que promovam a transformação dos indivíduos, não expondo apenas o espetáculo de medo e terror.

A libertação dos preconceitos e o restabelecimento da confiança no outro é o esforço de assumir a infalibilidade, o risco do erro, a autocrítica e a carência de respostas absolutas. E isso só acontece em momentos de crise, em que o indivíduo recupera a busca pelo sentido ético da vida, quando há a transformação desse sentido para si e para os outros. Acontece também quando há o envolvimento coletivo nas causas que possuem compromisso social moral (HELLER, 1982).

Por isso, o compromisso da troca de papéis é social. A sociedade também precisa depositar a confiança no outro, acreditando que ele seja capaz de ser diferente. Aliado ao esforço de criar projetos que busquem, por meio do conteúdo simbólico, construir uma imagem positiva de si mesmo, é preciso criar políticas que gerem a principal fonte de emancipação do ser humano na sociedade moderna – o trabalho.

Em outros termos, em que pode consistir uma inserção social que não leva a uma inserção profissional, isto é, à integração? Uma condenação à eterna inserção, em suma. O que é um inserido permanentemente? Alguém que não se abandona completamente, que se acompanhará em sua situação presente, tecendo em torno dele uma rede de atividades, de iniciativas, de projetos. Vê-se assim, em alguns serviços sociais, desenvolver-se uma verdadeira efervescência ocupacional. Esses esforços não devem ser subestimados, absolutamente. É uma questão de honra (mas talvez também de remorso) para uma democracia não se resignar ao abandono completo de um número crescente de seus membros cujo único crime é ser não-empregável (CASTEL, 1998, p. 555-6).

Todo programa social voltado para um público específico deve ter como horizonte a *integração social*, presente em elementos valorativos como o trabalho, a educação, a cultura, a família e a cidadania. O trabalho reforça a importância das atividades ocupacionais, pois ele é a práxis social, é a maneira objetiva de integração. É preciso que se criem espaços para a incorporação dos egressos no

processo produtivo, pois é através do trabalho que ele vai recuperar a capacidade de cooperação social. Porém, diante do aumento dos não-empregáveis, é preciso que as relações sociais não sejam desfeitas, por isso o conteúdo simbólico das atividades educacionais e culturais, que ganham cada vez mais relevância.

A educação é o espaço da incorporação das normas racional-legais, da aquisição de conhecimento técnico-científico. As atividades educacionais visam apropriar-se de um conhecimento objetivo para o enfrentamento de dificuldades diárias, como a ausência de trabalho e a precariedade das políticas sociais. É o momento de catarse por meio da reflexão filosófica de superar seus interesses meramente pessoais e de refletir sobre a sua condição social.

A cultura proporciona a possibilidade de dar novo significado ao mundo, promovendo a troca de papéis. É o espaço de liberação dos sentimentos e emoções, da busca do conhecimento de si e dos outros. Assim, mediante atividades lúdicas e artísticas o indivíduo tem consciência do papel que desempenha para os outros e delimita o papel que espera de si. É a possibilidade de amadurecimento subjetivo para que ele passe por uma crise que realmente o transforme. É a catarse na recusa do papel tradicional por meio da rebeldia.

A cidadania é a garantia dos direitos sociais como responsabilidade do Estado e como controle social e co-responsabilidade da sociedade civil. É o compromisso social de desenvolver ações objetivas para que os egressos do sistema penal sejam integrados pelas famílias, pela comunidade e pela sociedade em geral. É a garantia de políticas sociais contínuas e estruturadas que garantam condições materiais e humanas na efetivação do processo de integração.

Por meio do *status* de cidadania, promove-se o fortalecimento das famílias na sua capacidade de enfrentamento dos problemas cotidianos. Por isso, as políticas de *integração social* devem priorizar a família como espaço da segurança e do afeto. Ela deve ser o refúgio das responsabilidades do indivíduo coletivo. É o

acolhimento afetivo, a garantia do processo de individuação, a ancoragem dos momentos de vulnerabilidade social e o espaço de exercer a co-responsabilidade com o outro.

Assim, as políticas assistenciais orientadas para a *integração social* devem considerar a complexidade desse processo, que envolve o reconhecimento da relativa autonomia do indivíduo na aceitação de um novo papel social.

Autonomia significa que somos responsáveis por nossas ações, já que elas decorrem de nós mesmos, e devemos sempre supor que deveríamos ter agido de outro modo. Relativa significa que a situação social concreta e os diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores (HELLER, 1982, p.151).

Por isso, a desinstitucionalização torna-se a estratégia propiciadora de romper com o ato delituoso, tornando o indivíduo parte indissociável da sociedade. É isso que se espera das penas alternativas: o desenvolvimento da capacidade individual de se responsabilizar pela reconstrução de sua vida, respeitando os limites da sua autonomia relativa, que, por sua vez, são condicionados aos funcionamentos das políticas sociais de *integração social* e das leis da história.

A desinstitucionalização deve ser política prioritária para a *integração social* dos egressos do sistema penal – sobretudo daqueles em condição de vulnerabilidade social – que cometeram delitos contra a propriedade. Isso não exclui a necessidade da prisão para isolar do convívio social os indivíduos que colocam em risco a integridade física dos membros da sociedade. Ao mesmo tempo, ela continua sendo necessária para os representantes das classes privilegiadas, que adquirem a força física dos marginalizados para cometer atrocidades, sendo igualmente responsáveis por seus atos. Para esses, a instituição é igualmente importante, pois eles desrespeitaram gravemente as normas sociais, colocando-se num patamar superior ao dos indivíduos que compõem a sociedade.

É preciso dar atenção também aos crimes de inteligência, que envolvem tecnologias mecânicas e humanas e são cometidos por indivíduos social e culturalmente privilegiados ao manipularem a sociedade para obter vantagens

financeiras. Para esses grupos que não foram induzidos pelas circunstâncias a infringir a lei, devem ser priorizadas penas alternativas de ressarcimento do bem material à sociedade. Afinal de contas, quem possui domínio racional do sistema legal não pode ter infringido as normas por desconhecimento da lei e nem ter sido induzido pelas circunstâncias históricas, visto que sua condição material deveria ter propiciado sua *integração social*.

Porém, as políticas de ressarcimento material devem ser aliadas às políticas assistenciais de inserção social, pois é também necessário que este indivíduo reflita sobre sua condição no mundo. É preciso que ele se sinta parte indissociável da sociedade, na qual seus atos não são meramente pessoais, mas interferem na vida dos outros. Então, atividades laborativas, educativas e culturais levam-no a superar sua posição egocêntrica e hedonista e a rebaixá-lo à condição de indivíduo inscrito num plano racional-legal e ético-moral.

É regra da justiça tratar iguais como iguais e desiguais como desiguais. No direito, porém, é preciso que todos sejam iguais perante a lei. Por isso, a igualdade de oportunidades, determinadas pela sociedade e pelas condições históricas, seria critério de justiça. Daí vem a necessidade de que a política diminua as condições de desigualdade, como as de classe, cor, gênero, geração e orientação sexual, levando a uma marcha histórica de igualização dos desiguais (BOBBIO, 1997).

Dessa forma, as penas alternativas que visam à desinstitucionalização não podem menosprezar as diferenças sociais, interpretando essas condições pelas leis da história e compreendendo o sistema moral do indivíduo que o levou a descumprir as regras sociais. Para isso, é preciso um esforço subjetivo para que, no seu processo de objetivação, o indivíduo assuma um papel de cooperação com o sistema ético-legal. O indivíduo deve se sentir e agir como parte da sociedade, fazendo a *mediação* para um projeto de vida que supere suas particularidades e busque a generalidade social.

Concomitantemente, é preciso que a sociedade assuma a responsabilidade por uma cultura da não-*violência*, deixando de cultuar o materialismo da ganância, da posse e do poder para valorizar a liberdade, a felicidade e a justiça. Para isso, é preciso que o indivíduo deixe de aceitar o papel de robô da sociedade do consumo dirigido e assuma a rebeldia daquele que está incomodado por uma cotidianidade que o aprisiona e não permite a manifestação de sua espontaneidade (HELLER,1982).

Assim, superam-se a efemeridade e a superficialidade dos comportamentos estereotipados, que se acomodam numa condição de passividade e apatia para assumir o risco de ser livre e de não se esconder atrás dos discursos deterministas e dos símbolos de poder. É o gozo pela vida, de desfrutar da companhia do outro, de compreender que a felicidade está condicionada à felicidade do outro; e que a liberdade e a felicidade dependem de um sistema de justiça que garanta igualdade de tratamento legal e de oportunidades político-econômicas.

E isso só é possível com a revalorização da esfera pública, que deve utilizar as suas instituições para enaltecer os bens imateriais da arte, da ciência, da filosofia e da política. É preciso reduzir os sentimentos de medo, insegurança e instabilidade provocados pela excessiva exposição da *violência* nos meios de comunicação de massa, e também cultivar o gosto pelas discussões de alternativas para um mundo melhor, retomando as questões morais do eterno.

Só existe o amadurecimento do indivíduo se há a consciência da sua condição no mundo. Daí a importância de ele sair do isolamento e se expor à crítica. E por meio do reconhecimento dos limites e da relativa autonomia, é importante estabelecer relações de confiança que o auxiliem a superar papéis estereotipados e a ser indivíduo genérico, que contribuam para a superação do reino das necessidades para o reino da liberdade.

2.2. O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A *violência* contemporânea está associada aos símbolos da (pós) modernidade. Seja nos meios de comunicação de massa, ou no cotidiano das pessoas o clima de medo e insegurança é constante. Outro símbolo é a juventude, que transmite a idéia de novidade, dinamicidade e transitoriedade, valores tão em voga na sociedade atual. As imagens de aventura, imediaticidade e fugacidade associadas à violência são logo percebidas pela sociedade como algo relacionado ao período da juventude.

Então, se por um lado há um culto ao jovem, numa busca de todas as faixas etárias pela fonte da juventude, há por outro um preconceito em relação à vulnerabilidade desse jovem à prática violenta. A intensidade e a efemeridade da juventude são modelos da sociedade burocrática do consumo dirigido. Todas as necessidades criadas pela publicidade são baseadas no comportamento juvenil, a partir da qual o consumidor busca retardar o seu envelhecimento.

O cotidiano restringe-se à busca por consumir signos que representam o jovem. O velho, a história, a tradição e a maturidade são valores rechaçados, é como se tudo fosse invenção da sociedade informacional, e que o único capaz de significar esse mundo são os mais jovens. Nesse sentido, eles são os portadores dos valores da sociedade contemporânea, é preciso agressividade na competição do mercado de trabalho, efemeridade nos relacionamentos amorosos e impulsividade na vida social.

O padrão de comportamento é o espírito jovial e alegre que goza dos prazeres da vida em tempo e espaço real. Os *slogans* mais comuns da publicidade e do cotidiano são “viva hoje como se fosse o último dia da sua vida”; “não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje”. Se no passado as profissões ligadas à tradição e ao metodismo racional, como a medicina e o direito, eram requisitadas, hoje a imagem do trabalho ideal é aquela que oferece prazer e diversão. Daí a

valorização das profissões do entretenimento e da cultura, e do uso de jogos eletrônicos e ferramentas informacionais na sua operacionalização.

Por outro lado, o desemprego estrutural atinge sobretudo a juventude que vê adiada a sua entrada no mercado de trabalho. Apesar de os jovens contarem com uma maior escolaridade do que no passado, os problemas estruturais impedem a inserção de muitos deles no mundo do trabalho. Os problemas objetivos incidem na individuação, fazendo com que se acentuem os sentimentos de insegurança e instabilidade próprios da sociedade contemporânea. Assim, jovens que há vinte anos teriam sido integrados sem problemas à produção, acham-se condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro (CASTEL, 1998).

A família também passa por uma crise de seus valores, revendo conceitos e modelos tradicionais. Progressos técnicos, como a invenção da pílula anticoncepcional na década de 60, desvincularam o prazer da reprodução. Na década de 80, as novas tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial e fertilizações, dissociaram a reprodução da relação sexual. No plano jurídico, a constituição de 1988 no Brasil destituiu o poder patriarcal, tornando a família conjugal, além de promover o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos. Na década de 90, o recurso tecnológico do exame de DNA, que comprova a paternidade do genitor, obriga-o a garantir o direito de filiação (SARTI, 2005).

As transformações tecnológicas e jurídicas emanciparam o ser humano da obrigação social de constituir uma família, tornando-a uma esfera que pode ser construída por meio dos laços de afeto e compartilhamento de responsabilidades. Em vez de uma valorização das relações duradouras de afeto e companheirismo, visto que as transformações científicas permitiram liberdade de escolha individual, são cada vez mais comuns as separações judiciais e os relacionamentos efêmeros marcados pela “cultura do ficar”. O casamento, considerado sinônimo de perda da liberdade individual e de excesso de cobranças e responsabilidades, faz

com que os filhos permaneçam cada vez mais com os pais, não contraindo tal tipo de relação.

A sexualidade dissociada do amor tornou o mundo hedonista, numa busca constante por mais prazer. A indústria do erotismo transforma o sexo em mercadoria tanto virtual mediante os *sites* de internet, como real por meio da prostituição. As drogas também são associadas à busca de prazer, se no passado o uso de drogas era associado à liberdade artística e intelectual para romper com o cotidiano, hoje é recurso para prolongar o prazer individual.

Tudo isso na realidade, não leva ao pleno desenvolvimento de nossa capacidade de sentir prazer, sobretudo quando se recorre a meios artificiais como a droga. Os instintos e os sentimentos do homem atravessam, por natureza, fases de alternância; é impossível vivê-los sempre intensamente, pois – se o fizermos – chegaremos a uma completa impossibilidade de sentir prazer (HELLER, 1982, p.27).

Os *slogans* da juventude hippie da década de 60, com seus ideais coletivos, foram transmutados pelo jovem individualista e solitário do século XXI. O sexo foi banalizado, assim como dissociado de qualquer relação de afeto; as drogas tornaram-se artifícios comuns de busca de aventuras e prazeres individuais. E a cultura do “é proibido proibir” tornou-se a violência banalizada. Se na década de 80, a imagem era da juventude “sexo, drogas e rock´roll”, no início do século XXI transmite-se a imagem de “sexo, drogas e violência”.

No entanto, a percepção que a sociedade possui dos jovens não restringe suas atitudes. Podem aceitar passivamente o papel que a eles se destina, ou recusá-lo conscientemente. Por outro lado, há ainda jovens que apreciam os valores tradicionais de família, trabalho e educação, porém não é a imagem transmitida. Por isso é preciso ressignificar os símbolos da juventude, rebelando-se contra o rótulo de “rebelde sem causa” e demonstrando que ser jovem é também se preocupar com valores coletivos que serão transmitidos para as gerações futuras.

É preciso desprender-se das lembranças nostálgicas dos ídolos do passado e repensar valores inscritos numa sociedade democrática, em que todos são iguais em direitos e responsabilidades. Porém, é necessário que essa democracia não seja apenas formal e cerceadora das liberdades individuais. O Estado não é o pai repressor que apenas impõe regras, mas deve ser a imagem de uma família democrática, em que todos compartilham responsabilidades. E, assim, reservando-se a especificidade de cada papel, os membros da sociedade assumem o de delinear um Estado que transmita referências de afeto, disciplina e proteção.

É nesse contexto que está inserida a realidade dos adolescentes em conflito com a lei. Neste estudo compreende-se adolescência, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), como período referente dos 12 aos 18 anos incompletos. Atualmente, o signo de transgressão da ordem está associado a essa faixa etária. Se antes a sociedade protegia a juventude, hoje o sentimento é de medo aos mais jovens que transmitem a imagem da cultura do “sexo, drogas e violência”.

No entanto, não há precisão nem em relação à idade objetiva, muito menos quanto ao conceito de adolescência.

A partir da definição da Organização Mundial de Saúde, a adolescência corresponde ao período referente ao segundo decênio de vida, ou seja, dos 10 aos 19 anos. Este conceito é definido tendo como base a passagem das características sexuais secundárias para a maturidade sexual, a evolução dos padrões psicológicos, juntamente com a identificação do indivíduo que evolui da fase infantil para a fase adulta, e a passagem do estado de total dependência para o da relativa dependência (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p.404).

A própria idéia de adolescência é uma construção histórica. Na sociedade medieval não havia o sentimento de infância, não havia uma particularidade do ser criança. Nos fins do século XVI e início do século XVII ela passa a ser preocupação de estudiosos e moralistas. E finalmente no século XVIII há um

sentimento de “paparicação” da criança, que é o centro da família moderna (ÀRIES, 1991).

Assim, se no período feudal as crianças eram criadas na grande propriedade sem distinção de idade, com a demarcação da propriedade privada e da família moderna, busca-se isolá-la no núcleo familiar, distinguindo-o da sociedade como um todo. Porém, se a demarcação da infância é recente, a idéia de adolescência apenas surge em fins do século XIX, graças à difusão na burguesia de um ensino superior (ÀRIES, 1991).

Observaremos que essa ausência de separação entre a segunda infância e a adolescência, que desapareceu na burguesia durante o século XIX, subsiste ainda na França nas classes populares onde não há formação secundária [...] O jovem operário que obtém o certificado de conclusão de primeiro grau e não passa por uma escola técnica ou um centro de aprendizagem entra diretamente para o mundo do trabalho, que continua a ignorar a distinção escolar das idades (...) O fim da infância, a adolescência e o início da maturidade não se opõem como na sociedade burguesa, condicionada pela prática dos ensinos secundários e superior (ÀRIES, 1991, p.115).

A sociedade burguesa moderna demarca a adolescência como o período em que o jovem se prepara para a vida profissional, enquanto nas classes populares essa distinção não é tão nítida. Por isso, é comum o adolescente das classes populares assumir precocemente algumas responsabilidades, como o exercício de atividades laborativas e provisão do lar, o que contribui para que sua vida escolar seja curta se comparada aos jovens das classes burguesas.

A complexidade que envolve o conceito de juventude gerou muitos debates em relação à idade exata para o discernimento moral e cívico. Assim, mesmo no interior da legislação brasileira não há um consenso. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece a idade de menores de 18 anos como incapazes de responder criminalmente por delitos cometidos. O Código Civil Brasileiro (Brasil, 2003) estabelece a idade de menores de 16 anos como incapazes, e de 16 a 18 anos como relativamente incapazes, possuindo vantagens como direitos eleitorais e habilitação de veículos motores. Por isso, há

toda uma polêmica em torno da idade exata a partir da qual o jovem deve responder criminalmente por seus atos.

Assim, a responsabilização criminal das crianças foi algo que se modificou no decurso histórico. Em Roma, a Lei das XII Tábuas distinguia um período isento de responsabilidade (menores de 7 anos) e um período de responsabilidade sujeita à verificação do discernimento (7 a 14 anos) (ROSA, 2001).

No Brasil, a primeira legislação que se preocupa com essa questão, que até então era tratada pela legislação de adultos, remonta ao ano de 1830.

Basicamente o que vai se considerar na lei de 1830 é o conhecimento da responsabilidade penal a partir de 14 anos (art 10), acrescentando que, se o menor provar que os menores de quatorze anos que tiveram cometido crimes obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às Casas de Correção, pelo tempo que o juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos (RIZZINI, 2000, p.10).

Em 1927, aprova-se o Código de Menores, legislação contendo 231 artigos regulando a infância no país. A lei de autoria do juiz Mello Mattos instituía prisões especiais para os maiores de 14 e menores de 18. E aqueles com idade entre 16 e 18 anos eram sujeitos a uma avaliação de discernimento (ROSA, 2001).

Na década de 30, no Governo Vargas, são sistematizadas as primeiras políticas sociais públicas de atenção a crianças e adolescentes por meio do Serviço de Assistência ao Menor-SAM, uma política tutelar do Estado em relação à infância. A criminalidade juvenil é vista sob o prisma economicista, como resultado de carência sócio-econômica. Dessa forma, crianças abandonadas e delinqüentes são institucionalizadas em depósito de problemas de responsabilidade exclusiva do Estado (RIZZINI, 2000).

Em 1979, é aprovado o novo do Código de Menores com a lei nº 6.697/79, que refletia com fidelidade a velha lei de Mello Mattos, dispondo sobre a assistência, proteção e vigilância de menores que se encontravam em situação irregular.

Assim, o Código de Menores apenas regulava crianças que se encontravam nas seguintes condições: privação das condições sócio-econômicas; vítimas de maus-tratos e em perigo moral; ausência dos pais ou responsáveis; desvio de conduta em virtude de inadaptação familiar e comunitária e autores de infração penal. O Código permitia a prisão provisória do menor, sem flagrante delito e concedia amplos poderes aos juízes (RIZZINI, 2000).

O Código de Menores disseminou uma política de criminalização da pobreza ao tratar como menor uma categoria restrita à infância pobre e abandonada. Assim, a doutrina de situação irregular foi responsável por orientar as ações da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor). A FUNABEM, apesar de prever uma política descentralizada e participativa, operacionalizada nos Estados pelos Institutos Estaduais de bem-estar do Menor-IESBEM, na prática diante de um contexto político de extremo autoritarismo e centralização provocado pela ditadura militar, provocou a disseminação das mesmas práticas de internação que marcaram o SAM (RIZZINI, 1995).

A revelação dessa realidade levou a intensa mobilização da sociedade em torno do problema, e inúmeras denúncias foram feitas de *violência* contra crianças e adolescentes que eram punidos por sua carência material. Assim, houve o repúdio das organizações da sociedade, tanto públicas, quanto privadas, que não acreditavam na eficiência da política de internação, que segregava em grandes instituições crianças pobres, praticantes ou não de ato infracional.

A articulação entre as ações dos movimentos sociais, técnicos, políticos, juristas e a sociedade em geral foi fundamental para a inclusão do artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Fruto do movimento de articulação conhecido como a Criança e a Constituinte, foi a base da nova legislação que regularia a política de proteção à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECRIAD, aprovado em 13 de julho de 1990, concebe, como objeto de lei, crianças e adolescentes na sua totalidade, independentemente de sua condição social.

O ECRIDAD abandona a doutrina de situação irregular para preconizar o paradigma de proteção integral que, em vez de privar as crianças do convívio familiar, busca fortalecer esse núcleo com ações desenvolvidas em parceria com o Estado e a comunidade.

Em relação ao adolescente em conflito com a lei, segundo Rizzini (2000), o ECRIDAD (BRASIL, 1990) trouxe mudanças fundamentais, contidas nos seguintes artigos:

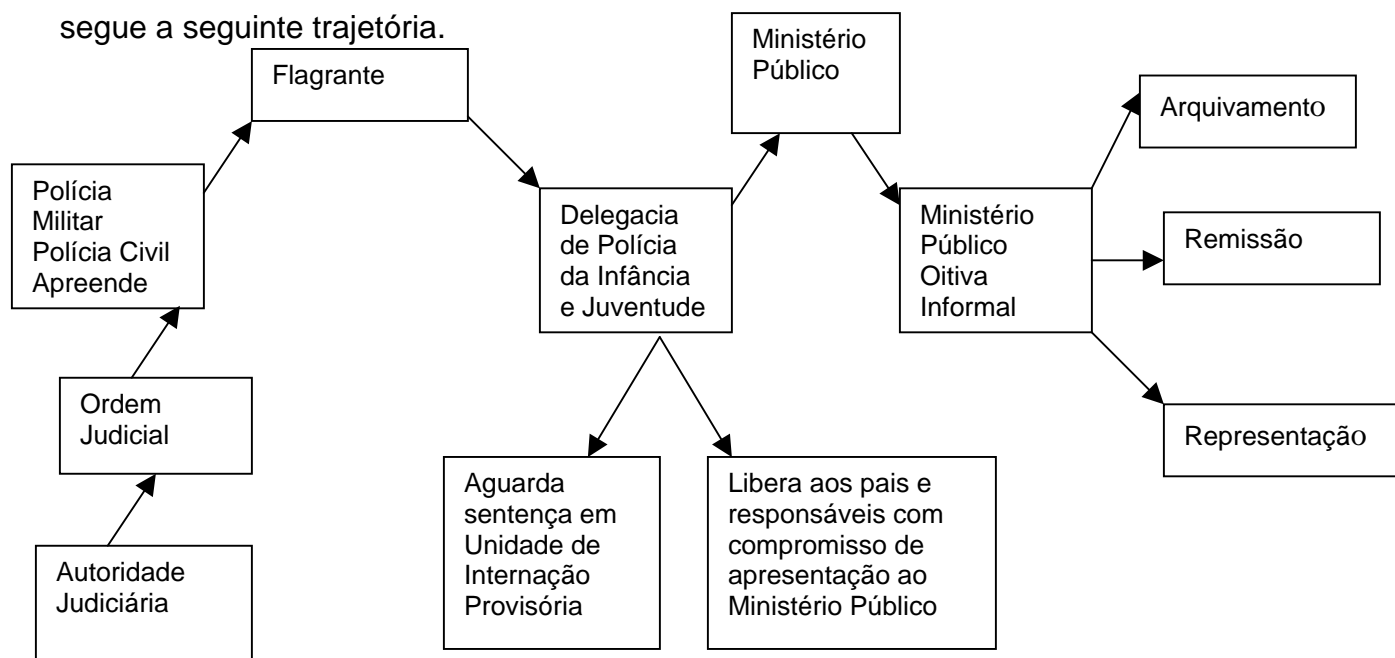
- Artigo 106: nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

Fica proibida a prisão cautelar, que internava indiscriminadamente os adolescentes por estarem em situação considerada irregular, sem confirmação de prática de ato infracional.

- Artigo 110: nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

A legislação garante direitos processuais ao adolescente que, na lei anterior, eram restritos à defesa do curador de menores (promotor de justiça). Além do direito à defesa, ele tem o direito de receber assistência jurídica gratuita e a presença dos pais ou responsáveis.

O adolescente²¹ autor de ato infracional, segundo artigos 171 a 190 do ECRID, segue a seguinte trajetória.



Como dito anteriormente, o adolescente só é detido em flagrante delito por ordem judicial escrita e fundamentada de autoridade judiciária. Se assim for, o adolescente pode ser internado provisoriamente no prazo máximo de 45 dias até ser decretada a sentença. Segundo artigo 185 do ECRID (BRASIL, 1990), a detenção não pode ser feita em estabelecimento prisional, e se for necessário, por não existir em comarca internação provisória especializada, ele deve aguardar no prazo máximo de cinco dias o julgamento em repartição policial, em seção isolada de adultos.

²¹ A criança autora de ato infracional (0 a 11 anos incompletos) será obrigatoriamente encaminhada ao Conselho Tutelar. Esse aplicará as medidas de proteção previstas no art. 101 do ECRID: orientação aos pais e responsáveis; orientação, apoio e acompanhamento; matrícula em estabelecimento de ensino; inclusão em programa oficial de auxílio; requisição de tratamento médico, psicológico e psiquiátrico; inclusão em programa de tratamento a toxicômanos e alcoolistas; abrigo em entidade ou colocação em família substituta.

Comprovada sua responsabilidade, são aplicadas as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECRID (BRASIL, 1990):

- Art. 115 - Advertência

Consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

- Art. 116- Obrigação de reparar o dano

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima;

- Art.117- Da prestação de serviços à comunidade

Consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais;

- Arts. 118 e 119 - Liberdade assistida

Será fixada no prazo mínimo de 06 meses, que consiste em acompanhamento do adolescente por um orientador que é incumbido das seguintes funções: inserir adolescente, se necessário, em programa oficial de auxílio; supervisionar a frequência e o acompanhamento escolar e diligenciar no sentido de profissionalização e inserção no mercado de trabalho;

Art. 120 - Do regime de Semiliberdade

Medida executada em regime semi-aberto que pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a escolarização e profissional, utilizando os recursos disponíveis na comunidade;

Arts. 121 a 125 - Internação

Medida privativa de liberdade, sujeitas aos princípios de brevidade (não excede a três anos) e excepcionalidade. A medida só será aplicada mediante grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves e por não cumprimento de medida anteriormente imposta.

Esse é o marco legal que orienta o atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei no Brasil. O código, quando consuetudinário, obedece aos costumes da sociedade em seu tempo e espaço. Por isso, apesar de o ECRID ter sido uma revolução em termos de legislação, não significa que ele não possa ser modificado. No entanto, a lei também é um ideal e supera a realidade, e este é o caso do Estatuto: uma legislação avançada que depende da efetividade do pacto entre Estado e sociedade civil para ser concretizada no cotidiano.

Apesar dos clamores populares a favor do rebaixamento da idade penal justificado por uma suposta impunidade dos adolescentes que infringem a lei, a realidade nos mostra que existe um conjunto de medidas para a responsabilização penal. A diferença em relação à legislação adulta é que essa obedece a um trâmite jurídico específico. Porém, da mesma forma que os adultos, os adolescentes também respondem por meio das Medidas Sócio-Educativas (MSE), de acordo com a gravidade da infração cometida.

A adolescência é um período de formação da personalidade e não pode exigir dessa faixa etária o mesmo senso de discernimento de um adulto. Porém, também se compreende que, como são incapazes de responder criminalmente por seus atos, os adolescentes também são totalmente submetidos à autoridade de seus pais e responsáveis. Por isso, esse tema é tão polêmico e complexo, e na arena de debate entre defensores do rebaixamento da idade penal estão os seguintes argumentos: como podem constituir família e não se responsabilizar por seus atos? Como é possível terem o direito ao voto e à habilitação e ser considerados incapazes? Os adolescentes seriam capazes das maiores atrocidades e seriam mais cruéis, pois sabem da sua impunidade.

E entre os críticos do rebaixamento, sustentam-se as seguintes defesas: comprova-se que o número de infrações cometidas por adolescentes é infinitamente inferior ao dos adultos. A maioria dos crimes cometidos por adolescentes é contra o patrimônio. Os adolescentes estão em fase de desenvolvimento e precisam ter um tratamento diferenciado, de maneira que a sua precoce entrada na idade adulta apenas acarreta prejuízos. Se houver antecipação da ida de jovens ao sistema prisional, isso acentuaria o problema da superlotação das prisões. Os adolescentes são induzidos a responsabilizar-se por crimes cometidos por adultos. O contato entre adultos e adolescentes nos presídios poderia acarretar um maior comprometimento da juventude com a criminalidade.

A desconfiança em relação às instituições legais pode ser prejudicial à sociedade. Pois quando se perde a confiança nos pactos entre sociedade e Estado justificam-se práticas extremas, como o extermínio, a tortura e os linchamentos. Assim, a população já reivindicou o direito de comprar armas²² e o passo seguinte pode ser a liberdade de ser justiceiro e fazer funcionar a lei que acreditam ser inexistente. Arendt (1989) alertou sobre esse risco ao se referir ao nazismo hitlerista e ao socialismo stalinista, que tinham desprezo pelas leis e instituições, criavam novas regras e órgãos cotidianamente, de forma que o único poder eram as forças armadas e o partido contra-revolucionário.

E são baseados nesses argumentos de ausência de legalidade e de ineficiência do Estado que se infiltram os discursos eugenistas dos neonazistas e dos contra-revolucionários narcotraficantes, que desprezam o poder da lei e das instituições sociais. Assim, eles acreditam ser os defensores da sociedade do bem, responsáveis por extirpar o mal. No entanto, como aconteceu no passado, equívocos são cometidos e inocentes são mortos. Por isso, a importância da supressão do poder revolucionário da *violência* e da defesa da lei e a responsabilidade em sua efetivação nas instituições sociais.

Ao mesmo tempo, é preciso recuperar o prestígio e fortalecer as esferas de poder: executivo, judiciário e legislativo. Quando o executivo perde seu poder de ação e volta o aparato público para interesses privados, justifica-se a violência dos indivíduos. E quando se banaliza o poder de legislar, transforma-se o sistema legal numa máquina eleitoreira, desprezando seu real papel que é regular a vida em sociedade. E, mais ainda, quando o judiciário é representado como ineficiente e corrupto, desfazem-se todas as referências de poder e justiça da sociedade.

²² Em referendo popular realizado no último dia 23 de outubro de 2005, a população brasileira (63,94% dos votos) decidiu democraticamente a liberação do comércio de armas.

O discurso do senso comum de que “ninguém é honesto” é proferido por quem se já não cometeu atos criminosos, deseja fazê-lo. A obediência a um pacto legal é a única saída para que se viva em sociedade, e o seu descumprimento exige penas de ressarcimento social. Por isso, por mais angustiante que sejam as constantes denúncias de corrupção que atravessam o aparato público brasileiro²³, as soluções devem estar inscritas na ordem legal e democrática. A omissão política e o desprezo pela democracia só acentuam ainda mais o clima de medo, terror e insegurança.

É por trás desses discursos “inocentes” de redução da idade penal que se encontram intelectuais e políticos comprometidos com valores eugenistas de limpeza étnica e de retorno às práticas autoritárias totalitárias. E, por isso, utilizam o discurso do fracasso da democracia e das instituições sociais para disseminar práticas extremas de extermínio físico e social. É preciso garantir o monopólio da força física do Estado, acompanhado pelo controle social de seu aparato pela sociedade civil organizada.

A defesa única e absoluta do endurecimento das penas e do aumento do aparelho repressor difunde na sociedade brasileira uma incorporação do modelo legal-correcional norte-americano. Este modelo representa um retrocesso na defesa dos direitos humanos, pois aprecia a política da tolerância zero de criminalização excessiva das ações cotidianas, além de um sistema correcional que preza pelo encarceramento e pela prática extrema da pena de morte.

Por isso, Bobbio (2004) justifica a abolição da pena de morte, defendendo que a sociedade fundada na violência a perpetua, argumento que segundo ele foi compartilhado por Beccaria, Rosseau e Robespierre. Ao contrário de Kant e

²³ O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (2002-2006), tem sido marcado por denúncias de corrupção durante a campanha presidencial e de acusações de compra de votos para aprovação de emendas parlamentares. Por isso, o destaque à questão ética e à defesa da democracia referem-se ao momento político em que o estudo é produzido, no qual a esquerda socialista brasileira demonstra suas fragilidades e é equiparada à direita liberal.

Hegel, que defendiam um sistema retributivo em que a pena deveria ser proporcional ao delito cometido.

O Estado não pode colocar-se no mesmo plano do indivíduo singular. O indivíduo age por raiva, por paixão, por interesse, em defesa própria. O Estado responde de modo mediato, reflexivo, racional. Também ele tem o dever de se defender. Mas é muito mais forte do que o indivíduo singular e, por isso, não tem necessidade de tirar a vida desse indivíduo para se defender. O Estado tem o privilégio e o benefício do monopólio da força. Deve sentir toda a responsabilidade desse privilégio e desse benefício. Compreendo muito bem que é um exercício difícil, abstrato, que pode ser tachado de modismo ingênuo, de pregação inútil. Mas busquemos dar uma razão para nossa repugnância frente à pena de morte. A razão é uma só: o mandamento de não matar (BOBBIO, 2004, p. 181-2).

Por isso, há a necessidade de efetividade das medidas socioeducativas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, pois um trabalho diferenciado que conta com a parceria entre Estado, família e sociedade pode ocasionar um fortalecimento do sistema legal e das instituições sociais, e, dessa forma, possibilitar uma reflexão que permita ao adolescente construir um projeto de vida independentemente da criminalidade. Para isso, depende de uma rede de proteção mediante as políticas sociais de educação, saúde e lazer, aliadas ao envolvimento das famílias na redução das relações pautadas na *violência*.

2.3. A MUNICIPALIZAÇÃO DA MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

Como descrito no item anterior, o adolescente em conflito com a lei responde através da lei estatutária, cumprindo MSE de acordo com a gravidade do delito cometido. Aos delitos considerados graves²⁴ são imputadas medidas de internação, e aos delitos com menor intensidade de gravidade são imputadas medidas em meio aberto. Porém, apesar de o Estatuto prever a internação como

²⁴ O Código Penal (2848/40) considera crimes graves aqueles que atentem contra a integridade física da pessoa, tais como: homicídio; assalto à mão armada; estupro, atentado violento ao pudor e lesão corporal (BRASIL, 1940).

medida excepcional (apenas aplicada a delitos graves, na reincidência de delito ou no não cumprimento de medida anterior) e breve (não excede a três anos), na realidade vê-se uma continuidade da política de institucionalização que marcou a época da doutrina da situação irregular do Código de Menores.

As infinitas análises decretam a ineficiência do sistema de internação quando desenvolvido em condições adversas, como a superlotação e a ausência de uma política pedagógica voltada para a *integração social*. Diversos estudos em diferentes épocas e orientados por diferentes enfoques chegaram a conclusões semelhantes: despersonalização do atendimento; programas educativos e profissionalizantes insuficientes e ineficazes; falta de continuidade de uma política de atendimento; não há diferenciação por critério de idade e gravidade do delito; falta de capacitação dos profissionais; medo e atitude antipedagógica dos técnicos (ASSIS, 1999; BIERRENBACH, FIGUEIREDO, SADER, 1987; VOLPI, 1997; VOLPI, 2001).

Os limites da institucionalização descritos pelos estudiosos levam ao debate sobre a reestruturação das políticas de atendimento do adolescente em conflito com a lei. A superlotação e a ineficiência da política de inserção levam à permanência do adolescente no sistema penal. Por isso, para não reproduzir a idéia de “escola do crime”, tão disseminado na sociedade, várias propostas são apresentadas para tornar a MSE efetiva e eficaz.

Construção de Unidades que não excedam 30 internos; trabalho interdisciplinar com eficiência técnica e intuição; definição de regra de convivência; reflexão sobre a vida do adolescente sem centrar-se no ato infracional; espaços de individualização do adolescente; envolvimento da família e sociedade; trabalho das diferenças de gênero, cor e idade; direito à educação e à saúde sexual; trabalho terapêutico para prevenção e tratamento da dependência química; interdependência com as políticas sociais locais de profissionalização, esporte, lazer e cultura (BIERRENBACH, FIGUEIREDO, SADER, 1987; VOLPI, 1997; VOLPI, 2001).

Para isso, o primeiro passo é diminuir as sentenças de MSE de internação, restringindo-se aos delitos realmente graves, o que depende da compreensão e interpretação das autoridades judiciárias. Assim, este estudo tem como objetivo uma análise da medida de Liberdade Assistida (L.A.)²⁵ como medida em meio aberto que proporciona ao adolescente a oportunidade de responder por seus atos em co-responsabilidade com a família e a sociedade. A Liberdade Assistida (L.A.), que compreende os artigos 18 e 19 do ECRriad (1990), estabelece:

- A autoridade designará pessoa capacitada ou entidade para acompanhar o caso;
- A Liberdade Assistida será estabelecida por prazo máximo de 06 meses, podendo ser prorrogada a qualquer momento ou substituída por outra medida;
- Incumbe ao orientador ou entidade responsável promover socialmente o adolescente e sua família em programas de auxílio e assistência social;
- Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar;
- Diligenciar no sentido de profissionalização do adolescente e da sua inserção no mercado de trabalho;
- Apresentar relatório do caso ao Poder Judiciário.

No entanto, quando a medida de L.A. é reduzida ao comparecimento formal aos Juizados, verifica-se uma limitação a um atendimento formal-burocrático que carece de tempo e espaço disponíveis para o desenvolvimento de atividades sócio-psicopedagógicas que incentivem a educação, a cultura, a saúde e a profissionalização. Nesse sentido, é preciso tornar o poder judiciário dependente

²⁵ O professor de português Pasquale Cipro Netto ajuda a compreender o sentido do conceito. “O que se entende por liberdade assistida? Liberdade amparada ou liberdade vigiada? Minha pergunta se deve ao que ouvi em conversas aqui e ali. Notei que muita gente entende que liberdade assistida equivale a liberdade vigiada, observada. E essas pessoas não gostam nenhum pouco da idéia (até parece que o governo vai ficar vigiando os passos desse pessoal). A expressão não tem esse sentido. O que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina é que, cumpridos os tais três anos de internação, o menor infrator seja posto em liberdade e receba assistência do Estado. Por assistência, entende-se ajuda, amparo, proteção, etc. Disponível em: <www2.uol.com.br/linguaportuguesa/artigos/ult1078u278.shl>. Acesso em: 28 nov. 2005.

do poder executivo e da sociedade civil organizada, que deve oferecer políticas locais de *integração social*, seguindo as diretrizes do ECRIAD (1990).

O ECRIAD (1990) trouxe uma nova concepção para as políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A doutrina da proteção integral concebe criança e adolescente como prioridade absoluta de atendimento, sujeitos de direitos, sendo considerada a sua condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento. O Estatuto em seus artigos 7 ao 19 garante às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais básicos de vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, esporte, cultura e lazer; profissionalização e proteção no trabalho.

São esses aspectos que devem ser considerados na orientação de políticas sociais de *integração social*, pois não se pode pensar esse adolescente isoladamente, sem se considerar a sua inserção na família, na comunidade e na sociedade em geral, o que requer políticas sociais públicas integradas, co-gestadas pela sociedade civil organizada e pelas famílias beneficiárias.

No entanto, quando esses direitos fundamentais são violados, há a necessidade de criação de políticas de proteção especial aos setores vulnerabilizados da sociedade. São políticas de “discriminação positiva” ou inserção social que visam ao atendimento às crianças em situação de risco pessoal e social. São os programas sociais de atendimento às vítimas de violência e exploração sexual; de exploração do trabalho infantil; de abandono e negligência familiar; de dependência química e aos autores de ato infracional.

Todos esses atendimentos estariam vinculados à política social de assistência social do município. A assistência social é política social não contributiva, vinculada ao tripé da seguridade social (saúde, assistência social e previdência). A ausência de sistematização de suas ações e a falta de uma dotação orçamentária

compromete a efetividade de uma política responsável por auxiliar quem não está integrado ao mercado de trabalho.

O paradigma conservador da assistência social é responsável por alguns problemas, como a descontinuidade de seus programas; a fragmentação de seus serviços por segmentos sociais (crianças, idosos, mulheres, etc.); a privatização e a transferência da responsabilidade para a sociedade civil; a prevalência do princípio de subsidiaridade, benemerência e filantropia não a instituindo como direito social de responsabilidade do poder público e de controle social da sociedade civil (SPOSATI, 2004).

É nesse contexto que estão inscritas as MSE de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. As medidas, ao dependerem de políticas de assistência na *integração social* dos adolescentes, defrontam-se com uma realidade de descaso do poder público. A excessiva fragmentação da política provoca a criação de projetos que não se comunicam entre si. Assim, são criados programas de atendimento descontínuos que se modificam com as mudanças de gestão.

Por isso, está em fase de institucionalização a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), baseado no paradigma do direito e da cidadania, que busca sistematizar a política de assistência social por meio das seguintes ações: universalização do sistema pela definição de níveis básicos de atendimento; descentralização político-administrativa de modo a garantir a gestão local do município; comando único de gestão orientado pela Política Nacional de Assistência Social; padronização dos serviços de assistência; manutenção de espaços institucionais de defesa social e representação dos usuários; manutenção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); oferta capilar de serviços baseados na lógica da proximidade com o cotidiano; sistema de gestão orçamentária interinstitucional e sistema democrático de gestão e controle social através dos conselhos de assistência social (SPOSATI, 2004).

Nesse sentido, deve estar inscrita na secretaria de assistência social do município dotação orçamentária para programas sociais de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Os municípios, principalmente os que apresentarem maior incidência de delitos, deveriam ser obrigados a desenvolver ações que promovessem a *integração social* do adolescente. Assim, é preciso que o município em co-responsabilidade com os dois entes federados (União e Estado), o mercado e a sociedade civil organizada possam desenvolver as medidas socioeducativas em meio aberto.

O município, por estar mais próximo do cotidiano dos adolescentes, identifica a rede de proteção social disponível, fortalecendo os laços com a família e a comunidade.

Seguindo a concepção aristotélica de Estado-cidadão, de acordo com a qual todos participam das esferas da vida social, tal participação deve acontecer em Estado pequeno. Assim, os municípios seriam ideais para a elaboração de propostas que regulem a vida estatal e civil (HELLER, 1982).

Os municípios de médio porte ou os bairros de grande incidência de delitos dos grandes centros seriam espaços estratégicos para serem desenvolvidas as atividades de *integração social*. Nesses espaços seriam priorizadas ações que fortalecessem o vínculo do adolescente com a comunidade, pois neles estão os laços de amizade (pares), as instituições sociais (igreja, escola) e os familiares que devem intermediar a superação da cultura da *violência*.

É essa a proposta de municipalização do atendimento da L.A., que vincula a *integração social* de adolescentes em conflito com a lei como responsabilidade do poder local. Ao se desenvolverem ações próximas ao cotidiano do adolescente estar-se-ia facilitando a colaboração dos atores envolvidos – família, Estado e sociedade – podendo-se vislumbrar, além de políticas públicas, espaços de

socialização e integração no mercado de trabalho disponíveis na comunidade local.

Porém, é preciso não cair nas tentações, observadas por Castel (1998), de uma idéia salvacionista de poder local que faz do bairro um poder em si. A comunidade depende de uma rede de proteção social que extrapola seu território e a sociedade de forma geral deve estar aberta a atender aqueles que não estão localizados na sua vizinhança. Da ideologia do globalismo à ação localista, há uma distância muito grande, por isso não deve disseminar nos projetos sociais a política de formação de guetos disseminada pelas gangues e quadrilhas violentas.

É preciso estar atento principalmente às diferenças culturais de cada localidade, porque é nesse aspecto que as desigualdades são aceitas. O bairro oferece a oportunidade de identificar as relações sociais dos adolescentes em relação à infra-estrutura disponível. Permite identificar se a infração está vinculada aos problemas infra-estruturais do bairro ou se esse não oferece influência na socialização do adolescente. Além de ser o espaço propício para que se vislumbrem as relações sociais de apoio, seja de pares, vizinhos, ou professores e familiares que podem auxiliar nesse processo.

No que tange à *integração social* propriamente dita, é preciso que o programa municipal de L.A. busque elementos que englobem a defesa de valores, como cidadania, família, educação, cultura e trabalho. Apesar de o programa de L. A. ser uma política localizada de socialização, deve buscar a integração com as outras políticas sociais locais, tornando-a *mediação* da *integração social* do adolescente e a sociedade.

Para isso, a cidadania deve ser abordada na garantia dos direitos fundamentais inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no direito à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer; à profissionalização e à proteção no

trabalho. É o espaço de valorização da esfera política, da participação dos adolescentes nos problemas da comunidade, por meio da inserção nos espaços democráticos de conselhos, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. É a garantia de políticas sociais públicas que ofereçam orientação jurídica e sócio-psicopedagógica, segundo as necessidades individuais. O que requer políticas sociais públicas integradas e em co-financiamento e controle pela sociedade civil organizada, com o envolvimento das famílias no direcionamento, acompanhamento e avaliação do programa.

Por isso, a importância de o programa de L.A. fortalecer os laços com a família. Ela é a responsável pela socialização primária do adolescente, por isso reproduz a maneira com que ele pensa, sente e percebe o mundo. A família é o grupo orgânico que transmite referências de afeto, disciplina e segurança. É preciso que essa relação seja fortalecida para que possa exercer o papel de auxiliar o adolescente na superação da conduta delituosa. Assim, apesar de assumir formas diversas, a família deve ser auxiliada a resolver seus conflitos sem recorrer à *violência*, preservando as relações afetivas na incorporação das normas sociais.

A educação deve ser política e prioritária para o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. A sua condição de transição para a idade adulta exige a formação para a vida e o trabalho. E a educação formal exerce papel fundamental no processo de *integração social*, pois é responsável por transmitir o conhecimento técnico-científico e filosófico-político que coloca o adolescente capaz de participar ativamente de seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, utiliza o espaço informal do programa de L.A. para transmitir informações que promovam o aumento das habilidades e da capacitação para o enfrentamento de questões nas esferas familiares, afetivas e no trabalho.

A cultura também recebe uma atenção especial nos programas municipais de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Como ainda não está inserido no mundo do trabalho, a cultura torna-se o espaço de criação e expressão da sua

criatividade. É o espaço do lúdico, da brincadeira, do artístico, que pode ser usado tanto no resgate histórico da memória nacional, como na transmissão de informações úteis ao seu cotidiano. A cultura permite trabalhar o processo de individuação, possibilitando a convivência com as diferenças de cor, gênero, classe e orientação sexual. Permite, ainda, o despertar de habilidades artísticas e o autoconhecimento por meio de atividades que envolvam música, teatro, cinema, artes plásticas, esporte, lazer, etc.

E, por fim, o elemento trabalho, como tentativa de valorização da esfera produtiva, como espaço de socialização e de *integração social*. É o espaço de trabalhar o respeito à disciplina e os signos de poder e autoridade, necessários para a vida em sociedade. É a busca de despertar as identidades profissionais, mediante atividades de capacitação profissional, desenvolvendo-se habilidades técnicas que possam ser desempenhadas futuramente, além do estabelecimento de uma rede de apoio com o setor público e privado os quais possam ser parceiros na incorporação dos adolescentes ao mercado de trabalho.

Apesar de ser superdimensionado o espaço de um programa social promover elementos tão distintos, entende-se que políticas orientadas para a *integração social* devem pensar o indivíduo de forma integral, envolvendo todos os aspectos da vida social. Esse esforço requer a dependência do programa das políticas sociais públicas desenvolvidas, além do apoio e do acompanhamento da sociedade civil organizada e das famílias atendidas.

Para Costa (1995), para maior efetividade da política de atendimento à criança e ao adolescente se fazem necessárias as seguintes categorias:

Descentralização – o município como fonte de iniciativa e liberdade no diagnóstico, equacionamento e implementação da solução para os problemas da população infanto-juvenil. A municipalização significa o governo local assumir um papel de protagonista central na formulação e implementação da política, sem,

contudo, abrir mão do apoio técnico e financeiro dos níveis estaduais e federais (COSTA, 1995).

Participação – a participação da população, com as suas organizações representativas, na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas. É de relevância nesse aspecto a criação dos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares, órgãos autônomos responsáveis por zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes (COSTA, 1995).

Mobilização – revela-se pela capacidade das lideranças públicas, privadas, religiosas e comunitárias de sensibilizar, conscientizar, organizar e comprometer na ação o maior número possível de segmentos, instituições e pessoas do município com a consecução dos objetivos e das metas das políticas públicas (COSTA, 1995).

Tendo em vista essas orientações, os programas municipais de L.A. e as demais ações que envolvem a *integração social* do adolescente em conflito com a lei devem obedecer às diretrizes da política de atendimento contidas no artigo 88²⁶ do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

²⁶ Art.88 São diretrizes da política de atendimento: municipalização do atendimento; criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio das organizações; criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; manutenção de fundo nacional, estadual e municipal aos respectivos conselhos de direito; integração operacional de órgão do Judiciário, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local e mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 1990).

A partir dos princípios teóricos traçados e das metas operacionais efetivas estabelecidas nos planos municipais, estaduais e federais deve-se efetivar a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

E assim implementar uma política descentralizada e participativa, que supere tanto o falso “paternalismo anticidade” como a posição aceita, implicitamente como certa de que há um vínculo automático entre pobreza e criminalidade, quanto o “retribucionismo repressivo”, definido como a idéia de aumento indiscriminado da repressão, através da proposta de redução da imputabilidade penal (MENDEZ, 1995).

Num momento em que o aumento da preocupação com a *violência* urbana faz com que a sociedade clame por respostas imediatas como a redução da idade penal e até mesmo a disseminação de práticas extremas de extermínio de adolescentes em conflito com a lei, os princípios do Estatuto são colocados em xeque. Assim, a questão social implicada depende da efetividade das medidas socioeducativas para que a cultura da *violência* não se perpetue, devendo-se criar alternativas para que esses adolescentes possam superar conflitos sem recorrer a esse instrumento.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida é um estudo de caso de natureza exploratória que busca analisar as medidas sócio-educativas em meio aberto de atendimento ao adolescente em conflito com a lei desenvolvidas no município de Colatina\ES. O presente estudo teve como objetivo analisar a medida sócio-educativa de liberdade assistida, tendo em vista os valores que o adolescente destaca como importantes no processo de *integração social*. Os valores deveriam ser propiciadores da *mediação* para a construção de uma cultura da não-violência.

A escolha pelo tipo de pesquisa foi feita porque o estudo de caso é a forma indicada para observar políticas específicas que podem ser generalizáveis. O estudo é do tipo exploratório, pois visa formular hipóteses que poderão ser analisadas futuramente por um método hermenêutico. A abordagem é quanti-qualitativa, pois se baseia na exploração de categorias contidas no discurso dos interlocutores, que foram padronizadas em mensagens únicas.

O Estudo de caso predomina nas questões como e por que, no estudo de fenômenos contemporâneos e quando não há controle sobre os eventos comportamentais. Os estudos de casos são generalizáveis a questões teóricas e não a populações e universos. Os estudos de casos tem predominância na pesquisa de avaliação que unem implementação do programa com efeitos do programa e na descrição de como ocorre uma intervenção (YIN, 2005).

O estudo iniciou-se no período de abril de 2004, quando foram sendo reunidas as evidências teóricas para o processo investigativo. Foi feita a opção por utilizar a categoria teórica *mediação* para estudo e análise das questões teóricas do presente estudo.

Para observar, como se daria este processo empiricamente, o processo de *mediação* que possibilita a *integração social*, foram utilizadas cinco categorias empíricas auxiliares: cidadania, família, educação, cultura e trabalho. Por isso, para verificar as questões traçadas, foram realizados roteiros de entrevistas para a equipe técnica que delimitou os objetivos do programa de acordo com as categorias empíricas estabelecidas (ANEXO I). E estes objetivos foram captados por entrevistas semi-estruturadas aos adolescentes atendidos pelo programa (ANEXO II).

O estudo de caso envolveu várias fontes de evidências, por isso foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados:

- História oral com informante-chave;
- Pesquisa documental;
- Entrevista semi-estruturada com a coordenadora do programa;
- Questionário para a equipe técnica do programa;
- Entrevista semi-estruturada com adolescentes atendidos pelo programa;
- Grupo focal com familiares dos adolescentes atendidos pelo programa;
- Observação direta.

O período de coleta de dados compreendeu os meses de setembro de 2005 a fevereiro de 2006. Num primeiro momento foi realizada história oral com informantes-chaves no processo de municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo. O objetivo foi captar diferentes falas envolvidas neste processo, para isso foram ouvidas três importantes protagonistas da política de atendimento a crianças e adolescentes do Estado.

A perspectiva dos Conselhos de direito da criança e do adolescente foi retratado pela representante do Conselho nacional do direito da criança e do adolescente (CONANDA) e membro do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) (ANEXO III). A perspectiva da sociedade civil organizada através do coordenador do Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente (AICA),

vinculado a Cáritas Arquidiocesana de Vitória/ES (ANEXO IV). E para captar a percepção do Estado, a fala da presidente do Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Estado do Espírito Santo (IASSES/ES) (ANEXO V).

Em seguida, foi agendada entrevista com a Secretária municipal de assistência social e com a coordenadora do programa municipal de liberdade assistida de Colatina/ES, para explicar os objetivos da pesquisa e solicitar autorização para a realização da mesma. A coordenadora do programa forneceu informações gerais sobre o funcionamento do programa através de entrevista semi-estruturada (ANEXO VI).

Além da observação direta, foi utilizada a técnica de pesquisa documental para descrever o programa municipal de liberdade assistida de Colatina/ES e as características sócio-demográficas dos adolescentes atendidos, consultando os seguintes documentos:

- Cópia do projeto de intervenção do programa;
- Cópia do relatório de atividades do ano 2005.

O universo de adolescentes atendidos no programa durante o ano de 2005 foi de 84, porém delimitaram-se aqueles que já possuíam 06 meses de programa, ou seja, os que estavam em fase de desligamento, o que representava 71 adolescentes. Foi realizada entrevista semi-estruturada com 15 (21,1%) adolescentes atendidos pelo programa municipal de liberdade assistida para captar a percepção destes da política. As questões envolviam as mesmas categorias auxiliares utilizadas na entrevista com a equipe técnica.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas nos espaços onde estavam inseridos os adolescentes, não alterando a rotina de atividades do programa. As entrevistas deram-se durante as oficinas culturais de capoeira e grafiteagem e durante os eventos de lazer realizados no final do ano de 2005.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada no programa municipal de liberdade assistida do município de Colatina/ES. O município foi pioneiro no Estado, e um dos primeiros do Brasil a desenvolver junto a Secretaria Municipal de Assistência Social programa específico para execução de medidas sócio-educativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei.

O município de Colatina/ES, apesar de não estar localizado na região metropolitana, é um município de médio porte referência de políticas sociais na região norte do Estado. Colatina é uma cidade de 1.439 quilômetros quadrados, com cerca de 109.226 habitantes, sendo que 38.151 estão na faixa etária de 0 a 19 anos, com 89,5 % de taxa de alfabetização. A renda média é de R\$ 519,73 mensais, com 41.690 pessoas com renda de até 3 salários mínimos. Situada no Vale do Rio Doce está a 135 quilômetros de Vitória, capital do Espírito Santo²⁷.

Neste município é desenvolvido desde 01 de agosto de 2002, o Programa Municipal de Liberdade Assistida, financiado pelo Ministério da Justiça-Governo Federal. O programa executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Colatina/ES visa atendimento ao adolescente em conflito com a lei para possibilitar a melhoria de sua qualidade de vida e de fortalecimento de seus vínculos com a família, comunidade e sociedade em geral.

O programa funciona com uma equipe multidisciplinar formada por assessores jurídicos, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, educadores sociais e oficinas. Além de apoio psicossocial, jurídico e pedagógico, o adolescente é encaminhado para instituições não governamentais para prestação de serviços comunitários e para o mercado de trabalho. Além de desenvolver atividades físicas, culturais e artísticas, tais como: capoeira, percussão, música e grafiteagem.

²⁷ Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 abr. 2005.

3.2.1 A municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo

Assim, como o resto do país, o Espírito Santo tem na *violência* uma das expressões da questão social. Por isso, nos últimos anos há uma infinidade de estudos acadêmicos e políticas sociais na busca de reduzir os índices da criminalidade. Conscientes de que o problema atinge a todos, independente de classe, gênero, culto religioso ou orientação sexual, o poder público vem se unindo com representantes da sociedade civil organizada, empresas e universidades para compreender as especificidades do fenômeno no Estado.

Neste sentido, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) vem desenvolvendo um Banco de Dados sobre Violência (BDV), responsável por registrar os homicídios cometidos no Espírito Santo através de pesquisa documental nos principais meios de comunicação da mídia escrita capixaba (jornais A Gazeta e A Tribuna). Em 2003 o BDV tornou-se responsabilidade do Núcleo de Estudos sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que vem sendo responsável por apresentar dados objetivos sobre o aumento da criminalidade.

Na década de 90, o Espírito Santo teve um aumento nas taxas de homicídio, passando de 29,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1994, para 43,9 em 2002, concentrados principalmente na região metropolitana. As vítimas dos homicídios são principalmente jovens homens de 15 a 24 anos. Os delitos acontecem principalmente nos finais de semana nas vias públicas dos bairros periféricos (ZANOTELLI; RAIZER; CASTRO, 2004).

Dessa forma, imersos nesta realidade objetiva, estão os adolescentes em conflito com a lei, principalmente não como agentes da violência, mas localizados na faixa etária que cada vez mais é vítima dos homicídios.

No Estado, os adolescentes autores de ato infracional são sentenciados pelas Varas Especializadas de Infância e Juventude, ou por órgão equivalente. Quando infratores graves, respondem pela medida de internação no único estabelecimento sócio-educativo do Estado-a Unidade de Integração Social do Espírito Santo-UNIS. O quadro abaixo retrata a realidade da medida de internação no Estado.

Dados sócio-demográficos	N	%
1- Sexo		
Masculino	125	98,4%
Feminino	02	1,6%
2- Faixa etária		
12-14 anos	04	3,1%
15-17 anos	60	47,2%
18-19 anos	53	41,7%
20-21 anos	10	7,9%
3- Escolaridade		
Analfabeto	01	0,8%
Ensino fundamental	114	89,7%
Ensino Médio	09	7,1%
Não informado	03	2,4%
4- Procedência		
Cariacica	16	12,6%
Vitória	19	15,1%
Serra	23	18,1%
Vila Velha	30	23,6%
Viana	01	0,8%
Guarapari	04	3,1%
Interior	30	23,6%
Não informado	03	3,1%

Fonte: IASES/ES (2005).

Verifica-se que apesar do ECRIDAD prever que a medida de internação deve ser realizada em estabelecimentos educacionais não excedentes a 30 internos, o número atual supera mais de 400% sua capacidade de lotação. Diante desse problema, verifica-se no Estado, assim como no país um movimento em prol da municipalização das medidas sócio-educativas. A política visa tornar as medidas em meio aberto mais eficiente e deixar a internação, que é política estadual, reservada aos delitos verdadeiramente graves.

Conforme enunciado anteriormente, foram entrevistados três importantes representantes do processo de municipalização das medidas sócio-educativas do Estado:

- A Voz dos Conselhos: Membro do Conselho Nacional do Direito da Criança e do adolescente-CONANDA, representando o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua-MNMMR;
- A Voz da Sociedade Civil Organizada: Diretor do Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente, vinculado a Cáritas Arquidiocesana de Vitória/ES e Presidente do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente do município de Serra/ES;
- A Voz do Poder Público: Diretora Presidente do Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Estado do Espírito Santo-IASES/ES.

Os entrevistados têm como características comuns à militância na área da infância e adolescência iniciada principalmente na década de 80. Dois representam as idéias progressistas da igreja católica, inspirados nos ideais da Teologia da Libertação. Uma representa o movimento popular dos meninos e meninas em situação de rua. Os três reconhecem a dificuldade de se envolver com uma questão tão complexa, que envolve a valorização das questões sociais em detrimento das questões pessoais. Por isso, desempenham o trabalho como uma práxis social, que envolve razão e sensibilidade, teoria e prática, sendo ao mesmo tempo, educandos e educadores. Filósofos do cotidiano, políticos e intelectuais orgânicos que têm como maior referência à realidade.

Em relação aos argumentos a favor do processo de municipalização engendrado no Estado, os entrevistados destacam: proximidade com a realidade do adolescente; superar o caráter coercitivo da medida restrita ao poder judiciário; estabelecimento de relações de confiança e afeto com o adolescente; garantir o

direito de defesa processual; adaptar a medida a história do adolescente; garantia de dotação orçamentária para a medida; controle social pela sociedade civil e pelos conselhos de direito; fortalecer os vínculos familiares na transmissão de referências de autoridade e afeto, além da interdependência entre as políticas sociais do município.

Todos os entrevistados concordam que a responsabilidade da dotação orçamentária é do município, porém há divergências quanto ao responsável pela execução do programa:

A gente percebe muitas vezes a diferença de um programa mantido pela prefeitura, onde você tem uma série de pessoas que são simplesmente funcionários, dentro de um esquema de horários, por exemplo, quando acaba cada um vai embora. A outra coisa é um programa mantido pela sociedade civil organizada, onde as pessoas ficam encarregadas de uma missão profunda, faz com que mesmo tendo horário de trabalho, etc..., se sentindo isso como uma missão faz com que qualquer momento do dia se tornem educadores envolvidos nesta atividade (Representante da sociedade civil organizada).

Aí não estou falando que é o município que deve implantar ou as instituições, eu defendo que é uma política pública e tem que ser implantada pelo município, a sociedade civil tem que vir como uma parceira, mas esta gestão tem que ser do poder público, senão isto não vira política pública. Por que veja bem, o dia em que o prefeito não tiver interesse em repassar recursos para aquela entidade que está fazendo o papel dele, pois se ele que tem que executar, a entidade está fazendo o papel dele, acaba a medida. Mas se você implanta enquanto política pública, garantindo orçamento e controle dos conselhos, é uma política que não acaba, como é o caso da educação (Representante dos conselhos).

Em relação à realidade em que cada representante está inserido foram elencadas algumas medidas objetivas que estão sendo empreendidas para a efetivação do processo de municipalização das medidas no Estado do Espírito Santo:

- Representante dos Conselhos: Trabalhar temas referentes à diversidade de gênero, etnia, orientação sexual, principalmente em relação as dificuldade que os educadores possuem de trabalhar com estas questões; divulgar o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo) que é um documento específico para regular o atendimento em medida sócio-

educativa traçada em nível nacional; seguir as orientações do SINASE na construção de unidade de internação com capacidade de 30 internos, num espaço de 15.000 m², com área de esporte, atletismo, escola, saúde; capacitação e concurso público para os recursos humanos.

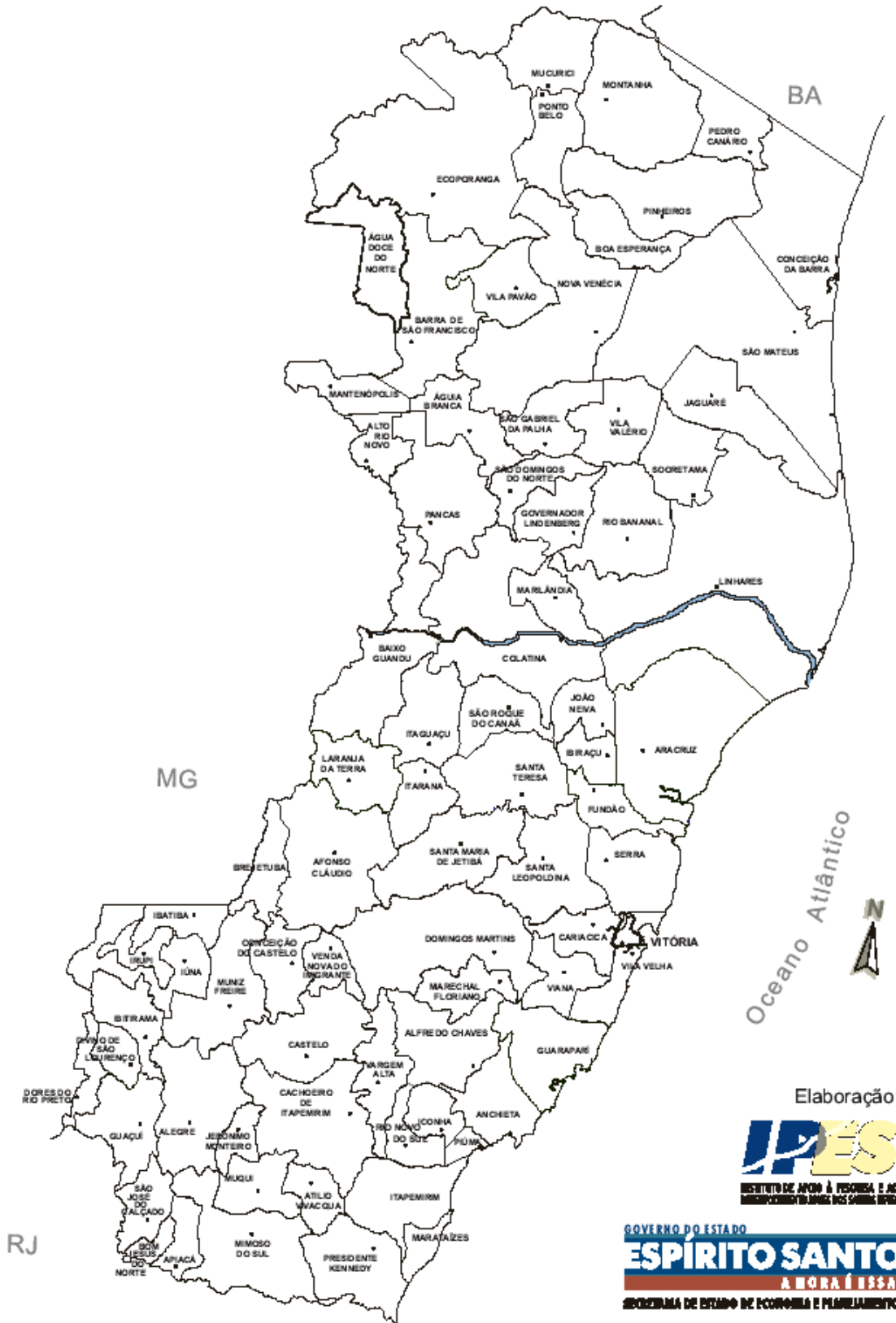
- Representante da Sociedade Civil Organizada: Participar de todas as fases de implantação a execução dos programas; profissionalizar os programas, diminuindo o voluntarismo e o assistencialismo; obedecer aos parâmetros estabelecidos nacionalmente para execução da política; exigir que o judiciário estabeleça critérios utilizados nas sentenças dos atos infracionais; exigir a construção de unidades descentralizadas no interior do Estado; explicitar para a sociedade os custos e benefícios da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto;
- Representante do Poder Público: Criação de Gerência das Medidas Sócio-educativas através da lei estadual 304/05 para definir estratégias para implantação dos programas nos municípios; estabelecimento de plano de trabalho; visita aos municípios candidatos a implantação da medida; montagem de projeto de capacitação dos recursos humanos; apresentação de plano aprovado pelo Conselho Estadual dos direitos da criança e do adolescente (CRIAD), com projetos de 07 municípios para desenvolver a liberdade assistida (São Mateus, Nova Venécia, Cariacica e Colatina com gestão municipal e Serra, Vila Velha e Guarapari através da Pastoral do Menor).

As informações fornecidas pelos informantes-chaves foram sintetizadas no quadro demonstrativo 1 que retrata a realidade do processo de municipalização das medidas em meio aberto no Estado do Espírito Santo.

Quadro Demonstrativo 1 - Dificuldades, avanços e desafios da municipalização

Representantes	Dificuldades	Avanços	Desafios
Conselhos	Programas para dependentes químicos; comprometimento dos adolescentes com o tráfico de drogas; falta de capacitação dos educadores; falta de envolvimento dos educadores com a causa.	Boa relação com o Judiciário; adolescentes que conseguiram um projeto de vida; participação de adolescentes nas políticas públicas; eliminação do problema de adolescentes em situação de rua.	Construir unidade de internação modelo; capacitação dos recursos humanos; concurso público para efetivação dos educadores; trabalhar nas capacitações a diversidade de gênero, cor e orientação sexual.
Sociedade Civil Organizada	Aumento da demanda dos programas de LA; demanda de adolescentes que não cometeram ato infracional; descontinuidade do repasse de verbas;	Redução do número de reincidências; a aceitação do programa pela comunidade local; o destaque político da discussão em relação ao adolescente.	Ampliar o espaço físico; promover cursos de capacitação; construção da unidade modelo de internação.
Poder Público	Grande número de internações; precariedade do sistema de internação; falta de discussão da municipalização das medidas em nível estadual; falta de investimento humano e financeiro.	Gerência específica de medidas sócio-educativas em meio aberto; parcerias com empresas e entidades; dotação orçamentária para construção de unidade de internação no interior.	Viabilidade financeira; trabalhar a concepção de adolescente com o município; co-financiar a liberdade assistida e a semi-liberdade em municípios com baixo orçamento; convencer os municípios da importância da medida.

Municípios do Espírito Santo - Divisão político-administrativa



Elaboração:



GOVERNO DO ESTADO
ESPIRITO SANTO
A BORA É ISSA
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Para melhor ilustrar a realidade em que se insere o processo de municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo, utilizou-se o mapa do Estado.

Conforme a divisão político-administrativa do Estado do Espírito Santo há 78 municípios, com uma concentração populacional na Região Metropolitana da Grande Vitória (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vitória e Vila Velha). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves- IPES²⁸ de uma população de 3.097.232 habitantes, a região abriga 1.531.555, o que corresponde a mais da metade da população concentrada em apenas sete municípios.

É nesta região que se concentram os maiores problemas sociais do Estado, dentre eles a violência. Segundo os dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), em 1994, os casos de homicídio na Grande Vitória representavam 80,1% do total do Estado e, em 2002, responderam por 74% desses mesmos casos. Serra é o município onde mais ocorre homicídios, com 27,3% dos casos em 2002, seguido do município de Cariacica, enquanto foi registrada uma queda nos municípios de Vitória e Vila Velha (ZANOTELLI; RAIZER; CASTRO, 2004).

Por isso a prioridade em desenvolver ações de redução dos índices de criminalidade nesta região. Dentro dessa perspectiva, a representante do poder público no setor de medidas sócio-educativas do Estado do Espírito Santo ressalta o destaque dado.

Na minha opinião em todos da Grande Vitória devem ter Liberdade Assistida e nos municípios que tiverem comarca. Nos municípios com maior incidência de internação num primeiro momento, vamos classificar por prioridades. Prioridade principalmente Grande Vitória, porque a realidade da violência, esta relação adolescência e violência na Grande Vitória tá mais eminente. Um segundo critério seriam os municípios que tem maior número de internações, porque normalmente as internações que estão vindo são de casos agravados de adolescentes que cometeram atos infracionais menores, menos graves, mas que pela falta de uma

²⁸ Instituto de Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento do Estado do Espírito Santo- IPES. Disponível em: <www.ipes.es.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2005.

abordagem especializada, não conseguiram dar conta dessa realidade. E num terceiro critério, os municípios que tiverem comarca, e o quarto critério de prioridade seriam todos os municípios, porque em todos os municípios tem adolescente cometendo ato infracional (Representante do poder público).

A representante do poder público apesar de defender em última instância a municipalização em todos os municípios, acredita em uma política prioritária na região metropolitana num primeiro momento, que gradativamente vai abrangendo todo o Estado. Por isso, já foram implantados na Grande Vitória dois programas de LA municipalizados: Serra e Vila Velha. E está em fase de implantação mais dois programas: Cariacica e Guarapari.

No entanto, também se verifica a importância de desenvolver ações descentralizadas no interior do Estado, para que o problema não se concentre ainda mais nos centros urbanos. Afinal de contas, a violência também atinge estes municípios.

Da mesma forma, os maiores municípios do Estado, depois dos quatro grandes da Região Metropolitana de Vitória, tiveram, também, uma evolução muito importante de casos no período: Cachoeiro de Itapemirim passou de 1 homicídio, em 1994, para 32, em 2002 (um aumento de 3200% em 9 anos); Colatina passou de 7 para 25 (evolução de 356%); Linhares de 17 para 39 (aumento de 229%) (ZANOTELLI; RAIZER; CASTRO, 2004, p.11).

Por isso, verifica-se a necessidade de desenvolver a medida sócio-educativa nos municípios do interior do Estado, principalmente aqueles com maior densidade populacional e que se verifica maior incidência de criminalidade, o que é ressaltado pelo representante da sociedade civil entrevistado.

Por exemplo, um desejo nosso quando eu estava no CRIAD (Conselho estadual do direito da criança e do adolescente) que houvesse pelo menos três unidades, uma no norte, outra no centro, e outra no sul, que pudesse ser ponto de concentração em regiões do Espírito Santo para evitar este deslocamento bastante amplo. Então acho que a nível do Estado seria dar uma contribuição maior na medida de internação, mas apoiando os municípios, nas medidas em aberto, fazendo com que o próprio Estado tenha menos problema na própria execução da medida em meio fechado. Pois quando ele puder contar com os municípios executando a medida de liberdade assistida, semi-liberdade, prestação de serviço à comunidade, ele vai ter menos demanda nas unidades (Representante da sociedade civil organizada).

Assim, já está sendo desenvolvida a experiência de LA, no município de Colatina, alvo deste estudo, e está em fase de implantação mais dois programas no interior: São Mateus e Nova Venécia. Todos eles concentrados na região norte do Estado, apesar dos índices de violência no sul também serem relevantes, não há iniciativas neste sentido registradas até o momento.

Em relação aos programas já implantados, os entrevistados destacam os principais valores que devem estar inscritos na execução do trabalho.

Eu acho que a primeira riqueza de um programa são as pessoas, acho que um número suficiente de pessoas capacitadas, com sensibilidades e motivações suficientes para fazer este trabalho [...] Então eu acho que um espaço melhor, bem acolhedor, o nosso por exemplo, é em parceria com a prefeitura o aluguel. A disponibilidade de um espaço para fazer oficinas, por exemplo, cursos profissionalizantes em parceria com o SENAI, se for necessário e outras atividades, não sei, é extremamente importante. (Representante da sociedade civil organizada).

Capacitação continuada para equipe, muito compromisso de quem estar para com estes meninos e meninas, para que não virem propriedade da equipe. A equipe tem que saber qual é papel dela, para que esses meninos sejam respeitados enquanto pessoas, porque não é professor de sala de aula, aqui é um educador, o educador tem que ser um militante (Representante dos conselhos).

Verifica-se que há uma convergência no discurso dos entrevistados quanto à valorização do capital humano. Por outro lado, o mérito dado aos profissionais, faz com que haja uma cobrança para que eles correspondam às expectativas de contribuir na integração deste adolescente a sociedade. Os gestores de política entrevistados frisam que necessitam não de um funcionário, mas de um militante da causa. As exigências de comprometimento são fundamentais para a realização deste trabalho, no entanto este educador, inscrito em um processo de trabalho, necessita de condições objetivas e subjetivas para a sua dedicação.

Desta forma, o Estado do Espírito Santo através de representantes do poder público, da sociedade civil organizada e conselhos de direito vem discutindo o processo de municipalização das medidas. E este processo será exemplificado nas próximas páginas, através do estudo exploratório do caso da medida de Liberdade Assistida executada pela Prefeitura Municipal de Colatina/ES.

3.2.2 O Programa de Liberdade Assistida do município de Colatina/ES

Em dezembro de 2001, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Colatina, enviou para o Ministério da Justiça (MJ) proposta de implantação de um programa municipal de execução das medidas sócio-educativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço para a Comunidade (PSC) a ser executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O projeto foi aprovado e desde 2002, atua atendendo adolescentes em conflito com a lei sentenciada pela comarca local.

O programa denominado Liberdade Assistida Comunitária (LAC), propôs como objetivo em seu projeto “a promoção social do adolescente e de sua família, bem como à sua inserção no sistema educacional e no mercado de trabalho, além da proposta de um projeto de vida para ruptura da conduta delituosa, reforçando os vínculos do adolescente com a família e a comunidade” (Projeto do Programa).

A LAC se propôs ser executada entre uma parceria entre Secretaria Municipal de Assistência Social, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público Estadual, que seria executada por entidades da sociedade civil através de termo de cooperação. Como o Ministério da Justiça compreende que as organizações da sociedade civil estão mais aptas a desenvolver o trabalho, o convênio é estabelecido com as entidades, porém quem planeja e implementa a ação é o poder público.

A dinâmica de encaminhamento funciona dessa forma, o juiz aplica a medida sócio-educativa de LA e encaminha para a Secretaria Municipal de Assistência Social. A equipe sócio-educativa formada por 06 técnicos (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos) traça estudo de caso do adolescente, e designa educador social (08) responsável por seu acompanhamento. Os adolescentes são inseridos em oficinas culturais de acordo com a sua afinidade, e podem optar por quatro oficinas: capoeira, grafiteagem, música e percussão. O detalhamento das atividades e os consecutivos objetivos foram expostos no quadro abaixo.

Quadro Demonstrativo 2 - Atividades realizadas pelo programa

ATIVIDADES REALIZADAS	PÚBLICO ALVO	OBJETIVO
Acompanhamento pedagógico	Adolescentes	Visitas às escolas e acompanhamento da vida escolar.
Atendimento psicológico	Adolescentes e familiares	Avaliar a história de vida dos adolescentes a fim de promover alternativas de construir um novo processo de vida.
Acompanhamento social	Adolescentes	Visitas domiciliares e encaminhamento a recursos disponíveis na comunidade.
Apoio jurídico	Adolescentes e familiares	Promover assessoria jurídica no acompanhamento dos processos judiciais dos adolescentes.
Grupo de Estudo	Equipe do programa	Capacitação continuada.
Reunião com os familiares	Familiares	Informar, orientar e integrar as famílias com o programa e incentivar a participação e responsabilidade dos pais em relação aos filhos.
Oficina cultural de capoeira	Adolescentes	Proporcionar atividade educativa de caráter sócio-recreativo-cultural, fortalecendo o vínculo com a equipe canalizando suas energias, ocupando qualitativamente o seu tempo.
Oficina cultural de percussão	Adolescentes	Idem acima.
Oficina cultural de grafiteagem	Adolescentes	Idem acima.
Oficina cultural de música	Adolescentes	Idem acima.

O trabalho de execução da medida de liberdade assistida não é uma ação isolada, depende da interdependência entre as políticas intersetoriais do Estado. Esta relação foi avaliada pela coordenadora do programa em entrevista realizada. As informações fornecidas foram sintetizadas no quadro demonstrativo 3.

Quadro Demonstrativo 3 - Relação do programa com as políticas intersetoriais

JUSTIÇA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA	SAÚDE	EDUCAÇÃO
Parceria satisfatória; promovem o encaminhamento de adolescentes a entidades de atendimento; boa relação; contato próximo com juízes e ministério público.	Parceria plena. Órgão responsável pela execução do projeto.	Parceria difícil; apenas boa relação com alguns policiais; dificultam o trabalho através de práticas de torturas e perseguições.	É parceira, mas a relação não é satisfatória; encaminhamento para consultas médicas laboratoriais; ausência de programas de dependência química; necessita de encaminhar adolescentes para serem atendidos em outros municípios.	É parceira, mas a relação não é satisfatória; participa nas capacitações do programa; preconceito dos professores com adolescentes; a gestão da secretaria de educação assume o projeto, porém nem todas as escolas são parceiras.

O programa é executado em parceria com as políticas intersetoriais do município (assistência social, educação, saúde, segurança e justiça). A coordenadora do programa avaliou as parcerias e destacou a dificuldade com as autoridades policiais, que possuem dificuldade em acreditar na viabilidade de um trabalho sócio-educativo de *integração social*. Os policiais imprimem a identidade de criminoso no adolescente e dificulta que ele assuma um novo papel na sociedade.

A coordenação do programa também ressaltou a ausência de programas específicos de tratamento da dependência química, problema que acomete a maioria dos adolescentes atendidos pelo programa. A educação também é mencionada como um entrave, devido à resistência de alguns professores em trabalhar com este público, o que também contribui para a confirmação do estigma social do adolescente.

Quadro Demonstrativo 4 - Atividades formativas e informativas do programa

FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	ATIVIDADES REALIZADAS
CAPACITAÇÃO	Trimestral	Capacitações separadas em módulos com equipe técnica e parceiros do programa (entidades; escolas; policiais, etc.).
DIVULGAÇÃO	Em todos os eventos do município e atividades diversas	Palestras nas escolas; entrevistas concedidas à televisão local; reportagens em jornais locais; exibição de vídeo institucional do programa; distribuição de panfletos e folders nos eventos da cidade; stand em eventos.

As capacitações do programa foram expostas no quadro demonstrativo 4. Elas são periódicas e visam trabalhar temas transversais definidos pela equipe do programa. No ano de 2005 foram executados quatro módulos de capacitação em parceria com o Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente-NECA da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Os temas abordados foram os seguintes: o conhecimento de si na relação educador e educando; o papel do educador social; oficinas lúdicas; mecanismos de defesa dos direitos e a subjetividade da criança e do adolescente.

A informação também é uma preocupação constante do programa. Além da exibição de um vídeo institucional em escolas e atividades locais, o programa desenvolve folders e panfletos que são distribuídos em eventos. Há também registro da publicação de reportagens na mídia escrita sobre o programa. Apesar de toda a resistência habitual da sociedade com este tipo de trabalho, os técnicos relatam boa aceitação do programa pela comunidade local.

Quadro Demonstrativo 5 - Mecanismos de Participação

ETAPA DO PROCESSO	PÚBLICO ALVO	PERIODICIDADE	ATIVIDADES REALIZADAS
PLANEJAMENTO	Familiares e equipe técnica	Mensal	Reunião mensal com os familiares; encontros de lazer e formação; reunião semanal com a equipe
PRESTAÇÃO DE CONTAS	Sociedade em geral	Definido pela câmara de vereadores	Prestação de contas nas sessões nas câmaras de vereadores
AVALIAÇÃO DO TRABALHO	Equipe técnica; familiares e sociedade em geral.	Não sistemática	Análise de caso individual; pesquisa sobre o perfil dos usuários divulgadas durante eventos.

Conforme quadro demonstrativo 5 o programa dispõe de mecanismos de participação que estão em fase de melhor aperfeiçoamento. No planejamento, há reuniões semanais entre os educadores e os técnicos, que analisam os relatórios

elaborados pelos educadores para serem remetidos ao judiciário. Apesar de existir encontros de lazer e reuniões mensais com familiares, não há nestes eventos, espaços para a participação das famílias e adolescentes no direcionamento das atividades do programa.

Em relação à avaliação há uma preocupação constante da equipe técnica em buscar resultados que demonstrem a eficácia do programa. Neste sentido, foi realizado no ano de 2005 um levantamento estatístico com identificação sócio-demográfica dos adolescentes atendidos pelo programa. A pesquisa abrangeu aspectos, como: sexo; cor; faixa etária; renda familiar; procedência; escolaridade; caracterização do delito; trajetória de rua; gravidez juvenil; drogradição e reincidência criminal.

Porém não há sistematização de avaliação dos indicadores sociais do programa, apesar destas terem sido traçadas (quadro demonstrativo 6), não há mensuração quantitativa e qualitativa dos dados. Há também ausência da prestação de contas específicas do programa para os usuários dos serviços e comunidade em geral.

Quadro Demonstrativo 6 - Indicadores Sociais de avaliação do programa

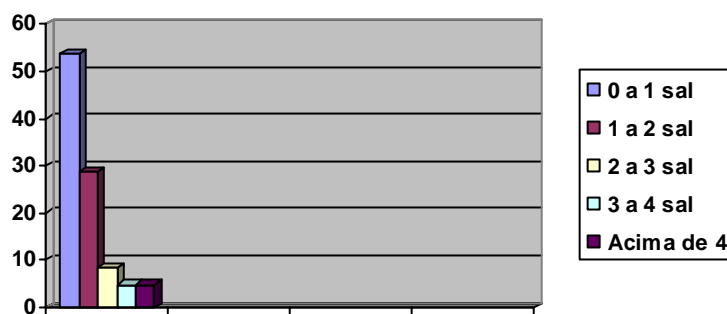
OBJETIVO	METAS	PÚBLICO ALVO	INDICADOR	AÇÕES
<p>1- Oferecer atendimento adequado ao adolescente autor de ato infracional através de acompanhamento, orientação e auxílio de equipe multidisciplinar; 2- Possibilitar a melhoria da qualidade dos vínculos com a família, comunidade e sociedade em geral.</p>	<p>1- Oferecer acompanhamentos personalizados, apoiados pelo envolvimento familiar e comunitário; 2- Garantir acesso à profissionalização, bem como sua inserção no mercado de trabalho; 3- Integração em outros programas da comunidade; 4- Garantir acesso a atividades recreativas, esportivas, culturais, esporte e lazer; 5- Atendimento ao adolescente toxicômano; 6- Assegurar atendimento que corresponde ao seu interesse, capacidade e aptidão; 7- Aquisição de espaço físico adequado; 8- Acesso das famílias a programas de geração de renda.</p>	<p>Adolescentes em medida sócio-educativa não privativa de liberdade (LA) e suas famílias.</p>	<p>1- Maior adesão ao cumprimento de medidas; 2- Aumento da participação das famílias nas reuniões; 3- Diminuição de reincidência; 4- Aumento da frequência escolar; 5- Maior participação na vida comunitária; 6- Maior inserção no mercado de trabalho.</p>	<p>1- Visitas domiciliares; 2- Atendimento individual e grupal; 3- Atendimento familiar; 4- Encaminhar para recursos da comunidade; 5- Elaboração de projeto individual do adolescente pela equipe técnica em colaboração com o adolescente; 6- Orientação, informação para formação de novos hábitos, valores e atitudes; 7- Campanhas de divulgação do programa; 8- Envolver as famílias em todas as atividades.</p>

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como referência o ano de 2005, onde foram realizados 84 atendimentos no programa municipal de L.A. de Colatina/ES. De acordo com o relatório de atividades 2005 do programa, os adolescentes atendidos possuem as seguintes características: são majoritariamente homens (88%), negros (32%) ou pardos (48%) e possuem entre 18 a 20 anos (58%) (Relatório de atividades 2005).

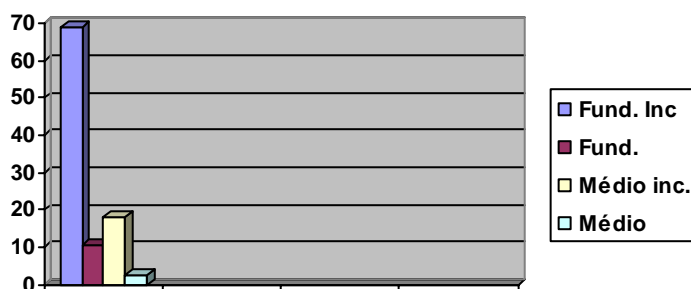
O progresso enfraquecimento do Estado e das regras de regulação da convivência social levaram ao retorno dos conflitos pelo ethos guerreiro, o que está presente nos processos de hipermasculinidade da violência. Os poderes centrais perderam o controle sobre a afirmação da dignidade pessoal masculina. Não é apenas um problema de cultura de valores, mas um problema político de transformar as relações sociais na formação da subjetivação dos homens jovens (ZALUAR, 2004).

Gráfico 1 - Renda Familiar dos adolescentes do programa



Fonte: Programa Municipal de Liberdade Assistida de Colatina/ES

Gráfico 2 - Escolaridade dos adolescentes do programa



Fonte: Programa Municipal de Liberdade Assistida de Colatina/ES

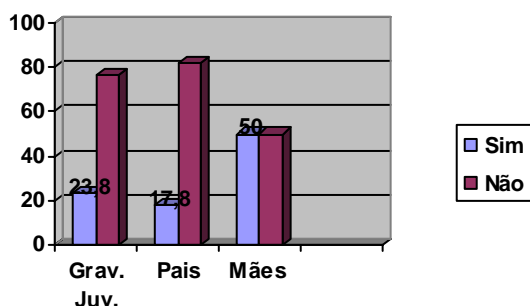
Os adolescentes atendidos são provenientes de famílias médias de até 06 membros (80,9%), possuem baixa escolaridade, 58 (69%) tem o ensino fundamental incompleto. São provenientes de famílias pobres, 69 (82, 1%) possuem renda de até 2 salários mínimos. Não são moradores de rua (98,8%) e nem possuem trajetória de rua (83,3%) (Relatório de atividades 2005).

O município apresenta dados que representam um avanço no fortalecimento dos laços familiares, obedecendo aos princípios do ECRIDAD (Brasil, 1990) que garante o direito da convivência familiar e comunitária. Por isso reduziu-se o problema da institucionalização indiscriminada que havia no Brasil até a década de 70. E a criança moradora de rua também não é uma prioridade como na década de 80, onde “quase 8 milhões de crianças faziam da rua sua moradia e meio de vida, não contando praticamente com nenhum apoio no seu processo de desenvolvimento (BIERREBACH; SADER; FIGUEIREDO, 1987).

Por isso, grande parte dos adolescentes vive com suas famílias, mas em estado de vulnerabilidade social. Apesar de não haver uma associação direta entre pobreza e criminalidade, verifica-se que quando Estado e família não propiciam uma rede de proteção social, as saídas individuais tornam-se usuais. Por isso, os adolescentes em conflito com a lei apresentam carências sócio-econômicas como baixa renda e escolaridade.

A família está no centro das políticas públicas no século XXI. Enquanto na década de 70 o Estado assumia toda a responsabilidade com as famílias, oferecendo assistência social aos desvalidos e emprego aos pobres capazes, hoje as políticas públicas são compartilhadas entre Estado e famílias. A família é um forte agente de proteção social de seus membros e não deve ficar tutelada pelo paternalismo do Estado. No entanto, não pode-se superdimensionar esta esfera como sendo auto-suficiente, pois depende de políticas públicas para auxiliar na satisfação de suas necessidades (CARVALHO, 2005).

Gráfico 3 - Gravidez Juvenil dos adolescentes do programa



Fonte: Programa Municipal de Liberdade Assistida de Colatina/ES

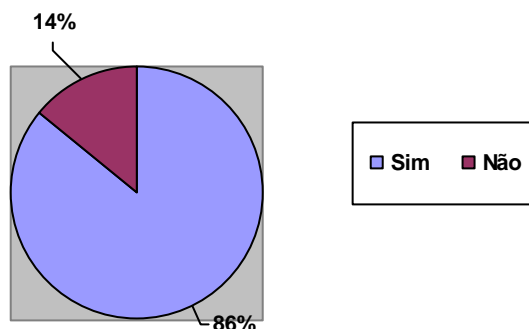
Quanto aos dados comportamentais, do universo pesquisado, 23,8 % (20) vivenciaram a gravidez juvenil²⁹. 17,8% (15) dos adolescentes atendidos são pais e 6% (5) são mães, apesar do número de homens pais ser maior, a incidência da gravidez juvenil é maior entre as mulheres, 50% de adolescentes do sexo feminino atendidas.

As mulheres mais jovens estão gerando mais filhos que as mulheres mais velhas, principalmente na faixa entre 15 e 19 anos, e muitas vezes vem associado à pobreza e baixa escolaridade. Os problemas da gravidez precoce seria a tendência a ter uma fecundidade elevada; exposição a riscos de mortalidade infantil e materna e interrupção da trajetória de vida escolar e profissional. Porém não pode generalizar-se a gravidez juvenil como um problema, ela pode

²⁹ Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a gravidez juvenil envolve a população de até 19 anos.

representar a valorização da maternidade e das relações de afeto, além de busca criativa de comunicação e socialização (ABROMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

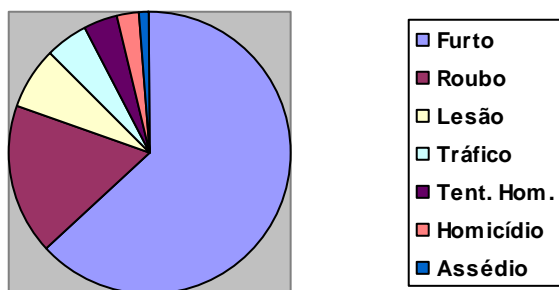
Gráfico 4 - Drogadição dos adolescentes do programa



Fonte: Programa Municipal de Liberdade Assistida de Colatina/ES.

Enquanto a gravidez juvenil atinge principalmente as mulheres, o uso e abuso de drogas atingem mais aos homens. Quanto ao uso de drogas 85,7% (72) são usuários de drogas, principalmente o crack. O que confirma a análise de Zaluar (2004) de que “usuários de drogas são na maioria homens de 18 a 25 anos, solteiros ou divorciados e tendem a cometer mais delitos. Possuem problemas como: baixo rendimento, desemprego, vítimas de discriminação, relações familiares conflituosas e desapego à vida”.

Gráfico 5 - Tipo de ato infracional dos adolescentes do programa



Fonte: Programa Municipal de Liberdade Assistida de Colatina/ES

E finalmente quanto à caracterização dos delitos cometidos pelos adolescentes inseridos no programa, a grande maioria responde por processo de violação da propriedade privada, 72,6% (51) cometeram furto ou roubo. E 14,2% (12) são de infrações que envolvem a integridade física da pessoa humana, como abuso sexual, lesão corporal, homicídio e tentativa de homicídio, reservando a especificidade da interpretação do direito, seriam casos reservados a internação. Destes 60% (50) não são reincidentes, o que representa um índice importante na viabilidade do programa.

Volpi (2001) em pesquisa de opinião realizada com 215 adolescentes internos nas principais capitais brasileiras constatou-se que 33% dos delitos cometidos não representavam ameaça a pessoa. No entanto, com o avanço do cumprimento do Estatuto a tendência é que apenas sejam privados de liberdade adolescentes infratores graves, encaminhando as medidas sócio-educativas em meio aberto os casos que não ameace a integridade física do cidadão.

Apesar da análise do universo total dos adolescentes do programa, a entrevista foi realizada com 15 adolescentes, sendo que 93,3% (14) eram homens, a maioria está na faixa etária de 16 a 18 anos (93,3%). Não trabalham (86,6%), não estudam (66,6%) e possuem baixa escolaridade, 73,3% (11) cursaram apenas até ensino fundamental incompleto. Grande parte, 73,3% (11) dos entrevistados declarou-se não fazer uso de drogas atualmente, porém 60% (09) já fizeram uso, sendo que alguns declararam ter sido dependentes e por ajuda de programas de dependência, dos pares e familiares conseguiram interromper o uso. Quanto à gravidez juvenil atinge apenas 13,3% (02) dos entrevistados, um deles a única mulher sujeito da pesquisa. Verifica-se que a amostra é representativa do universo, sendo que as análises anteriores são replicáveis aos sujeitos da pesquisa.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS E OS PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Num primeiro momento foi realizada uma contextualização do processo de municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo através da análise das entrevistas de informantes-chaves representativos da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A escolha deu-se por pessoas que representassem três espaços distintos: os conselhos de direito; a sociedade civil organizada e o Estado.

Após delimitar politicamente a discussão, foi realizada a descrição da entrevista semi-estruturada com a coordenadora do programa de LA de Colatina/ES, as informações serviram para identificar o funcionamento do programa. As informações institucionais fornecidas foram corroboradas pelos documentos estudados, fornecendo a grafia correta de nomes e organizações. Além de fornecer um esquema lógico de funcionamento do programa facilitado pelo documento escrito.

A percepção subjetiva do adolescente foi comparada com dados objetivos referentes a como a medida possibilitou a valorização das categorias elencadas. Assim, além de conceituar o que a categoria representava para ele, o adolescente deveria retratar com fatos como objetivamente estes aspectos foram destacados em sua vida após a inserção no programa. Os adolescentes eram previamente consultados do seu interesse em realizar a entrevista, foram gravadas diante do consentimento destes, de 16 abordados, apenas 01 se recusou a ser entrevistado. As entrevistas possuíam questões abertas que foram realizadas pela responsável deste estudo, reformulando-as nas circunstâncias de imprecisão e dúvida quanto ao objetivo pretendido.

Após a coleta dos dados, foi realizada a transcrição das fitas para tratamento das informações. A análise do instrumento utilizado foi positiva, porém houve

momentos em que era preciso incentivar os adolescentes a expressarem em palavras o que sentiam.

A técnica de análise dos dados utilizada foi à análise de conteúdo entendida como inferência do texto, onde se busca as condições de produção e as estruturas psicológicas e sociológicas do emissor. É o estudo das condições objetivas e subjetivas e a manipulação da mensagem para inferir sobre uma realidade que não está na mensagem. Na análise de conteúdo busca-se uma dedução lógica do conteúdo semântico do texto, o que pressupõe uma análise categorial pré-definida (BARDIN, 1977).

A análise temática realizada envolveu o agrupamento dos dados coletados nas categorias empíricas auxiliares: cidadania; família; educação; cultura e trabalho. Estas categorias foram explicadas pelas categorias teórico eixo: *mediação*. Assim, verificou-se nas entrevistas dos adolescentes a presença/ ausência, intensidade, frequência e direção do texto em relação aos valores elencados.

A abordagem para análise foi quanti-qualitativa e valeu-se da construção de uma explanação, estipulando elos causais entre a declaração teórica inicial com os dados empíricos coletados. Ao mesmo tempo, buscou-se a validade do método, questionando os técnicos do programa sobre a maneira efetiva em que se trabalhava as categorias selecionadas. E as informações deveriam ser corroboradas pelos familiares dos adolescentes através da técnica de grupo focal.

Quanto às exigências éticas para o desenvolvimento da pesquisa, os participantes receberam junto um termo de consentimento (Anexo VII), no qual estão explicitados a garantia de anonimato e os esclarecimentos à cerca dos objetivos do estudo. E vai ser remetido ao programa de liberdade assistida de Colatina/ES e para agência de fomento da pesquisa (FACITEC/PMV) cópia do relatório final do estudo, além do convite realizado para a apresentação da devolução dos dados.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA: cidadania, família, educação, cultura e trabalho na mediação da cultura da não-violência

Conforme enunciado anteriormente, foram entrevistados 15 adolescentes do programa municipal de LA de Colatina/ES no intuito de perceber como eles incorporaram os valores que estão imbuídos a proposta de *integração social* da MSE. As entrevistas semi-estruturadas foram divididas em eixos que remetiam a 5 (cinco) categorias empíricas distintas: cidadania; família; educação; cultura e trabalho. A amostra remete a adolescentes que estão em processo de desligamento, e possuem mais de 06 meses de participação na medida.

Verifica-se que apesar do ECRIAD estabelecer que a medida de LA não deve exceder a 06 meses, grande parte dos adolescentes freqüentam a MSE por um período superior. O atraso que se deve a morosidade da justiça em julgar os casos não deve ser vista com demasiado rigor, visto que o tempo estipulado (06 meses) em alguns casos pode ser insuficiente na *integração social* do adolescente através da inserção em atividades culturais, educacionais e laborativas. Assim, apesar do código legal estipular um período único para todos os adolescentes, cabe a equipe técnica avaliar o tempo individual na promoção do seu desenvolvimento.

O período analisado foi o ano de 2005, onde os adolescentes participantes avaliaram os valores que eles incorporaram durante a permanência no programa. As entrevistas que duraram em média 15 minutos foram realizadas nos espaços onde os adolescentes estavam inseridos. Ao som da roda de capoeira, no meio dos gritos do futebol ou embaixo do sol das oficinas de grafite os adolescentes relatavam um pouco de sua experiência. Todos eles demonstraram solícitos em participar da entrevista depois que os objetivos da pesquisa eram explicitados.

4.1.2 A Cidadania

A cidadania é a garantia das condições propiciadoras de seu desenvolvimento como prevê o ECRIAD (1990): saúde, educação, segurança, lazer, cultura e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ser cidadão é ser sujeito ativo do processo, participando na definição dos rumos da política em que ele está inserido.

Por isso, no projeto do programa de LA da PMC/ES a cidadania também é uma preocupação.

A cidadania é trabalhada no acompanhamento individual do adolescente, tratando dificuldades detectadas pelo educador. E encaminhando-o para providenciar documentos (carteira de identidade, título eleitoral e carteira de trabalho). No acompanhamento individual também prever a escolarização, profissionalização, saúde, religião, afetividade e participação em atividades culturais e esportivas, promovendo o desenvolvimento bio-psico-social. E para isso requer o encaminhamento a serviços como: atendimento psicológico, atendimento a usuários de drogas, alcoolistas, programas profissionalizantes, rede escolar, mercado de trabalho e atividades esportivas na construção de um novo projeto de vida (Projeto do programa).

O estudo compartilha o sentido de cidadania do programa, compreendendo-a como o conjunto de políticas para promoção da *integração social* do adolescente. Por isso, trabalhar a cidadania é extrapolar os muros do programa, deixando-o dependente da rede de serviços oferecidos pela comunidade, promovendo o desenvolvimento bio-psicossocial e pedagógico do adolescente.

Foram remetidas questões aos técnicos do programa (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos) que definiram como a cidadania é efetivamente trabalhada pelo programa, identificando as dificuldades e as possibilidades encontradas. A cidadania compreendeu os aspectos sociais que são prioritários a esta faixa etária, compreendendo na política de saúde a preocupação com a sexualidade e a prevenção e tratamento a dependência química. E a participação

social do adolescente abordada pelo quesito socialidade que abrangeu sua convivência comunitária e a preocupação com as questões coletivas.

Quadro Demonstrativo 7 - Como o programa aborda a cidadania

Questões	Atividades	Limites	Possibilidades
Sexualidade	Trabalhos em grupos no início do ano sobre a prevenção da gravidez juvenil e de DST Aids; atendimentos individuais de acordo com a demanda	Não apontados.	Retornar os trabalhos em grupos e convidar adolescentes e seus respectivos parceiros para a discussão.
Drogas	O educador em atendimento individual estimula a refletir sobre a questão; encaminhamentos a tratamentos de dependência química.	A maioria dos adolescentes são usuários de drogas; o município e o Estado não dispõem de tratamento ambulatorial.	Implantação de um CAP (Centro de Atendimento Psicossocial) voltado para adolescentes dependentes químicos; intensificar atendimento ambulatorial.
Socialidade	Durante os encontros são trabalhados valores de uma boa convivência, como a liberdade, direitos e deveres; reflexão sobre as atividades do dia-a-dia do adolescente em seu bairro.	Falta de infraestrutura nos bairros para atender a demanda.	Reivindicação no Plano Pluri-Anual para atender as reivindicações do programa.

Assim, estas são as estratégias utilizadas pela equipe técnica do programa para abordar a cidadania. Verifica-se que todas as questões levantadas eram trabalhadas pelo programa. No entanto, o estudo deu maior ênfase nas ações da saúde, como a prevenção e acompanhamento da gravidez juvenil, DST Aids e

dependência química. Apesar do programa reconhecer os limites de seu trabalho, encaminhando para órgãos competentes, há uma abordagem constante quanto às questões referentes à sexualidade e a dependência química. Os educadores por estarem em contato direto com o adolescente, percebem primeiramente as suas demandas, e encaminha para a equipe técnica quando o caso requer um acompanhamento individual.

Quanto a socialidade não se verifica a mesma preocupação, são conversas informais onde são abordados temas referentes à convivência comunitária. Por isso, não foi mencionado o incentivo à participação dos adolescentes no direcionamento das políticas locais, inserindo-se nos espaços institucionais destinados: assembleias municipais; conselhos; movimentos sociais; associação de moradores e partidos políticos. Em relação à participação em atividades locais de esporte, lazer, cultura e recreação, o programa aponta como limites a falta de infra-estrutura dos bairros em abrigar as atividades. Assim, o próprio programa define como uma prioridade política local à dotação dos bairros, principalmente aqueles onde possui maior demanda de adolescentes, de uma infra-estrutura que possa desenvolver atividades esportivas, culturais e recreativas para os seus moradores.

Em relação aos adolescentes atendidos pelo programa verifica-se na Tabela 1 como eles percebem as questões referentes à cidadania abordadas pelo programa.

Assim os dados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo seguindo as seguintes regras de enumeração - presença/ ausência; intensidade, se o tema foi muito destacado ou pouco; a frequência em que o adolescente recorre à questão, se falou mais ou menos e a direção que ele dá ao conteúdo - positivo ou negativo. Os aspectos positivos (presença, muito, mais e positivo) foram agrupados na primeira coluna e os aspectos negativos (ausência, pouco, menos e negativo) foram agrupados na segunda coluna.

Tabela 1 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a sexualidade

Sexualidade	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	14	01	93,3	6,7
Intensidade	05	10	33,3	66,7
Frequência	03	12	20	80
Direção	14	01	93,3	6,7

Verifica-se que a maioria dos entrevistados confirmou que o programa aborda em suas atividades o tema sexualidade, avaliando positivamente o trabalho neste sentido. Porém os adolescentes não deram destaque à questão, falaram pouco e com reduzido entusiasmo.

Tabela 2 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à sexualidade

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Usar método contraceptivo	08	53,3
Palestras informativas	03	20
Evitar uso da violência nos relacionamentos afetivos	01	6,7
Não informaram	03	20
TOTAL	15	100

Nota-se que a maioria dos entrevistados entenderam a mensagem como o uso de método contraceptivo, principalmente a camisinha masculina, durante as relações sexuais. E por isso, foi freqüentes os relatos como:

Tem, preveni muito. Ah em vários, quando eu saía para as festas não levava preservativo, não ligava pra nada, agora eu vou curto certo, vou lá no LA, peço e eles me dão, preservativos pra mim levar (Entrevistado 4).

A prevenção da gravidez juvenil foi verificada efetivamente nos entrevistados, onde apenas dois (13,3%) eram pais. No entanto é preciso ponderar a avaliação do sentido da gravidez juvenil, que pode ser um entrave ou um estímulo para o seu desenvolvimento.

Da problematização, pela qual se alerta para os riscos da gravidez para o que se espera seja o curso de vida juvenil, e.g., estudar, não trabalhar e não ter responsabilidades familiares, e para a constituição biopsicológica dos jovens envolvidos, particularmente as mulheres. Por tal abordagem é comum também ressaltar o ônus da extensão do “problema” para os serviços de saúde-abortos, mortalidade infantil e materna. Advoga-se políticas públicas nas áreas de saúde e educação, no caso para a prevenção e exercício de direitos reprodutivos e sexuais (ABROMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p.128).

Porém o sentido da gravidez precoce não é único, pode ser percebido de forma diversa, de acordo com cada realidade. Um dos dois adolescentes entrevistados que eram pais demonstrou mais maturidade em relação aos demais. Este aparentava um amadurecimento precoce não condizente com a idade cronológica. Por isso, gravidez juvenil significa ao mesmo tempo interrupção e redirecionamento do seu projeto de vida, o que se verifica neste relato desta entrevistada do sexo feminino que teve um filho aos 17 anos:

Mas uma coisa que eu fiz na minha vida que eu jamais vou me arrepender é de ter engravidado, é de ter minha filha. Se eu não tivesse ela eu taria morta ou taria na cadeia, eu era impossível. Depois que eu engravidei eu mudei totalmente, até amizade eu cortei (Entrevistado 9).

Assim, apesar de não fazer a defesa da gravidez juvenil como saída para a *mediação* para uma cultura da não- *violência*, ela apresenta-se com sentido ambíguo, e pode propiciar uma ruptura na fase da adolescência daqueles que não conseguiram conviver harmonicamente com os conflitos deste período.

Em relação a drogadição, os adolescentes tiveram a seguinte percepção sobre como o programa aborda a questão:

Tabela 3 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a drogadição

Drogadição	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	09	06	60	40
Intensidade	06	09	40	60
Frequência	03	12	20	80
Direção	08	07	53,3	46,7

Quanto ao uso de drogas, as percepções são divididas, apesar de que 60% (09) observaram a presença do tema no programa, efetivamente foram 53,3% (08) que sentiram que o cumprimento da MSE de LA conduziu a uma redução do consumo de substâncias entorpecentes.

Porém entre aqueles que foram ajudados, eles recorrem a advérbios de intensidade para demonstrar quanto importante foi o programa neste sentido, como verificado neste relato:

Eu uso... Graças a Deus ô, ele (programa de LA) me ajuda em muuuito, tem falado de muito, igual à relação a que... está acabando com muitos de nós, mas graças a Deus eu estou firmãaaao (hesitação). Não caio para esse lado ainda, graças a Deus esse lado aí, então é isso, tô aí forte e firme (Entrevistado 1).

Apesar de recorrer freqüentemente ao plano místico para explicar o seu problema, o adolescente ressalta a importância do programa em dar suporte para que ele não recaia a dependência química. O adolescente citado iniciou o uso de drogas aos 11 anos através de solventes, e está buscando superar uma dependência ao crack.

Em relação à avaliação dos adolescentes quanto à abordagem do problema das drogas, foi bem equilibrada, com mais da metade (53,3%) aprovando o trabalho em relação à prevenção e tratamento a drogadição.

E dessa forma, foi como efetivamente os adolescentes observaram como se dava o trabalho do programa.

Tabela 4 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação a drogadição

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Visitas domiciliares e atendimentos individuais	04	26,7
Encaminhamento a clínicas e tratamento ambulatorial	02	13,3
Atividades culturais	01	6,7
Não ajudou	05	33,3
Não informaram	03	20
TOTAL	15	100

Assim, estas são as estratégias encontradas pelo programa municipal de LA de Colatina/ES em relação ao uso de drogas. Os adolescentes destacam o acompanhamento sistemático como relevante, sendo que educadores e técnicos através de visitas e atendimentos estão sempre os acompanhando e percebendo suas necessidades.

Evitou, até tirou a gente da rua também. Porque vai na casa da gente conversa, vai na escola conversa também. Segue a gente na escola, no meio da rua eles vê, chama a atenção. Eu vou no psicólogo quinzenalmente, aí eu faço a medida certinho (Entrevistado 12).

O adolescente entrevistado frisa que está cumprindo a medida corretamente, apresentando indício de que estava temeroso de que sua fala pudesse intervir no seu processo judicial, por isso a validade do argumento pode ser invalidada. Porém ao mesmo tempo exemplifica como ele percebe que o programa ajuda na prevenção e uso de drogas através do acompanhamento individual aos espaços sociais que ocupa (atividades educacionais, culturais e laborativas).

Entre os adolescentes citados que acreditam que o programa não é eficiente em relação à questão do uso de drogas, referem-se principalmente aqueles que foram ou são dependentes e não creditam confiabilidade aos programas de dependência química.

Já fui viciado em crack um ano, entendeu? A ponto de mim mesmo querer me internar. Era toda hora, toda hora. Aí eu mesmo falei que iria deixar e deixei (Entrevistado 8).

Eu abandonei as drogas por força de vontade. Ninguém nunca precisou me pedir, foi força de vontade, eu vi que minha mãe estava sofrendo, eu parei (Entrevistado 9).

Não ajudou [o programa], abandonei pela minha namorada (Entrevistado 10).

Atribuem o problema a uma causa exclusivamente subjetiva que apenas pode ser resolvida pela vontade individual ou pelas referências afetivas de suas relações sociais. Assim como a causa é considerada como de origem individual, a consequência do problema apenas refere-se à esfera privada.

Porém, conserva o traço fundamental de ser um individualismo por falta de referências, e não por excesso de investimentos subjetivos. Não tem muito a ver com um movimento de afirmação de si-não é necessariamente o valor do indivíduo que é prioritariamente motor num processo de individuação, talvez seja de fato, a desagregação do enquadramento coletivo. Também se poderia ver, no exemplo ideal típico do jovem toxicômano de subúrbio, o homólogo da forma de desfiliação que o vagabundo da sociedade pré-industrial encarnava. É completamente individualizado e super exposto pela falta de vínculos e de suportes em relação ao trabalho, à transmissão familiar, à possibilidade de construir um futuro [...] Seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto. (CASTEL, 1998, p.603).

As observações de Castel (1998) são relevantes, pois se verifica que há nestes adolescentes dependentes químicos e provenientes das periferias das cidades, não um individualismo narcísico, mas uma busca pelas soluções individuais, pois sabe que ele não pode contar com a proteção social. O adolescente não pode colocar a sua vida a mercê de tratamentos de dependência química, pois não há políticas sociais suficientes e eficazes neste sentido. Assim, resta ao adolescente confiar nas suas referências subjetivas próximas (família, namorada, amigos) na busca de superar problemas que deveriam ser de ordem social.

Tabela 5 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a socialidade

Socialidade	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	04	11	26,7	73,3
Intensidade	01	14	6,7	93,3
Frequência	01	14	6,7	93,3
Direção	03	12	20	80

Nesta questão foi verificado como o adolescente é incentivado a desenvolver a sua socialização através da inserção em atividades comunitárias. Há uma insuficiência do programa em abordar a questão, que já havia sido verificada no quadro demonstrativo 7 quando os técnicos descreveram as atividades propositoras de socialidade.

A falta de preocupação com as questões da comunidade é típica da sociedade burguesa capitalista. Nas sociedades medievais a comunidade era orgânica, só se vivia se estivesse inserida nela. Elas não eram objeto de escolha pessoal e não poderia transcendê-la em sua individualidade. No capitalismo, viver em comunidade deixa de ser uma obrigação, o indivíduo burguês almeja viver a vida sem preocupar com as questões sociais (HELLER, 1982).

O refluxo das questões coletivas é observada na fala dos adolescentes que não demonstram nenhuma preocupação com as questões políticas. Há pouca ênfase quando se refere à participação de atividades comunitárias. As alegações para a não participação são: vontade individual; falta de atividades na comunidade e preconceito e dificuldade de relacionamento com os outros.

Só fico só em casa, não saio mais de casa não (Entrevistado 3).

Aqui no meu bairro, faço não (Entrevistado 6).

E no meu bairro eu não participo muito dessas coisas não porque eu não gosto, sei lá, eu não dou bem com o pessoal de lá (Entrevistado 8).

Assim, o refluxo da política se manifesta quando o indivíduo se sente desamparado, solitário num mundo competitivo onde prevalece a lógica do darwinismo social. Por isso, os outros são vistos como adversários que eu devo superar, e não indivíduos que compartilham interesses semelhantes que através das relações sociais iriam contribuir na superação dos desafios cotidianos.

Pois o liberalismo e a democracia pensam o indivíduo de forma diversa, o liberalismo separa o indivíduo do corpo orgânico da comunidade e o faz viver, colocando-o num mundo repleto de perigos onde ele luta para sobreviver. Já a democracia reúne homens singulares semelhantes a ele, para que da reunião artificial entre eles nasça não uma sociedade orgânica, mas uma associação livre entre indivíduos (BOBBIO, 1986).

O programa de LA não conseguiu despertar o interesse do adolescente em atividades comunitárias, conforme tabela 6. Os dados revelam que 73,3% (11) não identificaram mudança no seu comportamento em relação a participação comunitária.

Tabela 6 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação a socialidade

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Oficinas culturais	02	13,3
Prestação de Serviços à Comunidade	01	6,7
Culto religioso	01	6,7
Não ajudou	11	73,3
TOTAL	15	100

E há também junto com a falta de entusiasmo com as questões sociais, um certo bairrismo dos entrevistados. “Porém, tudo se passa como as realizações mais dinâmicas tivessem cedido a tentação-ou tivessem sido obrigadas-de fazer do bairro uma espécie de fenômeno social total capaz de se bastar a si próprio (CASTEL, 1998)”.

Não, não tem isso na minha comunidade. Dentro da minha comunidade não, dentro do meu bairro não. Só tinha lá pra Bela Vila lá fora, Bela Vista. Eu não vou sair do meu bairro pra ir lá pro Bela Vista, noutra bairro pra fazer um troço (Entrevistado 7).

É como se reproduzisse nos programas sociais à lógica das gangues violentas, onde apenas participa quem pertence à comunidade local. Porém, não se pode confundir violência com a competição natural existente nas atividades culturais e esportivas entre as comunidades. Porém estas disputas não podem levar a segregação das pessoas em espaços únicos, transformando cidades em territórios que se guerreiam entre si.

Por isso, é preciso superar essa imagem medieval da comunidade como ela fosse auto-suficiente para trabalhar as questões sociais de forma mais ampla. É preciso colocar as tecnologias informacionais a disposição das discussões públicas. O que envolveria a troca de experiência entre adolescentes de diferentes programas,

assim como a participação efetiva deste no direcionamento das políticas de atendimento voltadas a este público.

Eu acho uma vitória quando você vê adolescentes participando da discussão da política pública do adolescente, não é o adulto sozinho que está construindo esta política, é importante quando você vai pra conferências municipais, estaduais e vai pra nacional, que se garanta pelo menos 20% de adolescentes na conferência, pois eles sabem o que é importante para a vida deles (Representante dos conselhos).

Assim, a verdadeira participação comunitária acontece quando os interesses do cidadão extrapolam de morador de um bairro ou de uma cidade, e alcança a identificação pessoal e social com uma causa coletiva. É transcender a pessoa particular e seus interesses privados e alcançar as necessidades radicais do indivíduo genérico.

O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e ações particulares de si mesmo e em que, desse modo, socializa sua particularidade (HELLER, 1982, p.80).

A partir do momento em que o adolescente em conflito com a lei se conscientiza que ele representa interesses coletivos e incluir essas causas sociais em sua personalidade individual, vai se dar à integração comunitária pretendida pela LA municipalizada.

4.3.2 A FAMÍLIA

A família é um importante elo do adolescente, seja na transmissão de referências positivas, ou no acompanhamento do seu desenvolvimento. Assim, em relação ao programa de LA de Colatina/ES, consta nos documentos oficiais à preocupação em relação ao fortalecimento dos vínculos familiares.

O trabalho sócio-educativo compreende, também, ações que possam contribuir para a promoção social da família do adolescente. Neste sentido, desenvolve ações de orientação e apoio sócio-familiar nas áreas de geração de emprego e renda, de capacitação profissional, melhoria habitacional, complementação de renda familiar, apoio psicossocial e

cultural, assistência advocatícia e jurídica, alterando a qualidade de vida das famílias (Projeto do programa).

Percebe-se que o projeto do programa prioriza o desenvolvimento sócio-econômico da família, entendendo-se esta for auto-sustentável reduz à incidência de adolescentes envolvidos com o ato infracional. Porém, aliada a melhoria das condições materiais é preciso prezar pelas questões subjetivas de fortalecimento das referências positivas de afeto e disciplina. Apesar da proteção social ser imprescindível no desenvolvimento do adolescente, é preciso que ele seja socializado através de relações que não sejam pautadas pela violência.

Por isso, nas questões sobre a percepção dos adolescentes quanto às relações familiares prezou-se pelo aspecto subjetivo. Foi questionando sobre como ele percebe a relação familiar para identificar se sua individualidade está sendo construída por referências positivas. Ao mesmo tempo, questionou-se sobre o seu auto-conceito, verificando o julgamento que ele e os outros fazem de si.

A família é um importante parceiro das políticas sociais. A doutrina da proteção integral do ECRIDAD é pautada na aliança entre Estado, sociedade civil organizada e famílias na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Por isso, não se pretende políticas paternalistas que tutelem a subjetivação dos indivíduos, mas que desenvolva sua individualidade com a incorporação de questões sociais. Neste sentido, a equipe técnica do programa foi questionada sobre através de que ações efetivas se dá o fortalecimento das relações familiares. As informações foram sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo 8 - Como o programa aborda a família.

Questões	Atividades	Limites	Possibilidades	Indicadores
Família	Atendimentos individuais; visitas domiciliares e encontros mensais através de reflexões e interação com a equipe.	Desagregação Familiar.	Intervenção continuada com as famílias.	60% dos familiares dos adolescentes participam das atividades.
Adolescente e auto-conceito de si	Desenvolvimento da confiança em si mesmo e investindo no seu potencial; respeito enquanto pessoa em desenvolvimento e em processo de formação.	Falta de perspectiva de futuro; dificuldade de aceitação da sociedade.	Construção conjunta de um projeto de vida.	Cumprimento dos compromissos assumidos; busca de participação nos cursos profissionalizantes; maior participação na vida comunitária e familiar.

Em relação aos vínculos familiares, destaca-se que apesar do projeto prezar pelas condições objetivas da família como a criação de programas de geração de emprego e renda e melhoria da infra-estrutura dos bairros, efetivamente o trabalho está mais voltado para as questões subjetivas. E é por meio de reuniões, visitas domiciliares e contatos individuais que a equipe busca fortalecer os laços de confiança com a família, desenvolvendo uma política de co-responsabilidade.

Igualmente o que chamei de desfiliação poderia ser trabalhado para mostrar que não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas também a ausência de inscrição dos sujeitos em estruturas portadoras de um sentido [...] Vou voltar a este tema da inserção, porque o sentido das novas políticas de inserção poderia ser exatamente o de criar essas sociabilidades ou consolidá-las quando existem mas são demasiado inconsistentes para apoiar um projeto de integração (CASTEL, 1998, p. 536).

O que remete a importância das políticas sociais na produção de significados para a vida das famílias. Pois, se não for atingida a *integração social* pretendida, ao menos a política deve ser orientada para que as relações sociais saiam fortalecidas. Por isso, a importância das políticas sociais incluir o conteúdo subjetivo em seus programas, buscando construir sentidos coletivos para os indivíduos participantes. Importância reforçada pela fala de uma mãe durante o grupo focal realizado.

Então em vista eu gostei muito por causa da..., principalmente, ocupa a mente dele. Para eles pagar a responsabilidade pelos atos que eles fizeram, entendeu? Pra mim foi ótimo, entendeu? É alguma coisa que sem eles ficam muito mais rebeldes, esse programa foi ótimo por causa disso (Família entrevistada 2).

Segundo tabela 7, a informação fornecida pelas famílias durante o grupo focal foi reforçada pela percepção dos adolescentes atendidos pelo programa.

Tabela 7 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a família

Família	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Percepção				
Presença	10	05	66,7	33,3
Intensidade	05	10	33,3	66,7
Frequência	05	10	33,3	66,7
Direção	10	05	66,7	33,3

A maioria dos adolescentes (66,7%) percebeu que o tema família está presente nas atividades do programa social. Em alguns casos (33,3%), eles atribuem uma intensidade acentuada para a importância da LA no fortalecimento de seus vínculos familiares.

Melhorou bastante, quando eu era mais envolvido com essas bobagens de ir pra rua, o pessoal da noite, minha mãe falava não vai e eu falava que nada, vou sair dá uma voltinha e daqui a pouco eu volto, voltava só o outro dia 06:00 horas da manhã, 05:00 horas da manhã e esquecia o que ela falava comigo, só isso. Agora eu tô botando pra pensar a cabeça né? Botar a cabeça pra pensar e obedecer ela um pouco mais, é isso aê (Entrevistado 4).

Olha de uns tempos pra cá tá ficando ótima, minha mãe tá até me assustando porque ela está tão boazinha comigo. Eu perguntei pra ela se ela queria alguma coisa. Meu relacionamento é muito bom, melhorou, melhorou mais pelo programa depois. Porque faz bastante tempo que eu participo do programa (Entrevistado 8).

Eu tinha muita briga com meu padrasto, hoje em dia eu não tenho mais. E depois que eu entrei no programa melhor (Entrevistado 14).

Aqueles que atribuem pouca importância da política social no direcionamento de sua relação familiar creditam a melhoria da relação como um esforço próprio que não depende de ajuda profissional.

Antes era pior, por causa de mim mesmo, porque eu não enxergava que tinha uma família maravilhosa. Depois que eu larguei as drogas e o crime, eu fui enxergar isso tudo, tenho amigos e uma família que me ama (Entrevistado 2).

Confirma-se com estes relatos que a esfera privada na sociedade capitalista restringe-se ao âmbito individual. Considera-se que sociedade não deve intervir em seus interesses deixando-a isolada e responsabilizando-a por seus problemas. Por isso, apesar de grande parte dos adolescentes terem percebido a abordagem do programa em relação a este aspecto, eles não se referem com intensidade e frequência, pois não demonstram que a participação no programa seja o aspecto primordial na transformação das relações familiares.

Questão social significa questão pública, não no sentido de que a vida privada do indivíduo deva ser uma questão pública (o que significaria o fim da privacy), mas no sentido de que os modelos de vida privada devam ser considerados objetos de interesse comum, o que significa que uma mudança de tais modelos deve ser muito importante e não é uma questão secundária no processo de transformação geral (HELLER, 1987, p. 167).

Tabela 8 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à família

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Aconselhamento individual	06	40
Visitas domiciliares	02	13,3

Suporte financeiro	01	6,7
Não ajudou	06	40
TOTAL	15	100

Segundo tabela 8, um número considerável (09) de entrevistados identificaram mudanças objetivas em seus relacionamentos familiares.

Os adolescentes entrevistados verificam que a melhoria no relacionamento se dá quando a equipe do programa faz visitas as suas casas e conversa com seus pais. O contato próximo com a sua realidade é percebido como positiva, pois manifesta a importância de suas vidas para o restante da sociedade. Em um dos adolescentes entrevistados que se destacou como valor cultural, e que estaria apresentando-se na cidade com um número musical no dia da entrevista, manifestou na sua fala a importância do programa no despertar de suas potencialidades.

Ajudou bastante, se não fosse eles eu não taria fazendo curso de voz, violão, porque minha família não teria condição de pagar (Entrevistado 11).

Tabela 9 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda o auto-conceito de si

Auto-conceito de si	Frequência Absoluta			%		
	Positivo	Negativo	Nulo	Positivo	Negativo	Nulo
O que ele acha de si	07	03	05	46,7	20	33,3
O que os outros acham dele	05	05	05	33,3	33,3	33,3

Em relação à auto-estima dos adolescentes há uma divisão entre as respostas, quase a metade (46,7%) dos entrevistados sente-se seguro em dizer que está bem consigo mesmo. Porém a maioria condiciona a sua existência a significação que os outros fazem de si.

Eu gosto de mim né, não sei se o pessoal gosta de mim né? Eu gosto de mim bem arrumado. Eu cuidando de mim eu sou feliz (Entrevistado 7).

Eu não acho nada véi. Ontem mesmo eu tava pensando nisso aê. (hesitação) Sei lá eu me acho um cara legal, tá ligado? Mas sei lá o que os outros pensam também, né? (Entrevistado 14).

Por isso é um número limitado (33,3%) os adolescentes que se sentem seguros em assumir que os outros fazem um auto-conceito positivo dele. Eles não se colocam numa posição narcísica, colocando sua existência independente da sociedade. Apesar deles precisarem ser aceitos para viver em comunidade, eles reconhecem que precisam ser representados positivamente pelos outros.

Pra mim, primeiramente é que eu sou educado com todo mundo, primeira coisa que vale a pena é ser educado com todo mundo. O outro é todo mundo me tratar bem pra caramba, ninguém me desobedece, se for pra falar alguma coisa, fala baixinho comigo, não chega gritando. Eu tudo que eu vou falar com as pessoas eu falo baixo, não precisa sair gritando não, porque eu tenho um pouco de respeito com as pessoas, igual a mim mesmo (Entrevistado 4).

Percebe-se que quando o adolescente preocupa-se com o papel que ele está desempenhando na sociedade, é porque ele não assumiu o rótulo de criminoso, através de uma posição cínica de que não importa o que o mundo pensa dele. Por mais sofrimento que a aceitação pelos outros provoca, ela é a garantia de preservar o conteúdo moral da vida.

O aparecimento dos estereótipos impostos pela sociedade dificulta que o homem conheça a si mesmo. Quando o indivíduo assume um rótulo negativo que ele pressupõe que seja a forma como a sociedade o enxerga ele fica limitado ao dever-ser e dissipa-se a sua liberdade e autonomia humana. E por isso quando este rótulo é negativo, ele vai se resignar ao papel imposto, ficando limitado a uma

fase infantil. Por isso, a necessidade dele romper com o estereótipo, desempenhando não o dever-ser estereotipado, mas o dever-ser moral (HELLER, 1982).

Esta posição de superar os estereótipos ficou clara quando o adolescente entrevistado cita que o programa colocou em crise sua orientação sexual homossexual. Porém os conflitos fizeram com que ele deixasse de encarar aquilo como um problema e assumisse a sua homossexualidade. Por isso, apesar da crise que ele reconhece que o atendimento psicológico proporcionou fizeram com que ele tomasse a atitude de suspender o acompanhamento e assumir a autonomia de sua vida.

O psicólogo que eu não tenho mais hora com ele, que eu não mais converso, entendeu? Porque eu falei, deixei bem claro que ele estava me deixando confuso. Eu consegui levar minha mãe lá, e minha mãe conversou com ele, depois dessa conversa, está mil maravilhas (Entrevistado 8).

Por isso, o compromisso dos programas sociais com a superação de qualquer estereótipo social. Os adolescentes em conflito com a lei, carregam o conflito em seu conceito e em sua vida, seja por diferenças de classe, cor, credo ou orientação sexual. A fase de desenvolvimento que enfrentam faz com que os conflitos sejam freqüentes e a missão do programa é não deixá-lo estagnado a um papel estereotipado.

Por isso, os representantes da teoria do papel são inimigos irreconciliáveis de todo conflito. Interpretam os conflitos como “perturbações funcionais” corrigíveis, alguns chegam a interpretá-los como “complexos”, como “perturbações psíquicas”. Mas o conflito é a rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral, consciente ou inconsciente (HELLER, 1982, p. 96).

Tabela 10 - A mensagem objetiva sobre como o programa ajudou na elevação de seu auto-conceito

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Respeito pela sociedade	03	20
Atividades culturais	03	20
Melhorar a aparência física	02	13,3
Relações sociais	02	13,3
Inserção no mercado de trabalho	01	6,7
Não informaram	04	26,7
TOTAL	15	100

A tabela 10 demonstra que nem todas as respostas referentes a este item referem-se a ações promovidas pelo programa. 20% (03) citaram que aquilo que os proporcionava felicidade (melhorar a aparência física e inserção no mercado de trabalho) não havia sido efetivado nas ações da política. Porém, 53,3% (08) citaram que passaram a ser sentir melhor consigo mesmo através de atividades do programa, tais como: oficinas culturais, convivência com amigos e o respeito adquirido.

O que eu acho de mim, meu? O que eu acho de mim depois que eu larguei o crime, as drogas, eu acho que sou uma pessoa normal, um cidadão como qualquer outro. Acho que isso me deixa alegre e me faz ser qualquer outra pessoa hoje em dia, um trabalhador, ou qualquer outra coisa (Entrevistado 2).

O que me faz sentir bem é ficar em casa e o grafite. E também nós estamos montando um negócio lá de bola perto da minha casa. Aí nós fica lá jogando bola, lá é todo dia, rindo toda hora, éee, vai mais de trinta pessoas (Entrevistado 3).

Eu pretendo seguir a carreira que eu gosto, cantar. Eu gosto de mim mesmo, se abro mais cantando (Entrevistado 12).

A maioria das respostas associa elevação do auto-conceito de si com o processo de alteridade, pois implica o reconhecimento pelo outro, seja através de amizades, respeito mútuo, ou na melhoria de sua aparência física. Mesmo quando a resposta não aparece o elemento relacionamento, como no caso da inserção no mercado de trabalho e a prática de oficinas culturais, indiretamente elas representam também o fortalecimento das relações sociais do adolescente.

4.3.3 A EDUCAÇÃO

A educação é a incorporação das regras formais de convivência social. É o desenvolvimento do saber técnico na aquisição de conhecimento para o desempenho das funções profissionais. É a socialização através da assimilação da linguagem dos símbolos e signos da história da humanidade. Ser educado é ser cidadão e estar integrado na sociedade em que se está inserido, é fazer parte dela através de uma participação ativa, pois permite ser co-responsável pelo funcionamento da democracia.

A falta de domínio racional é interpretada por muitos estudiosos como a causa da busca de soluções pelo uso da força física. Em tempos de desfiliação provocados pelo desemprego estrutural, o domínio da técnica tornou-se condição *sine qua non* para a *integração social*.

Seria de desejar que um dia se permitisse a verdade defender-se por si só. Muito pouco ajuda-lhe conferir o poder dos grandes, que nem sempre a conhecem e nem sempre lhe são favoráveis. A verdade não precisa da violência para ser ouvida pelo espírito dos homens; e não se pode ensiná-la pela boca da lei [...] Mas a verdade, se não é captada pelo intelecto com sua luz, não poderá triunfar com a força externa (BOBBIO, 2004, p.210).

Por isso, uma política social que abrange indivíduos em conflito com a lei de 12 a 18 anos em processo de formação bio-psicossocial não poderia desprezar o

aspecto educacional, tanto para incorporação de normas sociais, como na capacitação técnica-profissional.

Em relação ao acompanhamento à vida escolar do adolescente, cumpre ressaltar que o trabalho do educador social deve ser desenvolvido no sentido de promover a conscientização da família sobre a necessidade de assegurar o ingresso ou regresso do adolescente à escola. Este deve estar consciente de que é da família, principalmente, a responsabilidade de acompanhar sistematicamente a frequência e desempenho do adolescente na escola, dando-lhe o apoio necessário para sua permanência e sucesso escolar (Projeto do programa).

Apesar de não conceituar o sentido de educação para o programa, o projeto apresenta como uma responsabilidade da família. Assim, o documento reafirma a responsabilidade jurídica dos adultos de promover a educação dos menores de idade. E o objetivo do programa neste sentido seria integrar o adolescente na rede formal de ensino, contribuindo para a sua matrícula, frequência e bom rendimento escolar.

Toda ênfase na formação educacional é colocada na rede formal de ensino. O programa dentro de uma perspectiva de *integração social*, não pretende viabilizar a escolarização destes adolescentes, mas integrá-los as instituições de ensino da sociedade.

A preocupação com o aspecto educacional está presente em todos os programas sociais, principalmente naqueles voltados para crianças e adolescentes. Por isso, o ECRID (1990) estabelece que além de uma obrigação dos pais em diligenciar no sentido da educação dos filhos, é também dever do Estado de assegurar o direito à escola, prioritariamente até a conclusão do ensino médio.

Assim, o art. 53 do ECRID (1990) estabelece o direito à educação no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II-Direito de ser respeitado por seus educadores;

III-Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV-Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Nos termos da legislação é que a educação deve ser garantida, enquanto responsabilidade do Estado de prover os meios para o seu desenvolvimento. Co-responsabilidade das famílias de inserir e acompanhar a vida escolar de seus filhos. E controlado pela sociedade civil-organizada na definição de seus conteúdos programáticos e investimentos infra-estruturais.

Dentro dessa perspectiva os técnicos do programa de LA descreveram no quadro demonstrativo 9 as atividades objetivas desenvolvidas no que tange a educação:

Quadro Demonstrativo 9 - Como o programa aborda a educação

Questões	Atividades	Limites	Possibilidades	Indicadores
EDUCAÇÃO	Matrícula, acompanhamento da frequência e rendimento escolar.	Preconceito dos educadores com o ritmo diferenciado dos adolescentes; dificuldade de adaptação à vida escolar; baixa escolaridade e valorização da escola pelos adolescentes; carência econômica dos familiares.	Melhorar a relação dos adolescentes com a escola; capacitação dos educadores para lidarem com este público diferenciado.	80% dos adolescentes participantes do programa foram matriculados, apenas 7% permaneceram até o final do ano letivo.

O programa reconhece que a educação é um problema quando se trata de adolescentes em conflito com a lei. Como relatado no capítulo III, quase 70% dos adolescentes inseridos no programa possuem o ensino fundamental incompleto, confirmando a defasagem escolar deste público. A equipe do programa de LA

explica o problema como em decorrência dos seguintes fatores: falta de preparo dos educadores; currículos e metodologias de ensino que não acompanham a individualidade dos adolescentes e a carência sócio-econômica dos familiares que impede a valorização da esfera escolar em suas vidas.

O problema de falta de preparo dos profissionais decorre que eles não conseguem decodificar o mundo em que estão inseridos estes adolescentes, ou porque pertencem a realidades diversas, ou porque a alienação e o preconceito impedem de acreditar nas suas potencialidades.

Por outro lado, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderia ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerente princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua vida prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 1978, p.18).

Assim, como afirma Gramsci (1978) estes educadores não se identificam com o mundo destes adolescentes. O que é confirmado pelo relato dos técnicos que dizem que sempre na primeira ocorrência indisciplinar na escola, os adolescentes que cumprem medida são responsabilizados e em casos extremos, excluídos da vida escolar. Os problemas são tantos, que a pedagoga do programa desabafa: “às vezes penso que seria melhor se nós mesmos educássemos esses meninos”. A fala da educadora compreendida diante de tantos desafios que passa o programa na valorização da vida escolar, não deve ser uma solução, pois iria contribuir para acentuar ainda mais a desfiliação social destes.

Os adolescentes devem ser integrados na rede formal de ensino, e esta deve ser preparada para recebê-los. Afinal de contas é responsabilidade da escola além da formação técnica, a promoção da cidadania, e por isso não se forma cidadãos com princípios de desigualdade e discriminação.

Por isso, não se espera da política da educação a mera descoberta de gênios da técnica, mas a socialização do conhecimento. É preciso decodificar os diferentes signos, pois linguagem é cultura, mas também é filosofia. A fala é o modo pessoal de pensar e sentir do indivíduo, por isso estabelecemos relações sociais na medida em que compreendemos o outro. A construção de uma ordem contra-hegemônica é um processo pedagógico construído pelo homem coletivo (GRAMSCI, 1978).

Educadores são decodificadores de signos, são filósofos que buscam colocar a técnica a serviço da sociedade. Por isso, é preciso despir-se de preconceitos e estereótipos, compreendendo as individualidades e interpretando-as historicamente. É dever do educador tornar o conhecimento cognoscível, para isso é preciso compreender os signos do mundo onde está imerso o seu educando.

A promoção da cidadania não é de exclusividade da escola, por isso quando estas famílias não possuem as condições necessárias para o seu desenvolvimento sócio-econômico, os problemas sociais emergem nas salas de aula. O que demonstra o relato de uma das familiares de adolescentes entrevistada.

O meu não gosta de estudar não, eles gosta de fazer oficina, esses negócios assim ele gosta. O meu menino não é muito chegado à escola, mas eu nem coiso muito porque meu menino não é muito chegado a colégio porque ele puxou a mim, porque eu também não gosto de colégio. Não gostava na idade dele, mas hoje se for pra eu estudar, eu estudo. Mas na época eu não gostava, acho que ele puxou isso de mim, mas essa oficina, depois que ele começaram a fazer oficina de grafite, essas coisas mais pesadas, porque o X é muito estovado, ele gosta de coisa pesada. Se for pra ele trabalhar no computador ele não vai, ele gosta de coisa assim ó (bate as mãos) pesada (Família entrevistada 3).

A mãe reconhece que a educação não é valorizada na família, o que contribui para que ela justifique a falta de interesse do filho pelos estudos. A baixa escolaridade dos pais influi no futuro educacional dos filhos, mas esta profecia pode ser superada se envolver o esforço de Estado, família e sociedade na busca de garantir melhores condições de vida para as futuras gerações.

Tabela 11 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a educação

Educação	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	09	06	60	40
Intensidade	05	10	33,3	66,7
Frequência	05	10	33,3	66,7
Direção	09	06	60	40

Os adolescentes não manifestam entusiasmo ao referir-se sobre a educação. É o aspecto abordado que menos chama a atenção dos entrevistados. A frequência dos relatos é pequena e a intensidade pouco percebida, alguns justificam como sendo importante, mas na prática não conseguem efetivar a importância da educação em suas vidas.

Gostar eu gosto da escola. Depois que eu entrei no programa eu não estudei mais não, porque tava no finalzinho do ano já, aí não dava tempo de passar mais não, eu não estudei esse ano não (Entrevistado 5).

Muito né? Tipo assim, escola é o que a gente mais precisa né? Estudar entendeu? Ficar sem escola é triste, eu falo porque eu tô sem estudar nesse ano, mas no ano que vem eu vou voltar a estudar (Entrevistado 7).

Assim, mesmo aqueles que manifestaram entusiasmo e intensidade nas suas falas ao se referir à importância da escola, não estavam objetivamente inseridos nela. Eles assimilam um discurso social de que necessitam da escola, principalmente no que se refere à garantia de um status social e econômico, mas não conseguem se sentir atraídos pelo ensino formal.

Tabela 12 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à educação

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Aconselhamento individual	04	26,7
Facilitação da matrícula	01	6,6
Não informaram	04	26,7
Não ajudou	06	40
TOTAL	15	100

A falta de interesse transpareceu na mensagem objetiva que os adolescentes receberam do programa em relação à educação ilustrada na tabela 12. Quase 70% (10) relataram que não melhorou a sua relação com a escola após a inserção no programa. Há uma resistência dos adolescentes em inserir-se no sistema regular de ensino. Há quase um sentimento de aversão e rejeição ao relatarem sobre o significado da educação.

[Escola] Nada a falar (risos) (Entrevistado 1)

Ah, escola eu não tô indo não, parei de ir para a escola (Entrevistado 3).

A importância [da escola], aí eu não sei ó, importância? Nenhuma não (Entrevistado 6)

Eu não quero voltar não [para a escola], não quero voltar tão cedo (Entrevistado 15).

A escola tradicional não atende as demandas dos adolescentes, como foi especificado no quadro demonstrativo 8, os motivos são variados, seja por preconceito dos educadores; ausência de disciplina dos adolescentes; inadaptação das metodologias de ensino ou pelas condições sócio-econômicas das famílias. O adolescente em conflito com a lei até reconhece a importância e a relevância social da educação, mas possui dificuldade em frequentar e possuir bons rendimentos escolares. No entanto, a inserção destes nestas instituições é

imprescindível para a assimilação de normas sociais e na promoção de sua condição de cidadania.

4.3.4 A CULTURA

Cultura é a manifestação espontânea dos sentimentos, percepções e pensamentos humanos. É a forma prática de enfrentar os desafios cotidianos, mesclando emoção, intuição e razão. É o canal sinestésico de expressar o inconsciente coletivo através da linguagem corporal, do simbólico, do não verbal, do lúdico, da fantasia e do imaginário. A cultura está nas estratégias de sobrevivência da pessoa comum, que não dispendo do saber técnico científico, utiliza-se do senso comum para superar problemas físicos, psíquicos e econômicos.

Por isso, o elemento cultura é imprescindível no trabalho com crianças e adolescentes. Os símbolos da sociedade devem ser decodificados na sua linguagem. Neste sentido, verifica-se no programa de LA de Colatina/ES, a preocupação em inserir atividades culturais na sua metodologia de trabalho.

Em relação às atividades culturais e esportivas, é fundamental que seja assegurado ao adolescente a sua prática regular, uma vez que tais atividades oportunizam o desenvolvimento do auto-conhecimento e da auto-estima, o conhecimento do outro, a convivência grupal, a disciplina, a competição saudável, a troca cultural e a valorização de suas raízes culturais, bem como o exercício democrático da discussão e da expressão da criatividade (Projeto do programa).

No projeto do programa fica explícito o compromisso que a equipe possui com os valores culturais dos adolescentes. Há um sentido claro da importância da cultura em suas atividades, seja para conhecimento de si, fortalecimento das relações sociais ou reconhecimento das raízes históricas de seus antepassados. A cultura aparece como elemento importante no despertar da criatividade dos envolvidos,

levando-os através de uma educação popular informal conduzir a participação ativa no seu processo de desenvolvimento. É a forma de integrá-lo a sociedade, tornando-a parte de um processo democrático que o coloca como cidadão co-responsável pelo exercício da cidadania.

A cultura é a prática efetiva da felicidade, é o espaço de se desprender do esforço físico do trabalho laborioso e manifestar a livre expressão do trabalho criador. É a catarse, o cume da elevação moral acima da cotidianidade. É a objetivação duradoura acima da particularidade que apenas é possível através da arte e da ciência. Porém enquanto a ciência prescinde do domínio técnico instrumental da metodologia para tornar sua linguagem universal, a cultura é o novo, aquilo que não segue regras ou manuais de procedimentos (GRAMSCI, 1978; HELLER, 1985).

O conteúdo técnico-programático das atividades culturais foram captadas e simplificadas no quadro demonstrativo 10.

Quadro Demonstrativo 10 - Como o programa aborda a cultura

Questões	Atividades	Limites	Possibilidades	Indicadores
CULTURA	Oferecimento de oficinas lúdicas e pedagógicas de capoeira, grafite, música e percussão.	Ausência de alguns adolescentes nas oficinas; falta de apoio para investir nos talentos artísticos despertados.	Proporcionar através de atividades sócio-recreativas-culturais o fortalecimento do vínculo com a equipe, família e comunidade; ocupação qualitativa de seu tempo; estabelecer momentos de reflexão sobre os seus compromissos na medida.	Um adolescente é instrutor de capoeira em creches; dois adolescentes já apresentaram números musicais em eventos culturais locais.

As oficinas culturais é o destaque do programa, abrange elementos que pertencem à origem cultural dos adolescentes do programa. Ou seja, como os adolescentes são na sua maioria, negros ou pardos, e provenientes dos bairros periféricos, as oficinas resgatam a memória histórica dos marginalizados, através da manifestação da cultura hip hop, do rap e da grafiteagem. É o balanço dos tambores afro-brasileiros da capoeira e da percussão. Ao mesmo tempo preza pelos valores da cultura local colatinense, trabalhando elementos da origem camponesa através das músicas sertanejas e do forró.

A cultura torna-se primordial no trabalho de *integração social* das medidas sócio-educativas, pois permite trabalhar elementos socializantes através da troca de percepções e sentimentos provocados pelas atividades artísticas. Como descrito no item anterior a escola não é atraente para o adolescente, pois se utiliza de um metodismo racional que exclui aqueles que não se enquadram ao modelo. O trabalho também é uma realidade distante para os adolescentes, visto que muitos deles não possuem idade para o exercício laborial, restrição agravada pelos índices de desemprego estrutural que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, desfilados da escola e do trabalho, resta aos adolescentes a manifestação artística espontânea através da arte.

Tabela 13 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda a cultura

Cultura	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	12	03	80	20
Intensidade	09	06	60	40
Frequência	09	06	60	40
Direção	12	03	80	20

De acordo com a tabela 13, a grande maioria dos adolescentes (80%) que participaram das oficinas avaliaram positivamente o conteúdo das oficinas. É o

aspecto abordado que mais apresenta aspectos de frequência, com relatos maiores e com maior intensidade.

Ah muita coisa, eu acho que... O grafite também ocupa a mente da gente em muitas coisas também. Porque mente parada só pensa em coisa boba. Ô cara que trabalho com a gente, é um cara excelente demais, ô G. (educador), ele sei lá, é um cara animado, sabe tratar a gente super bem. Ele é hum... sei lá, não tem tempo ruim pra ele, pra ele qualquer hora é hora, qualquer dia é dia. Então eu acho que essa oficina de grafite é uma das oficinas melhores que eu tô fazendo (Entrevistado 2)

Ah, o grafite eu tô gostando agora, comecei a fazer, eu não fazia, e uns colegas meus me chamaram para fazer. Eu não gostava de fazer, agora estou fazendo agora uê. Agora taí, todo dia que eu faço, gostando do grafite. Agora eu tô aí ó, agora eu vou começar a trabalhar com negócio de grafite, aí uuuu que manda é o G. (educador), agora sempre quando vai aparecer um serviço para pintar, ele vai me chamar agora (Entrevistado 3).

Ah, pra mim, não só pra mim, mas para todos, para tirar todo mundo da rua também. Ocupa o tempo deles também, que não é tempo de... não dá tempo pra ir pra rua roubar. É bom que vai ocupar numa oficina, fazendo uma aula de capoeira, uma aula de percussão. Aí pega um pouco melhor, e tira um pouco da rua, nós os adolescentes, entende? (Entrevistado 4).

O aspecto afetivo também está presente nos relatos dos adolescentes. A identificação com o educador faz com que eles destaquem a sua figura, mesmo não sendo questionados a cerca do seu papel. G., o educador citado, é instrutor de grafite, com cabelos compridos e várias tatuagens fala a linguagem dos adolescentes, sem deixar de ser respeitado. Durante as oficinas e as atividades de lazer observadas, o educador participa de todas as atividades dos adolescentes, seja durante um jogo de futebol ou no banho de piscina.

Verifica-se que o referencial de educador dos adolescentes entrevistados é uma pessoa que compreenda seu universo. O educador consegue transmitir referências positivas de afeto e disciplina, aproximando-se dos signos da juventude. A figura de educador ideal dos adolescentes é aquela que não se coloca em um patamar superior, buscando impor uma maneira de pensar e agir que não condiz com a sua realidade. O educador deve estar próximo a eles, dispondo dos canais emotivos, racionais e sinestésicos para transmitir o conteúdo da sua mensagem.

Apesar do destaque dado ao educador de grafite pelos adolescentes, verifica-se que este é um comportamento usual da equipe do programa. Todos se utilizam do bom-humor e da descontração no desenvolvimento de suas atividades. Não se percebe um clima de concorrência e individualismo na busca de sobressair-se do grupo. Há uma busca constante de tornar o ambiente de trabalho agradável e confortável para os participantes. Assim, mesmo diante de um trabalho difícil e desgastante como o pretendido pelo programa, a imagem transmitida é de pessoas que gostam do que fazem e se identificam com o fruto do seu trabalho.

Não creio que seja suficiente apenas o desenvolvimento da técnica. Até agora, ela conheceu um grande desenvolvimento e, conforme as estatísticas, o tempo de trabalho efetivo é muito mais elevado do que o determinado pela lei. Isso significa que é a estrutura dos carecimentos, e não simplesmente o desenvolvimento da técnica, a decidir quanto tempo passaremos no trabalho e quanto dedicaremos ao jogo, à cultura e à diversão (HELLER, 1982, p.145).

Assim, o elemento cultura deve estar presente não apenas nas atividades voltadas para os adolescentes, mas no cotidiano da rotina profissional. Há uma realidade que envolve um desgaste emocional muito grande provocado pelos constantes desrespeitos aos direitos humanos, corrupção, torturas policiais, dependência química, desemprego, miséria e violência que não pode ser suportada por um indivíduo. Por isso, a necessidade de que o programa disponha de um trabalho que desenvolva não só o saber técnico, mas a qualidade de vida desses profissionais, para que eles possam continuar entusiasmados e confiantes no trabalho social. O que requer condições materiais (estabilidade de emprego e salário) e condições subjetivas (fortalecimento das relações sociais e espaços para o lazer).

É preciso tornar a necessidade de cultura primordial, pois os ganhos para a vida saudável são incontestáveis, deixando o cotidiano tão cheio de privações e pressões suportáveis para o ser humano. Por isso, as famílias entrevistadas também corroboram com a opinião da importância da cultura no desenvolvimento dos adolescentes. Os relatos captados pelas mães entrevistadas durante o

grupo focal são de destaque em relação ao papel das oficinas na superação das dificuldades enfrentadas pelos seus filhos.

Ah..., o meu adorou porque ele... a coisa que ele mais gosta é praticar esporte. É jogar bola ééé, capoeira. Pra eles é uma ótima coisa, pra mim também foi muito bom, porque pelo menos ativou ele em alguma coisa pra tirar um pouco da rua (Família entrevistada 1).

Porque criança precisa de um... uma coisa que ocupa a mente deles, porque se eles ficarem sem nada pra fazer eles ocupam com coisa que não presta, né? Foi uma ótima coisa que surgiu pra eles, pelo menos eles estão com a mente ocupada, amanhã eu tenho que fazer isso, depois de amanhã eu tenho que fazer outra coisa. Então quase todo dia tem atividade pra eles (Família entrevistada 3).

A oficina de grafite ela é, ela é... a única coisa que essas crianças podem estar fazendo. Porque no meu caso meu filho é dependente químico naquele último grau mesmo, sem recurso. Então a única coisa que ele consegue fazer, ele não tem capacidade pra poder estudar. Não porque ele não quer, mas porque ele não tem capacidade mesmo de estudar, certo? Então a oficina de grafite ajuda muito, é pena que só tem uma vez por semana, deveria ter mais (Família entrevistada 4).

As famílias entrevistadas ressaltam a importância da cultura principalmente na ocupação do tempo ocioso. Apesar de não significarem a importância da cultura, as famílias conseguem perceber a mudança no cotidiano da vida de seus filhos. Uma das entrevistadas percebe que as oficinas é a única forma do filho expressar suas potencialidades, visto que as conseqüências físicas e psíquicas deixadas pela dependência química impedem dele acompanhar um sistema formal de ensino.

O envolvimento destes adolescentes com a droga e a violência já manifesta uma ausência de cultura em suas vidas. Há um cotidiano tão opressivo pela necessidade de suprir carências e necessidades materiais, que aprisiona as manifestações espontâneas de subjetividade. Eles buscam de alguma forma fazer parte de uma realidade que vende sonhos e fantasias, mas em troca deixa os homens escravos do poder e do dinheiro.

Para Lefebvre (1991) há dois tipos de lazeres: aquele integrado a cotidianidade como a leitura de jornais e a televisão que deixa uma insatisfação radical e aquele

que busca a ruptura, à vontade de uma evasão, que se dá através das férias, das drogas, da natureza, da festa e da loucura.

Vivemos numa sociedade da abundância, onde em muitos países industrializados, necessidades básicas foram satisfeitas, mas há uma nova carência, falta espaço e falta tempo nas cidades, e a abundância não reproduz a festa que esperavam. Somente uma automatização integral da produção tornaria possível a sociedade dos lazeres (LEFEBVRE, 1991, p. 61).

Por isso, apesar de não se tratar da realidade francesa estudada por Lefebvre (1991) que já foi capaz de suprir as necessidades básicas de seus habitantes, o Brasil é um país periférico, mas com necessidades de país desenvolvido. A ideologia do consumo ela é única e global, ela seduz a todos com suas mercadorias indispensáveis para a saciar a fome de prazer e poder.

Tabela 14 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação à cultura

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Ocupação do tempo ocioso	05	33,3
Facilita a inserção no mercado de trabalho	04	26,7
Despertar talentos artísticos	02	13,3
Resgate da cultura negra	01	6,7
Não ajudou	03	20
TOTAL	15	100

Conforme tabela acima, verifica-se que a maioria percebe o valor instrumental aparente das oficinas culturais, que seria a ocupação de um tempo vago ou da possibilidade de adquirir uma capacitação profissional. Porém há aqueles

adolescentes que conseguem transpor o aparente e vê na arte a possibilidade de resgatar as suas raízes históricas ou até mesmo a possibilidade de despertar um talento oculto.

Rapaz, Hip Hop para mim representou cultura negra né? Para eu que sou negro, gosto do Hip Hop e o que me leva também a crer que o crime não compensa (Entrevistado 1).

Pra mim foi muito bom. Porque tá tipo assim, me incentivando. Eu aprendi a afinar, depois eu vou aprender a tocar. Primeiro é preciso aprender afinar o violão. Modificou (a vida), porque sempre foi um sonho, subir num palco e cantar (Entrevistado 11).

Importância é por causa que eu gosto, é a coisa que eu gosto de fazer é cantar. Ainda eu participei de concurso e fiquei um dos dez melhores de Colatina e região e pra mim foi uma lição fazer uma coisa que eu gosto poder fazer e participar com o que eu gosto de fazer que é cantar (Entrevistado 12).

Os adolescentes encontraram na cultura a felicidade de fazer parte da sociedade, de ser reconhecido por referências positivas. A cultura permite a explosão dos sentimentos e percepções que ficam reprimidos pela sua desfiliação social. O adolescente que não consegue expressar sua individualidade na escola, na família e no trabalho, enxerga nas oficinas culturais do programa a possibilidade de integrar-se à sociedade.

Pra mim eu tenho interesse de fazer percussão, eu gosto sim de... não é um sonho, é uma vontade, um sonho pra mim é muito difícil, de tá ali fazendo... de Deus ajudar nos montar uma banda aí fazer. Tem gente também que vai tá dando de graça pra gente, e é difícil ter uma aula de percussão desse jeito. E pra nós é melhor agora com essa aula de percussão que tá tendo aí (Entrevistado 4).

A cultura devolve as perspectivas de vida perdida, o adolescente reconstrói seu projeto de vida a partir da arte. Ele reconhece que viver da música é difícil, não é um sonho, mas é uma vontade, de estar ali tocando numa banda e se reconhecendo naquele trabalho. A arte manifesta tanto interesse, que era surpreendente o número de crianças da comunidade onde eram oferecidas as oficinas que se aproximavam dos educadores e perguntavam: “tia, como faço para

fazer parte? Vai ter aula de teatro também?” Os educadores riam e disfarçavam: “é melhor você não fazer parte do programa”.

Diante dessa demanda, o programa montou um grupo denominado “os amigos da LA” que permite que crianças e adolescentes que não estão cumprindo medida sócio-educativa possam participar das oficinas culturais. No entanto, os recursos já são limitados para os adolescentes envolvidos e possui dificuldades para abranger um número superior a sua demanda.

O reconhecimento e a felicidade que a cultura proporciona substitui o prazer da aventura proporcionada pela criminalidade e pelas drogas. O adolescente almeja prazer hedonista e poder material quando seu cotidiano não consegue reproduzir o afeto, a liberdade e a felicidade pretendida. A utopia da sociedade dos lazeres é substituída pela lógica uniformizante da sociedade do consumo.

4.3.5 O TRABALHO

O trabalho é a atividade essencial, é aquilo que nos torna humanos, pois permite que materialize percepções, emoções e pensamentos em ações concretas. É a práxis social, é a possibilidade de mediação da pessoa particular para o indivíduo genérico através da homogeneização da heterogeneidade cotidiana. Trabalhar é estabelecer relações sociais, é tornar parte integrante da sociedade, é sentir-se útil para a construção do saber coletivo e para a socialização da riqueza produzida.

A execução de MSE na busca de integrar o adolescente à sociedade, prescinde de atentar para a questão da profissionalização. É preciso que este indivíduo em processo de formação conscientize-se da importância do trabalho em sua vida. Ao mesmo tempo, é preciso oferecer instrumentalização técnica que o permita

integrar no mercado de trabalho futuramente. É nesta perspectiva, que a esfera do trabalho é idealizada pelo programa de LA de Colatina/ES.

Com relação à profissionalização, vale ressaltar que se torna desnecessária a criação de uma estrutura específica destinada ao atendimento do adolescente com medida sócio-educativa de LA, pois um dos objetivos da mesma é integração do adolescente à vida comunitária. Portanto toda a execução da medida deverá ter como suporte os programas/serviços oficiais e/ou comunitários existentes no município de Colatina. Assim, o encaminhamento a cursos profissionalizantes será realizado mediante parceria com SENAC, SENAI, SEBRAE, SINE e/ou entidades que desenvolvem cursos profissionalizantes, observando a faixa etária, escolaridade, aptidão e demanda de mercado, atentando inclusive para o alto índice de desemprego (Projeto do Programa).

Percebe-se que o elemento trabalho exposto no planejamento do programa é idealizado na perspectiva de *integração social*. O programa percebe que não seria indicado desenvolver atividades de capacitação específicas para os adolescentes em conflito com a lei, pois ocuparia seu tempo ocioso, mas não o integraria a sociedade. Assim, integrando-os nos sistemas de capacitação oficiais (SEBRAE, SENAI, SENAC e SINE) o adolescente em conflito com a lei se socializa com outros jovens que também estão sendo formados para o mercado de trabalho.

Este risco de retirada num gueto levanta duas questões perigosas: em que medida essas experiências são transponíveis e generalizáveis? Sobretudo, em que medida podem ter meios para exercer uma ação sobre parâmetros que escapam ao bairro, sendo que este não é nem um reservatório de emprego nem mesmo uma unidade completa de organização do espaço urbano? (CASTEL, 1998, p.555).

Por isso, políticas de capacitação são ações sérias que requer planejamento estratégico, buscando levantar as demandas efetivas da comunidade local. Tempo livre se ocupa com lazer, cultura e diversão, adolescentes não podem ser usados como mão-de-obra barata sem que esta profissionalização seja útil para a sua inserção do mercado de trabalho futuramente. Dessa forma, o programa de LA de Colatina/ES incorpora de forma estratégica o elemento trabalho, buscando parcerias que extrapolam os muros da medida sócio-educativa.

O adolescente quando busca uma capacitação profissional ele tem em vista a aquisição de conhecimentos que o conduzirá a um emprego. No entanto, os

cursos de capacitação nem sempre são garantias da integração ao mercado de trabalho. Por isso, apesar da preocupação de tornar o adolescente consciente das condições objetivas da sociedade que não é capaz de integrar todos no mundo do trabalho, é preciso que as políticas sociais de trabalho elaborem suas plataformas organizacionais de acordo com as áreas que demandam absorção de mão-de-obra.

Assim, integrado no Sistema S (SESI, SENAI e SENAC) e nas ações governamentais do SINE e das Secretarias estaduais e municipais de geração de emprego e renda, o adolescente em conflito com a lei abandona o estereótipo da marginalidade para integrar-se aos demais jovens em busca do primeiro emprego. Dessa forma, o programa reconhece suas limitações e se torna dependente das demais políticas intersetoriais do Município, do Estado e da União. Este é o horizonte que se enquadram às políticas sociais voltadas para a *integração social* dos adolescentes em conflito com a lei.

Para verificar as ações efetivas empreendidas pela MSE, é preciso compreender a perspectiva da equipe que elabora as ações do programa. Sendo assim, a equipe técnica elaborou um esboço de como eles idealizam o trabalho em suas atividades exposta no quadro demonstrativo 11.

Quadro Demonstrativo 11 - Como o programa aborda o trabalho

Questões	Atividades	Limites	Possibilidades	Indicadores
TRABALHO	Bolsa de estudo no valor de R\$ 100,00 para ser investido em cursos de capacitação em 2004; o trabalho não foi central nas	O alto índice de dependência química levou os adolescentes a abandonarem os cursos de capacitação profissional;	Parceria com empresários locais na integração dos adolescentes ao mercado de trabalho; foi fechada parceria com o SEBRAE para	4 adolescentes foram encaminhados para cursos profissionalizantes em 2005, apenas um foi doação, os demais foram

	atividades de 2005.	baixa escolaridade e dificuldade dos adolescentes em cumprir horários e apreender os conteúdos dos cursos; preconceito dos empregadores.	realização do projeto jovens empreendedores em 2006.	financiados pelo programa.
--	---------------------	--	--	----------------------------

Em tempos de desemprego estrutural, o trabalho é uma das principais demandas da sociedade em geral. Por isso, era esperada a dificuldade encontrada pelo programa em abordar a questão. A importância do trabalho é nítida, e esse valor é incorporado nas atividades culturais e educativas, porém o programa esbarra nas condições objetivas de promover a empregabilidade. Os adolescentes, na sua maioria dependentes químicos e com baixa escolaridade, encontram dificuldades em se adaptar aos padrões rígidos das políticas tradicionais de qualificação.

No entanto, as dificuldades encontradas não são motivos para que a estratégia de *integração social* seja abandonada. Como acontece com as escolas que preferem excluir esses jovens ao invés de compreender o seu mundo, os cursos de qualificação também criam perfis robóticos do operário padrão que taxa o diferente como fracassado.

É preciso que os cursos de capacitação não tenham apenas técnicos altamente eficientes, mas educadores com razão e sensibilidade para compreender realidades diversas. O desemprego é uma realidade nacional, e o desfilhado social já está humilhado por não pertencer e ser útil a sociedade, não precisa de semi-deuses senhores da razão que os julgue por seus padrões morais. Educador é preciso ser capaz de compreender o universo onde ele está inserido e não o mundo se adaptar a ele. Por isso, a importância de se investir na formação profissional de educadores que necessitam de mesclar ao seu saber técnico um conteúdo ético-político.

Todas as pressões e demandas do mercado não podem estar concentradas em uma só pessoa, o indivíduo deve ser orientado para compreender a conjuntura em que ele está inserido. E desta forma, a educação profissional também se torna espaço de reflexão filosófico-política. “Pode se empregar a expressão catarse para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (GRAMSCI, 1978, p.53)”.

No entanto, a exigência de capacitação do educador dos cursos profissionalizantes, não exime a responsabilidade do adolescente. É preciso que ele reconheça o valor do trabalho em sua vida, e que o exercício de uma atividade laborativa envolve esforço e dedicação. A falta de referências de disciplina e limite também dificultam que este jovem compreenda que trabalho nem sempre pode ser sinônimo de diversão e espontaneidade como acontece nas atividades culturais. Porém se o desempenho da função for encarada como apenas uma atividade laborativa que proporcione a sua reprodução social, o trabalho se tornará mais penoso, é preciso que ele encontre nesta atividade um conteúdo criativo e emancipador.

Ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extinguiu quando a própria reprodução de mais de um processo vital, mas nunca produz outra coisa senão vida (ARENDR, 1999, p.99).

Arendt (1999) reconhece que nas atividades ligadas à esfera produtiva são laboriosas, quer dizer, apenas existem para suprir as necessidades de subsistência. A autora acredita que apenas encontramos conteúdo ético, político e cultural nas atividades contemplativas denominadas de hobby, como a arte, a ciência e a política.

No entanto, não seria possível encontrar beleza e felicidade nas atividades laborativas do operário da construção civil, na limpeza das vias públicas ou na vida

campesina? Serão apenas realizados plenamente os artistas, políticos e intelectuais? O exercício de uma atividade que exige mais força física do que intelectual, não impede que o trabalhador se interesse por arte, política e ciência. Por isso, a necessidade de incorporar na vida do trabalhador o interesse pelas atividades artístico-intelectuais que poderá tornar seu cotidiano mais criativo e realizador de suas necessidades radicais.

O trabalho enquanto atividade humana essencial é uma preocupação constante das políticas sociais. Seja no combate a exploração do trabalho, ou na formação profissional visando à inserção no mercado. Diante dessa problemática, está a percepção dos adolescentes em conflito com a lei sobre a importância da abordagem do programa em relação ao trabalho.

Tabela 15 - A percepção do adolescente sobre como o programa aborda o trabalho

Trabalho	Frequência Absoluta		%	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Presença	09	06	60	40
Intensidade	04	11	26,7	73,3
Frequência	04	11	26,7	73,3
Direção	08	07	53,3	46,7

Há um número considerável de adolescentes (40%) que não perceberam a presença do elemento trabalho nas atividades do programa. A ausência é percebida por aqueles que não participaram em nenhuma atividade de formação profissional durante o cumprimento da MSE. Dentre aqueles que participaram, as reações são diversas, há aqueles que apesar de possuírem o discurso de que o trabalho é importante, não verificaram mudanças significativas em suas vidas com a participação dos cursos.

Quando eu fui fazer o curso, eu tava treinando no C.T. do Ratinho (clube de futebol). Aí tipo assim eu comecei a treinar e eles me imploraram que eu tinha que fazer o curso. Aí eu falei que não ia fazer o curso, porque não ia deixar o negócio de lado. Aí esse pessoal que foi lá na justiça e perguntou, tipo assim, eu tava quase subindo de categoria competitiva. Aí foram e me tiraram, foram e me tiraram do C.T. do Ratinho e se eu não fosse fazer o negócio ia me prender. Meu sonho era jogar futebol, aí eles me impediram pra fazer o curso de costureiro lá no SENAI (Entrevistado 7).

Esse adolescente declara que a imposição de participar de um curso de formação profissional o impediu de realizar um sonho, que era ser jogador de futebol. O interesse pelos adolescentes em atividades de lazer, cultura e esporte, é manifesta mais uma vez através deste relato. Apesar deste ser o único relato efetivamente negativo de adolescente que participou de um curso profissionalizante, a formação profissional não manifestou o mesmo interesse despertado pela cultura.

Os adolescentes reconhecem a todo o momento a importância do trabalho, diferente da educação que nem sempre era reconhecida como importante. No entanto, como essa formação não se traduz em trabalho efetivo, há uma descrença de alguns quanto os cursos de formação. Como relatado no capítulo III, quase 90% (13) dos adolescentes entrevistados não estavam inseridos no mercado de trabalho.

Disso decorre, sobretudo, que os jovens realmente não qualificados correm o risco de não ter nenhuma alternativa para o desemprego, visto que os postos que poderiam ocupar estão tomados por outros mais qualificados que eles. De modo mais profundo, essa lógica ameaça invalidar as políticas que enfatizam a qualificação como caminho mais glorioso para evitar o desemprego ou para sair dele [...] É verdade que, estatisticamente falando, as baixas qualificações fornecem os maiores contingentes de desempregados. Mas esta correlação não implica uma relação direta e necessária entre qualificação e emprego. As baixas qualificações correm o risco de estar sempre com o atraso de uma guerra se, entretanto, o nível geral de formação se elevou (CASTEL, 1998, p.520).

A falta de perspectiva de integração ao mercado de trabalho faz com que alguns jovens fiquem descrentes em relação aos cursos profissionalizantes. A falta de trabalho também foi destacada no grupo focal com os familiares dos adolescentes. As mães entrevistadas foram unânimes em reconhecer a importância do trabalho

na ocupação do tempo ocioso e na construção de um projeto de vida para o filho, longe das drogas e da criminalidade. Uma das mães se emocionou em reconhecer a sua fragilidade diante da falta de perspectivas de vida do filho. No entanto, a mesma entrevistada disse antes do início do grupo focal: “faço questão de participar desta pesquisa, pois este programa é muito importante para a minha vida, não sei o que seria de mim sem o pessoal da LA”.

O programa é que ajuda a gente, porque se não fosse eles insistirem tanto com os filhos da gente, porque às vezes até a gente desiste de tanta raiva que faz na gente. Se não fosse eles insistirem tanto com os filhos da gente. Porque tem hora sei lá... (emoção). Mas Deus sabe o que faz só vou dizer isso. E outra coisa não proibir trabalho, dá alguma coisa pra esses meninos fazer, arranjar serviço pra eles trabalhar (Família entrevistada 3).

As famílias possuem o discurso de que a legislação ao proibir o trabalho para menores de 16 anos é responsável por induzir os adolescentes à criminalidade e ao uso de drogas. No entanto, as leis trabalhistas apenas pretendem garantir a escolaridade dos jovens e o emprego para os adultos provedores do lar. Apesar de que para os maiores de 16 o trabalho deveria ser garantido, no entanto mesmo com as últimas plataformas políticas estaduais e federais que frizavam o emprego para a juventude, os resultados continuam aquém da realidade.

Por isso, seja através da educação, da cultura e do trabalho, famílias e sociedade querem ocupar qualitativamente o tempo dos adolescentes. O interesse da juventude pelas atividades educativas, profissionais e artísticas existe, é preciso apenas investimento humano e material para que esses jovens sejam atraídos pela vida do trabalho, da cultura e da educação e desinteresse pelo convite da morte das drogas e da criminalidade.

O retrato desolador do mundo do trabalho descrito pelos intelectuais, não impede que estes jovens continuem acreditando na vida. Assim, verificou-se na tabela 16 que 60% (09) dos entrevistados acreditam que o programa de liberdade assistida proporcionou a valorização do aspecto trabalho.

Tabela 16 - A mensagem objetiva recebida pelo adolescente sobre como o programa ajudou em relação ao trabalho

Dados Objetivos	Frequência Absoluta	%
Cursos	06	40
profissionalizantes		
Atividades culturais	02	13,3
Inserção no mercado	01	6,7
Não ajudou	06	40
TOTAL	15	100

Por isso o desânimo não é generalizado, muitos demonstram interesse em capacitar-se e alguns até reconhecem que se pode aprender não só apenas técnicas instrumentais mais uma formação para a cidadania.

Aprendi sim, não só as oficinas, mas também um pouco de educação pra tratar o outro melhor. Fiz curso de costura lá no SENAI, esse curso vai me ajudar muito ainda (Entrevistado 4).

Apesar dos limites apresentados pelas políticas de capacitação, elas são imprescindíveis no mundo informacional, que requer domínio da técnica daqueles que pretendem ser cidadãos. A consciência da realidade conjuntural de redução da mão-de-obra efetiva no setor produtivo, não é justificativa para a violência. Porém, é preciso que o novo estágio de desenvolvimento capitalista incorpore formas de integrar os desfiliaados, pois se o liberalismo convive com um nível de desigualdade, quando este limite é superado o caos pode ser generalizado.

Assim, políticas sociais de *integração social* dependem de ações efetivas que gerem trabalho e renda para a juventude. É necessário cultivar as habilidades dos adolescentes, para que eles possam acreditar que através do seu trabalho consigam as garantias de suprir as suas necessidades sociais. E por que não, incorporar a essas necessidades sociais, o horizonte das necessidades radicais, de apreço a arte, a ciência e a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção do adolescente em conflito com a lei da medida sócio-educativa de liberdade assistida, tendo em vista os valores que ele destaca como importantes no processo de *integração social*. Os valores deveriam ser propiciadores da *mediação* para a construção de uma cultura da não-violência.

A violência é um fenômeno social, com origens multifacetadas, que abrangem condições objetivas como as desigualdades sociais e a impunidade dos crimes, condições subjetivas como a ausência de valores coletivos e uma cultura de solução dos conflitos através da força física. Além de condições individuais como a dependência química e a presença de comportamentos tipificados como anti-social.

Expressão das questões sociais contemporâneas é o aumento da criminalidade que vem atingindo principalmente os grandes centros urbanos. Neste sentido, há um empenho da sociedade em buscar formas de redução da *violência*, seja através do aumento do aparelho repressor, do rigor na aplicação das penas, ou seja, pelas políticas sociais de prevenção do delito e *integração social* dos infratores das normas sociais.

Nessa perspectiva, encontram-se as políticas sociais na busca de encontrar estratégias tanto na formulação dos princípios norteadores das intervenções como na busca de delinear metodologias eficazes no enfrentamento da *violência*. As políticas sociais atuam tanto na prevenção com ações voltadas para os setores vulnerabilizados da sociedade, como nas conseqüências por meio de programas sociais de inserção voltada para a *integração social* dos praticantes de crimes.

E nas políticas sociais de inserção que se encontram as medidas sócio-educativas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A *violência* como fenômeno

associado à juventude e drogas pela sociedade, debita nos mais jovens a responsabilidade pelo aumento da criminalidade.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Colatina/ES desenvolve desde 2002 o programa municipal de liberdade assistida. O programa é uma política assistencial voltada a atender a adolescentes que cometem delitos de menor potencial ofensivo, buscando evitar a sua reincidência na criminalidade. A estratégia pioneira no Estado do Espírito Santo, conta com o apoio do Ministério da Justiça e da Secretaria Municipal de Assistência Social para atendimento de adolescentes em conflito com a lei e seus familiares.

O programa social conta com atividades que integram cinco eixos: cidadania-na promoção da condição de cidadão do adolescente concedendo as documentações oficiais e a sua inserção em programas assistenciais; família-promovendo as suas integrações familiares e comunitárias, buscando construir relações de convivência que não sejam pautadas pela violência; educação-no ingresso e acompanhamento da frequência e rendimento escolar; cultura-no desenvolvimento de atividades lúdicas, artísticas e esportivas e trabalho na capacitação profissional e posterior ingresso no mercado de trabalho.

O estudo realizado junto aos adolescentes que freqüentaram o programa no ano de 2005 possibilitou a percepção destes na concretização dos valores mediadores da cultura da não-violência. Os valores percebidos correspondem aqueles que integram os princípios do programa: cidadania; família; educação; cultura e trabalho. A cultura da não-violência depende de condições objetivas e subjetivas para a concretização de seus valores, e assim foi explorada a experiência de liberdade assistida do município de Colatina/ES.

A cidadania percebida no estudo diz respeito à participação comunitária dos adolescentes nos espaços coletivos institucionais. O refluxo das questões políticas também está presente no cotidiano da vida dos adolescentes, que não manifestam

interesse na esfera pública de sua comunidade. As únicas referências de participação comunitária restringem a atividades de lazer e freqüência de culto religioso. Os adolescentes em conflito com a lei reconhecem a necessidade de possuir direitos como trabalho e atividades de lazer e cultura, mas não sabem como garantir as suas reivindicações.

A cidadania também foi abordada quanto aos serviços de saúde essenciais oferecidos para a esta faixa etária. Os adolescentes foram abordados quanto à eficiência do programa em oferecer atendimento nas questões referentes à sexualidade e dependência química. Quanto à sexualidade, os adolescentes reconhecem que mudaram sua atitude nos seus relacionamentos após inserção no programa, principalmente em relação ao uso de métodos de prevenção de doenças e contraceptivos. Quanto à dependência química, é um dos principais problemas, o programa é visto como um apoio à prevenção ao uso de drogas, porém quando a dependência está instalada, os jovens reconhecem que não dispõem de auxílio.

A família foi outro aspecto explorado, e os entrevistados consideram que o programa possibilita a melhoria de suas relações de convivência. As visitas domiciliares, o acompanhamento individual das famílias pelos educadores é destacado quanto a estratégias de estreitamento das relações de confiança entre programa, família e adolescentes. Neste aspecto, também foi abordado o auto-conceito de si do adolescente, e as referências positivas de individualidade está relacionada ao cuidado da aparência física; relações de afeto; respeito e dignidade e inserção em atividades produtivas e culturais. Os adolescentes consideram que o auto-conceito de si também depende da percepção que os outros fazem dele. Essa percepção apesar de ser considerada positiva para alguns, a grande maioria sente-se inseguro em considerar-se aceito e respeitado pela comunidade.

Em relação à educação, o programa apesar dos esforços empreendidos em melhorar as relações de ensino através de visitas as escolas e capacitação dos

professores continua sendo um aspecto deficitário. A maioria dos adolescentes entrevistados encontram-se evadidos da rede de ensino formal, apesar de reconhecerem a sua importância, não conseguem freqüentar e ter bons rendimentos escolares. O programa reconhece essa dificuldade e busca encontrar formas de tornar a educação atraente, porém é um aspecto que extrapola as especificidades de um programa social.

A cultura é o aspecto mais destacado pelos adolescentes, que encontraram nas oficinas de arte-cultura formas de estabelecer relações sociais; despertar talentos artísticos; capacitação profissional e ocupação criativa do tempo livre. O programa se mostra eficiente na promoção da cultura, atraindo jovens de toda a comunidade, praticantes ou não de atos infracionais. A felicidade proporcionada pela cultura devolve a perspectiva de vida dos adolescentes, que reconhecem nela a possibilidade de expressão de suas capacidades. Todas as oficinas oferecidas pelo programa (capoeira, grafite, percussão e música) despertam o interesse dos envolvidos que vê na arte o caminho para integrar-se à sociedade.

O trabalho também é abordado nas atividades do programa de LA de Colatina/ES através de cursos de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. Os adolescentes entrevistados consideram a capacitação importante na formação técnica para desempenho de atividades laborativas futuras. Porém, o programa também encontra dificuldades na adaptação dos adolescentes a lógica dos cursos de formação profissional. Apesar de haver defensores de desenvolver atividades próprias para os programas assistenciais aos praticantes de atos infracionais, essa prática não promove a *integração social* pretendida. Os cursos profissionalizantes foram percebidos positivamente pelos adolescentes participantes, porém a maioria encontra dificuldade na inserção efetiva ao mundo do trabalho.

Assim, os aspectos abordados pelo estudo realmente constituem possibilidades de *mediação* para uma cultura da não-violência ao promoverem a *integração*

social. Cidadania, família, educação, cultura e trabalho são eixos estruturantes da vida pessoal e social do indivíduo. O programa municipal de LA oferece uma alternativa viável na promoção destes aspectos na vida do adolescente em conflito com a lei. Porém, verifica-se que é um programa que não é auto-suficiente, dependem de uma rede de políticas sociais bem estruturadas e sensíveis às questões sociais que atingem os setores vulnerabilizados da sociedade.

A redução do investimento público em políticas sociais promove as estratégias neoliberais de sobrevivência que delegam toda a responsabilidade ao indivíduo. E quando o Estado delega ao indivíduo toda a responsabilidade de sua condição, restam duas saídas, ou o ele se adapta ao mercado produtivo ou ele busca saídas próprias as suas dificuldades. As saídas individuais estão localizadas fora do âmbito de *integração social*, por isso provocam o desequilíbrio social, como a *violência*, a loucura e a dependência química.

Segundo a percepção dos adolescentes o programa conseguiu suprir as necessidades de família e cultura. A percepção do trabalho é relativa, eles consideraram as capacitações positivas, porém há ausência da inserção efetiva no mundo do trabalho. A cidadania é percebida positivamente através das políticas de saúde que prezam pela prevenção as doenças sexualmente transmissíveis e drogadição. A cidadania é percebida negativamente ao não promover o envolvimento comunitário e o interesse pela política. A educação é percebida negativamente, pois a participação no programa não conseguiu tornar a escola atraente para os adolescentes envolvidos.

Contudo, o programa de LA municipalizado aparece como uma tentativa de articular as alianças sociais em torno da problemática que envolve o adolescente em conflito com a lei. A experiência da Prefeitura Municipal de Colatina/ES demonstra ser replicável em outras realidades, pois trabalha com elementos universalizantes sem esquecer as especificidades da realidade local.

5. REFERÊNCIAS

1 ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G.; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

2 ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

3 _____. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

4 _____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

5 ASSIS, Simone G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

6 ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

7 BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

8 BIERRENBACH, Maria Ignês; FIGUEIREDO, Cyntia Petrocínio; SADER, Emir. **Fogo no pavilhão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

9 BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

10 _____. **Igualdade e liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997a.

11 _____. **O tempo de memória:** de senectude e outros escritos autobiográficos. Tradução de Baniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997 b.

12 _____. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

13 BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

14 BRASIL. Lei 2.848/40, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o **Código Penal Brasileiro**, e dá outras providências.

15 BRASIL. Lei 8069/90, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras providências.

16 BRASIL. Lei nº 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a **Lei Orgânica da Assistência Social**, e dá outras providências.

17 BRASIL. Lei 10406/03, 11 de janeiro de 2003. Dispõe sobre o **Código Civil Brasileiro**, e dá outras providências.

18 BRASIL. **Ministério da Justiça.** Disponível em: <www.mj.gov.br/dca/htm>. Acesso em: 20 abr. 2005.

19 BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. **Revista Interface Nº 2.** Ano I, Dezembro de 1996.

20 CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Amalia Faller (Org). **Família: redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais-IEE PUC/SP, 2005.

21 CHAUI, Marilena. Ética, política e violência. In: CAMACHO, Thimoteo (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

22 CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes, 1998.

23 COSTA, Antônio C. G. **É possível mudar**. Série direitos da criança, nº 04, São Paulo: Malheiros editores, 1994.

24 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

25 FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

26 FERRAJOLI, Luigi. A pena em uma sociedade democrática. In: Instituto Carioca de Criminologia. **Discursos sediosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

27 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

28 _____. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

29 FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

30 GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

31 HEGEL, Georg. **A fenomenologia do espírito**. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz; Antônio Pinto de Carvalho. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

32 HELLER, Agnes. **Para mudar a vida**: felicidade, liberdade e democracia. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

33 _____. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

34 _____. **Teoria de las necesidades en Marx**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

35 IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

36 IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 30 abr. 2005.

37 IPES. **Instituto de Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <www.ipes.es.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2005.

38 LAURELL, Asa C. (org) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução de Rodrigo L. Contrera. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

39 LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

40 _____. **Lógica formal/lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

41 LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Revista crítica marxista Nº 17**- Sociologia e política, 2003.

42 LUKÁCS, Gyorg. **Ontologia do ser social**: princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1979.

43 MARINO, Juan Mario F. **Ciclos históricos da violência na América Latina**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 18, n.1, jan/mar. 2004.

44 MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1967.

45 MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

46 MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

47 MENDEZ, Emílio Garcia. Adolescentes infratores graves: sistema de justiça e política de atendimento. In RIZZINI, Irene (org). **A Criança no Brasil hoje**: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária santa Úrsula, 1993.

48 MERTON, Robert. **Sociologia**: teoria e estrutura. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

49 MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

50 MONTEIRO, Luiz G. **Neomarxismo, indivíduo e subjetividade**. São Paulo: EDUC SP, 1995.

51 PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

52 PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: BPCS, 1969.

53 PONTES, Reinaldo N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

54 RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças**: a história da política social, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universidade Santa Úrsula, Amais, Rio de Janeiro: 1995.

55 RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000): UNICEF, USU Ed Universitária, 2000.

56 ROSA, Elizabete Terezinha S. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. **Revista Serviço Social e Sociedade nº 67**. São Paulo: Cortez, setembro de 2001.

57 SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Amalia Faller (Org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais-IEE PUC/SP, 2005.

58 SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para construção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade Nº 78**. Ano XXIV, julho de 2004.

59 VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

60 _____. **Sem liberdade, sem direitos:** a privação da liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

61 WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2001.

62 WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx:** o mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

63 WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social- Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, p. 5-41, maio de 1997.

64 YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Geasse. Porto Alegre: Bookman, 2001.

65 ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime.** São Paulo: Moderna, 1996.

66 _____. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

67 ZANOTELLI, Cláudio L.; RAIZER, Eugênia C.; CASTRO, Mário de. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais 1994-2002. **Revista Cidadã- Núcleo de estudos, pesquisa e extensão sobre violência, segurança pública e direitos humanos da UFES-NEVI.** Nº 1. Ano I, Vitória: EDUFES, julho de 2004.

ANEXOS

ANEXO I -Questionário com a equipe técnica

1. Identificação do entrevistado:

Nome:

Idade:

Função:

Data de inserção no programa:

2. Arte, Cultura e Consciência

Quais são os objetivos das oficinas culturais do projeto?

Oficina 1

Oficina 2

Oficina 3

Oficina 4

Quantos adolescentes despertaram para talentos artísticos e culturais após a participação das oficinas no ano de 2005?

3. Escola

Qual é a relação do programa com a escola? De que forma ela atua na valorização da educação na vida do adolescente?

Limites:

Possibilidades:

Qual é a média de matrícula escolar e aprovações em 2005?

4. Trabalho

Qual é a importância do trabalho no programa? Como ela atua na formação para o trabalho?

Limites:

Possibilidades:

Qual foi a média de cursos de qualificação profissional e as inserções profissionais no ano de 2005?

5. Saúde

Como o programa atua em relação a reflexões sobre a sexualidade e a prevenção da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis?

Limites:

Possibilidades:

Que ações foram realizadas neste sentido no ano de 2005?

Sobre o uso de drogas? Como o programa proporciona ao adolescente reflexões sobre o problema?

Limites:

Possibilidades:

Que ações foram realizadas neste sentido no ano de 2005?

6. Socialidade

Como o programa atua na inserção comunitária do adolescente?

Limites:

Possibilidades:

Que ações foram realizadas neste sentido no ano de 2005?

7. Família

Como o programa atua na melhoria da qualidade dos vínculos com a família?

Limites:

Possibilidades:

Qual é a frequência e a média de participação nas reuniões de familiares?

8. Adolescente e o auto-conceito de si

De que forma o programa atua na construção de um auto-conceito positivo do adolescente?

Limites:

Possibilidades:

Quais são os indicadores de elevação do auto-conceito de si?

ANEXO II - Roteiro de entrevista semi-estruturada com adolescentes

1. Identificação do entrevistado:

Idade:

Nível de escolaridade:

Data de entrada no Projeto:

2. Arte e Cultura

Qual a importância das oficinas culturais? O que você aprendeu com as oficinas do projeto?

Oficina 1

Oficina 2

Oficina 3

Oficina 4

3. Escola

Você frequenta a escola?

() Sim _____ série

() Não _____ série

Frequentava antes de participar do projeto?

() Sim

() Não

Qual é a importância da escola para você? A participação no programa te ajudou em relação à escola?

4. Trabalho

Você trabalha? O que faz?

Qual é a importância do trabalho para você? Aprendeu algum ofício no projeto que ajudou a conseguir um trabalho?

5. Saúde

Você tem filhos? Você usa algum método contraceptivo?

O programa proporcionou reflexões sobre a sexualidade e a prevenção da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis?

Você faz/fez uso de drogas? Quando iniciou e por que?

Sobre o uso de drogas? O programa proporcionou reflexões e/ou tratamento para o problema?

6. Socialidade

Você participa de alguma atividade na sua comunidade? Qual?

Qual a importância da política em sua vida? O programa proporcionou reflexões à cerca dos problemas de sua comunidade?

7. Família

Qual é a sua relação com seus familiares?

Essa relação modificou após a participação no programa? De que forma?

8. Adolescente e o auto-conceito de si

O que você acha de si mesmo? O que faz com que se sinta bem?

O que você acha que as pessoas acham de você? Você acha que esta percepção modificou após a entrada no programa?

ANEXO III - História Oral I: representante dos Conselhos

Entrevista com a Conselheira do Conselho Nacional do direito da Criança e do Adolescente (CONANDA) e membro do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

1. Quando e como a causa referente a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes entrou na sua vida?
2. E especificamente o trabalho com o adolescente em conflito com a lei?
3. Qual a importância de municipalizar a medida sócio-educativa?
4. A questão do Estado, qual seria o papel de cada esfera dos entes federados: União, Estado e Município?
5. Em quais municípios deveriam ser implantadas as medidas?
6. E em relação aos conselhos, qual seria o papel dos conselhos de direito da criança e do adolescente na implantação desta medida?
7. O que a Conferência Nacional dos Direitos da Criança de 2005 reservará em relação à política de atenção ao adolescente em conflito com a lei?
8. O que você destacaria como vitória na sua trajetória?
9. E derrotas, você destacaria alguma?
10. O que move o seu envolvimento a esta causa?
11. Já pensou em desistir?
12. Em relação, especificamente ao programa de Liberdade Assistida de Colatina, o que você destacaria como dificuldades e avanços?
13. O que é essencial em um programa de liberdade assistida municipalizado?

ANEXO IV - História Oral II: representante da sociedade civil organizada

Entrevista com Coordenador do A.I.C.A. (Atendimento Integrado à Criança e o Adolescente), vinculado a Cáritas Arquidiocesana de Vitória/ES

1. Quando e como a causa referente à defesa dos direitos da criança e do adolescente entrou em sua vida?
2. E especificamente em relação ao adolescente em conflito com a lei?
3. Na sua opinião, qual a importância da municipalização das medidas sócio-educativas?
4. Você acha que deve ser o município ou a sociedade civil responsável pela gestão do projeto?
5. Qual deve ser a responsabilidade de cada ente federado na implementação da medida?
6. Dentro da sua trajetória em relação aos direitos da criança e do adolescente, o que você destacaria como vitória?
7. E derrotas, você destacaria alguma?
8. O que move o seu envolvimento a esta causa?
9. Já pensou em desistir? O que te faria abandonar este projeto?
10. Em relação ao programa de liberdade assistida comunitária de Serra/ES, o que você destacaria como dificuldades, avanços e possibilidades?
11. Na sua opinião, como deveria funcionar o programa ideal de liberdade assistida comunitária, o que não poderia faltar?

ANEXO V - História Oral III: representante do Estado

Entrevista com a Diretora presidente do Instituto de Medidas Sócio-educativas do Estado do Espírito Santo

1. Quando e como a causa referente à defesa dos direitos da criança e do adolescente entrou em sua vida?
2. E especificamente o adolescente em conflito com a lei?
3. Na sua opinião, qual a importância da municipalização das medidas sócio-educativas?
4. Em quais municípios deveriam ser implantadas as medidas?
5. Qual deve ser a responsabilidade de cada ente federado na implementação da medida?
6. Qual deve ser o papel da sociedade civil organizada na implementação da medida?
7. Dentro da sua trajetória em relação aos direitos da criança e do adolescente, o que você destacaria como vitória?
8. E derrota, algo que você gostaria de esquecer?
9. O que move o seu envolvimento a esta causa?
10. Já pensou em desistir? O que te faria abandonar este projeto?
11. Em relação ao IASES, o que ele vem fazendo em relação a municipalização das medidas sócio-educativas no Estado?
12. Em relação à municipalização das medidas sócio-educativas no Estado do Espírito Santo, aponte dificuldades, desafios e possibilidades:

ANEXO VI - Entrevista semi-estruturada com a coordenadora da medidas sócio-educativa de liberdade assistida

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

Nome:

Data de entrada no Projeto:

Função:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MUNICIPAL DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS:

Nome:

Público Alvo:

Meta:

3. CORPO FUNCIONAL

Número de funcionários/ trabalhadores:

Funções:

4- OBJETIVO E METODOLOGIA

Objetivo

Qual é o referencial teórico metodológico e os princípios políticos e ideológicos que orientam o trabalho?

Atividades desenvolvidas:

Atividade 1

Objetivo:

Público Alvo:

Equipe Responsável:

Atividade 2:

Objetivo:

Público Alvo:

Equipe Responsável:

Atividade 3:

Objetivo:

Público Alvo:

Equipe Responsável:

Atividade 4:

Objetivo:

Público Alvo:

Equipe Responsável:

Atividade 5:

Objetivo:

Público Alvo:

Equipe Responsável:

5. POLÍTICAS SOCIAIS INTERSETORIAIS:

Como avalia a participação das políticas intersetoriais na execução da proposta?

Justiça	Assistência Social	Segurança	Saúde	Educação
Limites: Possibilidades:	Limites: Possibilidades:	Limites: Possibilidades:	Limites: Possibilidades:	Limites: Possibilidades:

6. MOBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

Quantas campanhas foram realizadas na divulgação e mobilização da população em relação aos adolescentes em conflito com a lei no ano de 2005?

Quantas capacitações foram realizadas dos agentes executores das medidas sócio-educativas no ano de 2005?

Quantas pesquisas foram realizadas em relação ao programa no ano de 2005?

7. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Etapa do processo	Quem participa (adolescente, família ou comunidade)	Periodicidade (semanal, mensal, semestral, anual)	Atividades Realizadas
Planejamento			
Prestação de Contas			
Avaliação do trabalho			

ANEXO VII- Modelo de termo de consentimento

Termo de Consentimento para Participação da Pesquisa

“Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada, nos seguintes termos”:

Projeto: Mediando uma cultura da não-violência- a municipalização da medida de liberdade assistida na integração social do adolescente em conflito com a lei

Responsável: Sidnéia Bento Duque

Orientador: Prof^a Dr.^a Eugênia Célia Raizer

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Programa de Pós-Graduação em Política Social /Nível Mestrado

Justificativas e Objetivos da Pesquisa

Estudo de caso exploratório da medida sócio-educativa de liberdade assistida do município de Colatina/ES, com o objetivo de analisar a percepção do adolescente em conflito com a lei sobre os valores que ele destaca como importante na *mediação* para uma cultura da não-violência. O estudo se justifica pela ausência de estudos na área de municipalização das medidas sócio-educativas e na tentativa de explorar elementos que possam estar presentes nas metodologias de trabalho.

Descrição dos procedimentos a que os participantes serão submetidos

Serão remetidos questionários para os representantes das medidas sócio-educativas em execução no Estado do Espírito Santo. Será realizada entrevista em profundidade com três informantes-chaves do Estado da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Para os objetivos específicos da pesquisa serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com os técnicos responsáveis por executar a política e com os adolescentes. Serão realizados grupos focais com os familiares dos adolescentes. As entrevistas e os grupos focais serão gravados, diante do consentimento dos participantes. As questões objetivam, exclusivamente, responder o problema anteriormente colocado. Os dados coletados deverão ser utilizados somente para fins acadêmicos, ficando arquivados e disponíveis ao pesquisador responsável por um período de cinco anos. Fica assegurado aos participantes o anonimato, o acesso às suas próprias entrevistas transcritas e ao relatório final da dissertação, ficando assegurada também a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Análise dos riscos, benefícios e aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa a ser desenvolvida, tal como detalhada no projeto, não utilizará procedimentos que apresentam risco de qualquer natureza para os participantes, encontrando-se em conformidade com as resoluções 196/96/CNS e 016/2000/CFP, que regulam a ética em pesquisa com seres humanos. Qualquer reclamação ou recurso com relação aos procedimentos da pesquisa poderá ser encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo.

Pretende-se divulgar e publicar os resultados da pesquisa em periódicos e outros meios de divulgação científica, e apresentá-los em eventos científicos, visando contribuir com novas análises sobre o tema.

Identificação do entrevistado

Nome: _____

RG: _____ **Órgão Emissor:** _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de consentimento em duas vias".

Entrevistado

Sidnéia Bento Duque

_____, _____ de _____ de 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)